

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC
PROGRAMA DE MESTRADO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ELIANE NILSEN KONKEL

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROCESSO EDUCATIVO:
a experiência das mulheres da agricultura familiar no município de Mafra (SC)**

**CANOINHAS
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ELIANE NILSEN KONKEL

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROCESSO EDUCATIVO:
a experiência das mulheres da agricultura familiar no município de Mafra (SC)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Desenvolvimento Regional ao Colegiado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado – UnC/*Campus* Universitário de Canoinhas (SC), sob a orientação do Prof. Dr. Sandino Hoff.

**CANOINHAS
2008**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROCESSO EDUCATIVO:
a experiência das mulheres da agricultura familiar no município de Mafra (SC)**

ELIANE NILSEN KONKEL

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de:

Mestre em Desenvolvimento Regional

E aprovada na sua versão final em _____, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade do Contestado e Coordenação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

.....
Profª Dra Maria Luiza Milani
Coordenadora

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Sandino Hoff - UNIOESTE
Presidente

.....
Profª Drª. Bernadete Wrublevski Aued - UFSC
Membro

.....
Maria da Salete Sachweh - UnC
Membro

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Casimiro e a minha filha Luara,
cujas presenças dão sentido a este momento. Pela compreensão nos momentos de
ausência, pelo apoio nas dificuldades, e incentivo permanente para o êxito desta
importante etapa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho traz em si uma centelha de solidariedade das pessoas com quem convivo cotidianamente. Pessoas que por meio de um gesto, de uma frase, de um aceno foram importantes para a realização deste estudo.

Ao Professor Dr. Sandino Hoff pelo estímulo, pela presença, pela maneira especial de conduzir as orientações desta dissertação, e, principalmente por acreditar que eu seria capaz.

À Eliana Schewer, gestora da escola onde trabalho, pelo abraço, pelo apoio, pela compreensão e pelas atitudes, sem as quais não seria possível a conclusão deste estudo.

Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, que compartilhando seus conhecimentos e experiências, contribuíram para a ampliação e reformulação das minhas concepções de desenvolvimento.

Às mulheres trabalhadoras rurais das instituições pesquisadas, pela disposição de tempo para as entrevistas. A colaboração permitiu desenvolver a pesquisa de maneira objetiva.

A Deus, pelas energias que me fizeram vencer as adversidades e manter a motivação todos os dias, nestes últimos dois anos.

RESUMO

Este trabalho buscou entender como as mulheres trabalhadoras rurais se instrumentalizam para atuar nas associações da agricultura familiar. Observou-se que a informalidade educacional instrumentaliza as mulheres ocupando lacunas da escola formal. Destacaram-se trajetórias de aprendizado das mulheres em três associações de produção familiar em Mafra (SC). Estudos desenvolvidos nos moldes qualitativos, instrumentalizados pela entrevista semi-estruturada, apontaram aprendizados surgidos da relação entre educação informal e trabalho. A análise de conteúdo, na versão de análise temática, foi acionada para obter resultados. Adotou-se Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto e Istevan Mészáros como norte para entender os processos da educação. Para conceitos de desenvolvimento foram considerados estudos de Wolfgang Sachs, Robert Putnam, Sergio Boisier e Amartya Sen. Para entender os processos que a mulher percorreu para alcançar a emancipação, consideraram-se estudos de Heleieth Saffioti associados às recentes inferências de Alain Touraine. O desafio das mulheres está na superação da dupla jornada de trabalho, pois adentraram o espaço público sem discutir as relações no espaço privado. A formação da mulher no trabalho não é linear, nem formal, mas influenciado por fatores culturais. Transpostos os espaços escolares, apresentam-se novos locais de aprendizagem, transformando os espaços do trabalho em socialização e apropriação de saberes. Espera-se que as contribuições práticas da pesquisa auxiliem as mulheres na organização, sendo indicativo aos gestores de políticas públicas para mulheres, como forma de obter êxito no conjunto de procedimentos, os quais se prestam a desencadear processos de desenvolvimento local visualizando o potencial da mulher na agricultura familiar.

Palavras-chave: Mulher; Educação; Desenvolvimento Local; Agricultura Familiar

ABSTRACT

This work was done on the intention of to understand how the agricultural women workers get instruments to act in familiar agriculture associations. Was noticed that is the educational informality that lets the agricultural women instrumented fitting on this way the blanks of the formal school. Learning trajectories of women of tree productions associations from the City of Mafra (SC) were detached. The studies developed on the qualitative researches molds; instrumented through the semi-structured interview, point to the learning from the informal education and work. The analysis of content, in its thematic analysis version, was set to the results obtaining. The study was based in Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto and Istevan Mészáros as north to understand the education processes. To the development conceptions were considered the studies of Wolfgang Sachs, Robert Putnam, Sergio Boisier and Amartya Sen as main source information. To understand the process covered by woman to obtain her emancipation were considered the studies of Heleieth Saffioti associated to recently inferences of Alain Touraine. The challenge of women is on surpass the double work journey, therefore they are getting into the public space without discuss relations in the private space. The woman learning in the work that is not linear, neither formal, but is influenced by cultural factors Transposed the school space, new learning places were presented, transforming the work spaces into knows and knowledge socialization and appropriation. It is waited that the practice contributions appeared during the research, it might help the women inserted in familiar agriculture to wake up to the organization, being an indicative to the managers of public politics to women as way to get success in the set of procedures that were given to unchain local development processes visualizing the woman potential in the familiar agriculture.

Key-word: Woman; Education; Local Development; Familiar Agriculture

LISTAS E TABELAS

Quadro 1 – Representação numérica das mulheres entrevistadas por associações	74
Quadro 2 - Eixos Temáticos	75
Quadro 3 - Trajetórias escolares	83

LISTA DE SIGLAS

ARCO-CONTESTADO	- Agência Regional de Comercialização do Planalto Norte
BNAF	- Banco Nacional da Agricultura Familiar
BNAF	- Banco Nacional da Agricultura Familiar
BRDE	- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CEPA/SC	- Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
ENLAC	- Encontro de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe
EPAGRI	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
FAO	- <i>Food and Agriculture Organization</i>
FETAESC	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de SC
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
OIT	- <i>Organização Internacional do Trabalho</i>
ONGs	- Organizações Não Governamentais
ONU	- Organizações das Nações Unidas
PGER	- Programa de Geração de Emprego e Renda
PNAD	- <i>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios</i>
PRONAF	- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
STF	- Supremo Tribunal Federal
STRs	- Sindicatos de Trabalhadores Rurais
CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESCRIÇÕES DO OBJETO DE PESQUISA	15
2.1 MAFRA E SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS	15
2.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DA POPULAÇÃO-ALVO	19
2.3 O TRABALHO FEMININO NO UNIVERSO DE MAFRA	21
2.4 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES NO PLANALTO NORTE	23
2.4.1 As Associações e a Presença das Mulheres	23
2.4.2 As Mulheres no Centro das Ações de Sociabilidade no Universo Rural	25
2.4.3 As Associações como Espaço de Atuação-Educação das Mulheres	26
2.4.4 Educação e Desenvolvimento: Uma Questão Também das Mulheres	27
2.4.5 Os Processos Históricos	28
2.4.6 O Desenvolvimento Atual	33
2.4.7 Considerações	38
2.5 MULHER E EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE	40
2.5.1 A Unipolaridade entre Trabalho e Educação	43
2.5.2 Educação das Mulheres	45
2.5.3 O Desenvolvimento e as Mulheres	49
2.5.4 Educação e Trabalho Marcaram a Vida da Mulher	52
2.5.5 Considerações	53
2.6 GÊNERO E AS ESPECIFICIDADES DO DESENVOLVIMENTO RURAL	54
2.6.1 Introdução ao Tema da Agricultura Familiar	56
2.6.2 Desenvolvimento e Agricultura Familiar no Mundo da Ciência	57
2.6.3 Relações de Gênero e Agricultura Familiar	61
2.6.4 Características que Definem a Família Rural	62
2.6.5 Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura	64
2.6.6 As Transformações em Curso	66
2.7 ANÁLISE DA PESQUISA	68
2.7.1 Histórico da Localidade de Augusta Vitória - Associação Vitória	70
2.7.2 Histórico da Localidade de São Lourenço – Associações: Avícola Hable e Irmãos Konkell	71
2.7.3 Análise das Entrevistas Realizadas	72
2.7.3.1 Perfil das entrevistadas	73
2.7.3.2 Categorias de análise	75
2.8 EIXOS TEMÁTICOS	75
2.8.1 A Condição Feminina: a Determinação Social e a Busca pela Autonomia	75
2.8.2 O Trabalho: Divisão Sexual e Rotina	80
2.8.3 A Educação: sua Contribuição, Ausência, Lacunas e Desafios	82
2.8.4 As Associações e a Presença das Mulheres	88
2.8.5 A Associação e o Desenvolvimento Local	98
2.8.6 Dificuldades e Perspectivas	105
3 CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	115
NOTAS EXPLICATIVAS	124

1 INTRODUÇÃO

O século XXI pode ser considerado o século dos reflexos. Reflexos negativos do que deixou de ser feito no passado em âmbito social, político, econômico, ambiental, e, reflexos positivos, advindos de resultados dos processos que se iniciaram outrora, nas mais diversas esferas sociais. Neste âmbito destaca-se a trajetória das mulheres, com significativas emancipações. O desenvolvimento, após sucessivas experiências unilaterais voltadas somente para o aspecto econômico, sinaliza na direção mais abrangente. O esforço se concentra na capacidade de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento.¹ Nestas forças sociais encontram-se as mulheres e suas diferentes formas de participação que não poderão ser negligenciadas. Também à educação, a qual é atribuída função redentora¹, numa sociedade em que a inserção e permanência dos indivíduos no mundo globalizado são condições necessárias para acessar ao trabalho, o qual possibilita produzir e consumir.

É no âmbito destes três temas: mulher, educação e desenvolvimento que se entrelaçam demandas sociais amplas como as relações de gênero. Como as três categorias sociais carregam o caráter contraditório, também as relações de gênero inserem-se na contradição do real. A trajetória da mulher na história foi marcada pelos princípios da sociedade patriarcal², a qual se manifesta com mais força no interior das famílias rurais.ⁱⁱ Para a mulher que vive no espaço rural, envolto às ambivalênciasⁱⁱⁱ e às contradições sociais, conectam-se progressos e retrocessos, a que se dedicou este estudo.

A atenção para o desenvolvimento local teve como enfoque a importância das experiências das mulheres nos espaços da pequena propriedade, destacando elementos capazes de aprofundar a reflexão sobre a capacitação da mulher no trabalho e as relações de gênero no interior da pequena propriedade. Destaca-se que o indivíduo constrói-se ao produzir e reproduzir sua existência humana e, dessa maneira, o processo de sua formação dá-se mediante ao dispêndio de trabalho físico, espiritual e cultural.

¹Baudel, 2001.

²Saffioti, 2004.

As experiências vivenciadas pelas mulheres ao longo da história inferiram a possibilidade do aprendizado das novidades do espaço público³. Este espaço as mulheres conheceram paulatinamente a partir das vivências cotidianas no espaço privado. Os papéis subalternos assumidos pelas mulheres como naturais⁴ tornaram-se espaços pedagógicos, que proporcionaram aprendizados e que instrumentalizaram as conquistas sociais. Este aprendizado não sendo linear e influenciado por fatores culturais, ainda pouco estudados, possibilitou que regiões tivessem maiores resultados que outras⁵.

A cultura patriarcal naturalizada^{iv} tirou da mulher a crença nas suas possibilidades de agente social, fazendo-a acreditar que era ser inferior^v. Muito tempo passou para que ela começasse a entender que foi vítima de uma construção social⁶ perversa e injusta, da qual ela mesma participou isto baseada na crença de que um sexo é mais importante que outro. Desconstruir esta crença foi e continua sendo função das mulheres e uma conquista iniciada, porém, longe do fim.

O desenvolvimento tecnológico fez surgir na sociedade à necessidade de conhecimentos. Desta necessidade surgiram novos espaços educativos para além da escola, que é tradicionalmente conhecido como espaço de educação. Os movimentos sociais (Organizações Não Governamentais - ONGs, associações, sindicatos, igrejas, entre outros.) fortalecem-se como espaços de reconstrução de conhecimentos. Transpostos os espaços escolares, apresentam-se novos locais de aprendizagem, transformando os espaços do trabalho em socialização e apropriação de saberes e conhecimentos. O educando constrói e reconstrói conhecimento a partir do que faz. Saviani (2006) afirma que trabalho e educação são atividades especificamente humanas, e, apenas o ser humano trabalha e educa. As teorias do conhecimento estão centradas na aprendizagem, que só acontece quando o sujeito protagoniza o que aprende. Tal fato ocorre quando é dado sentido ao que se aprende, porque a educação se funde no conhecimento e este na atividade humana.

Este estudo entende o processo educativo como um instrumento de formação humana, que, além da instrução sistemática relacionada ao ensino e à aprendizagem escolar, abrange as experiências acumuladas ao longo da vida e que propicia elementos necessários à inserção social e profissional dos indivíduos. Nesta

³ Perrot, 2006, p.176-84.

⁴ _____. 2006, p.167-31.

⁵ Touraine, 2007, p.27-37.

⁶ Giddens, 2005, p.102-07.

direção dimensiona-se o processo educativo à formação das mulheres, as quais se organizam em cooperativas familiares de produção.

As associações familiares de produção, desenvolvidas em âmbito da agricultura familiar, constituem-se na modalidade organizativa que apresentam resultados na geração de emprego e renda, bem como na maneira de fixar o homem no campo^{vi}. Nestes espaços as mulheres atuam diretamente, seja como gestoras, seja como integrantes ativas do processo. A atuação das mulheres infunde aos espaços a perspectiva de gênero, dando-lhes uma configuração diferenciada. No entanto, os documentos oficiais não contêm a especificidade das mulheres. Tal omissão nos documentos infere dúvidas a serem investigadas: ou os organismos entendem que estejam dissipadas as diferenças de gênero na sociedade e principalmente no meio rural; ou tais documentos são elaborados de forma a negligenciar as questões específicas das mulheres. Entende-se que a produção material está baseada mais no trabalho abstrato, isto é, na produção do valor e da mais-valia⁷, do que na especificidade feminina, pois esta é apenas registrada quando houver possibilidade de maior lucro. Neste estudo, porém, a especificidade feminina tem seus traços produtivos diferenciados, quando se trata de iniciativas novas e coletivas.

Considerar as especificidades de gênero nas iniciativas de desenvolvimento local requer fundamentos da história e da cultura. É incorporar mais um item nas análises que, como afirma Joan Scott (1990), são construções culturais. As formas de trabalho e a participação feminina são milenares. Nestes milênios as mulheres já aprenderam muito, no sentido de reconhecerem-se como sujeitos e se constituírem identitariamente. O empoderamento⁸ das mulheres poderá promover a ruptura dos padrões culturais e estabelecer as conexões necessárias, entre os diversos fatores econômicos e agentes sociais, para gerar desenvolvimento local com equidade^{vii}.

No intuito de entender como as mulheres rurais se instrumentalizam para desenvolver iniciativas econômicas consideradas importantes ao desenvolvimento é que se propôs este estudo. Tomou-se, portanto, como objeto de estudo as mulheres oriundas do universo da agricultura familiar, entendendo que este espaço tem contribuição significativa para o desenvolvimento local do município de Mafra (SC).

⁷ Mais-valia é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista.

⁸ Deere; Leon, 2002, p. 52-55.

Partindo desta temática, pretendeu-se investigar os tentames das pequenas agroindústrias onde atuam estas mulheres. Atuando como participantes e/ou gestoras do processo, a investigação pretendeu observar como e onde elas se apropriam dos conhecimentos necessários para sustentar sua atuação nestes espaços alternativos de produção, identificando os procedimentos educativos que aproximam trabalho e aprendizado e, inserem a mulher nos processos de desenvolvimento de forma operante e fundamental.

Com este estudo espera-se fornecer, do ponto de vista intelectual, através da revisão bibliográfica, subsídios para a inserção de estudos específicos sobre a contribuição do trabalho de mulheres para o desenvolvimento local, em regiões com significativa presença da agricultura familiar, como é o caso da Mafra e do Planalto Norte Catarinense. Para este contexto, os novos conhecimentos foram relevantes. Em contexto mais amplo, as contribuições práticas, surgidas no decorrer da pesquisa, poderão auxiliar as mulheres inseridas na agricultura familiar a despertar para a organização. Também poderá tornar-se um indicativo aos gestores e órgãos afins no intuito de intensificar as políticas públicas, voltadas para as mulheres como forma de obter êxito no conjunto de novos procedimentos, os quais se prestam a desencadear processos de desenvolvimento local, visualizando o potencial da agricultura familiar.

O desenvolvimento da pesquisa efetuou-se a partir de estudos bibliográficos, ressaltando nas teorias existentes os desafios e perspectivas da pequena propriedade, diante da necessidade do desenvolvimento local, inserindo a mulher neste contexto. Na coleta de dados foi utilizado um questionário fechado para a obtenção de informações de ordem elementar, entrevista semi-estruturada individual e grupal e a observação livre. Os dados foram processados por meio do Método de Análise de Conteúdo observando-se a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial. Os dados foram considerados no contexto em que está inserido o objeto de investigação e a análise, nos moldes do método anteriormente citado, segundo Bardin (1977), o qual proporcionou o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências que permitem compreender características multifacetadas que ao olhar simples não são observados.

Este estudo contém, além da parte introdutória, mais quatro temas distribuídos da seguinte maneira. O primeiro tema apresenta a descrição das três associações estudadas nesta pesquisa, ressaltando os acertos e as dificuldades

para a criação dos empreendimentos, a iniciativa e a sensibilização para a cooperação, a aproximação dos vários agentes envolvidos, entre outros. Também os progressos intrínsecos a cada associação, bem como os resultados obtidos em termos de geração de renda e qualidade de vida para os agricultores, destacando de maneira particular o processo de aprendizado das mulheres no desenvolvimento das atividades e como este aprendizado contribuiu para a emancipação social.

O segundo tema contém uma revisão da literatura sobre os temas relacionados à trajetória histórico-social da mulher e sua construção, enquanto sujeito socialmente inserido. Referencia conceitos de desenvolvimento enfocados atualmente, particularizando o local voltado para a realidade rural. Por fim, discute a educação como um processo de aprendizado a partir de sua relação histórica com o trabalho. Considera-se a educação e o trabalho como fontes de aprendizados necessários para os sujeitos atuarem e se inserirem na sociedade.

O terceiro tema foi dedicado a um estudo sobre o universo da agricultura familiar, onde as mulheres estão inseridas. Os aspectos históricos e conceituais envolvem o setor considerado como um organismo complexo ao qual são inferidos consensos e dissensos, em torno de sua importância para o desenvolvimento econômico na sociedade capitalista.

O quarto tema apresenta os resultados da coleta de dados e analisa as maneiras utilizadas pelas mulheres para aprender a lidar com a realidade apresentada no espaço rural. À luz do olhar na dimensão de gênero entende a evolução de cada sujeito no processo de rompimento com as estruturas históricas culturais, socialmente construídas, relacionando-o à dimensão exigida pelo empreendimento associativo. As considerações e possíveis recomendações para estudos investigativos, no futuro, são apresentadas no quinto tema deste estudo.

2 DESCRIÇÕES DO OBJETO DE PESQUISA

2.1 MAFRA E SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS

Os primeiros habitantes do território, a que Mafra pertence, foram os índios (Kaiangang, Xokleng e Botocudos), povos que viviam da caça, pesca, pinhão e mel, produtos outrora abundantes em terras planálticas. As primeiras trilhas do município foram abertas pelos tropeiros paulistas os quais faziam o trajeto entre Sorocaba, SP, e o Rio Grande do Sul. A partir do final do século XVIII,^{viii} organizavam um espaço para as 'paragens', iniciando a formação de vilas. A partir de então, tornou-se caminho e pouso para tropeiros, especialmente depois da abertura da Estrada da Mata ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo.

Mafra tem sua história ligada ao município de Rio Negro - PR, até a fixação dos limites entre os dois estados, no início do século XX. Até então, ambas as cidades formavam um único município. A região pertencia ao Estado do Paraná, quando este foi desmembrado de São Paulo, em 1853. Para os paranaenses seus limites eram os rios Pelotas e Uruguai, para os catarinenses, o Paraná terminava no Rio Negro e Iguaçu. Santa Catarina reivindicou a posse de toda área ao sul do Rio Iguaçu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que deu ao Estado ganho de causa por três vezes: em 1904, em 1909, e em 1910, mesmo após várias contestações feitas pelo Paraná. Por intervenção do Presidente da República Wenceslau Braz e com a arbitragem do presidente Cleveland dos Estados Unidos, a questão se findou em 20 de outubro de 1916, em acerto entre as partes com relação às posses territoriais.^{ix} Os ciclos da madeira e da erva-mate trouxeram desenvolvimento para a região, que aos poucos foi adquirindo autonomia econômica, até Mafra tornar-se município em 1917.

O desentendimento em torno dos limites entre os Estados não constituiu o foco principal do conflito que deu início à Guerra do Contestado,⁹ considerada a mais sangrenta do Sul do Brasil. A guerra em torno da região contestada deu ao Planalto Norte do Estado à identidade de 'Região do Contestado'. A vasta literatura

⁹ Sachweh, 2002, p.17-51.

sobre o assunto detalha os fatos (FRAGA, 2006; TOMÉ, 1980, 1992, 2007; AURAS, 1984; MACHADO, 2004; SACHWEH, 2002).

Importa resumir como foi ocupada e utilizada a região. A presença de sertanejos, vindos do litoral catarinense e do sul do Paraná, resultava no cultivo da terra em pequena proporção e, em grande quantidade, a coleta de erva-mate nativa. O desenvolvimento da região deu-se mediante as ações das companhias internacionais de colonização e da produção do mate. Estas companhias, amparadas pelo Estado, apropriaram-se das terras e dos ervais no lado esquerdo dos rios Negro e Iguaçu, submetendo os sertanejos ao trabalho assalariado e instalando colônias de imigrantes. Posto que não seja objeto de estudo, convém considerar que o desenvolvimento regional de Mafra e de municípios vizinhos iniciou-se com a realidade de apropriação e exploração.

Em relação ao município de Mafra e seu contexto no século XXI, faz-se necessário voltar no tempo, mesmo que de maneira breve, ao século XIX e XX e resgatar o fio que conduziu a estrutura fundiária brasileira desde o início da colonização.

No início do século XIX, o Brasil ainda vivia sob o regime de sesmarias^x que consistia na doação gratuita de terra em abundância a quem possuísse meios de cultivá-la. Esta política de terras desencadeou um processo de concentração latifundiária e problemas sociais, que levaram, em 1850, o Estado Imperial a elaborar a Lei de Terras. Por meio dessa lei o Estado retomava o domínio sobre as terras devolutas e instituía normas para o processo de apropriação territorial.

Martins (1981, p. 41-2) escreveu:

Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. [...]. Proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficassem proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra.

Essa proibição era dirigida para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros; logo, foi feita contra os camponeses que ali abriam suas posses.

Enquanto o 'novo mundo' lutava para povoar suas terras, na Europa as transformações decorrentes da Revolução Industrial faziam um movimento contrário, concentrando pessoas ao redor das indústrias em expansão. Os limites do desenvolvimento capitalista começavam a aparecer na medida em que não atingiam todos os habitantes do 'velho mundo', ocasionando desemprego e

conseqüentemente a miséria. “Num quadro de segurança material, cresceu a riqueza e, sincronicamente, rompeu-se o equilíbrio na dinâmica da população (NADALIN, 2001, p. 62). Esta situação levou grandes contingentes de pessoas, a maioria camponeses e proletários urbanos, a sonhar com um mundo melhor ‘além mar’.^{xi} O século XIX foi marcado pela ambivalência: desenvolvimento e pobreza. A produção industrial europeia atingiu seus limites máximos auxiliados pelo desenvolvimento da ciência e seus produtos se espalharam pelo mundo. Neste turbilhão de novidades, a humanidade percebeu que nada era igual a antes. A “Revolução Industrial deu origem a uma quantidade de riqueza incomensurável e a homens e mulheres desenraizados e privados de toda a assistência” (CASTEL, 1998 In: PAULILO; AUED, 2004, p.175).

Em toda a Europa, o êxodo rural foi avassalador, causado pela mecanização do campo e a necessidade de mão de obra na cidade emergente. “Os migrantes alemães, antigos camponeses, aumentaram nas cidades um proletariado andrajoso constituído de trabalhadores sem trabalho” (Ibid., p. 176). Todo o desenvolvimento econômico da Europa não abrangeu o povo que em massa foi obrigado a procurar outras terras para realizar seus sonhos de dignidade.^{xii}

O processo de imigração no Brasil, em termos históricos, se inseriu na emergência e consolidação do capitalismo mundial. Os imigrantes foram chamados a compor uma massa de trabalhadores e a criar uma agricultura de abastecimento para suprir as necessidades do país, pois iniciava o processo de urbanização. A necessidade de colonizar novos territórios, no Brasil, convergiu com as necessidades de procurar melhorias nas condições de vida dos povos de alguns dos territórios europeus.^{xiii}

As questões sociais europeias, agravadas pelo capitalismo em expansão no mundo, coincidiram com o interesse dos governos latino-americanos em povoar o Continente Americano de gente branca.^{xiv} A emigração europeia foi um processo de mão dupla: se o Brasil incentivava a vinda de imigrantes pela necessidade de mão de obra para substituir os negros, recém- libertos (1888) e para produzir alimentos para os cidadãos, a Europa os expulsava, pois o modo de organização da produção pela maquinaria não comportava pessoas pobres e desqualificadas.

Com a imigração europeia o Sul e Centro do Brasil tiveram novos personagens para continuar a construir a sua história, iniciada por índios, caboclos, portugueses (europeus colonizadores, chegados anteriormente). Cabe ressaltar que

o fluxo imigratório do Centro do país visava mão de obra para as lavouras, principalmente cafeeiras. No Sul, o intuito era povoar o território através de colônias agrícolas autônomas voltadas para produção de alimentos para o mercado interno. Almejava-se que não estivessem ligados aos interesses dos grandes proprietários, mas que fossem minifúndios independentes.^{xv} Santa Catarina e o Paraná receberam, a partir de 1829 até meados do século XX, etnias alemãs, poloneses, russas, italianas. Na colônia de São Pedro de Alcântara^{xvi} os povos alemães passaram a conviver em terras catarinenses e, a Rio Negro, no Estado do Paraná, chegaram os primeiros bucovinos, em 1887 (CELESTINO 2002).

A partir de 1890, também chegaram a Rio Negro os poloneses e russos que se instalaram na Colônia Lucena, hoje Itaiópolis. Algumas famílias se colocaram em locais onde hoje se situam bairros da cidade Mafra. (RODYCZ, 2002). Em função dos conflitos existentes na Europa, muitos imigrantes não revelavam sua origem étnica. “Estando os ucranianos sob domínio polonês e a Polônia sob domínio austríaco, os passaportes dos emigrantes omitiam a origem étnica” (THOMÉ, 2007, p. 95). Os imigrantes, quando chegaram a nova terra, trouxeram também a sua cultura e suas sementes, e num processo lento de legalização dos lotes de terra foram se constituindo em colonos, atualmente agricultores familiares^{xvii}.

Resumindo, a questão de ocupação e de uso do solo mediante as concessões governamentais às empresas internacionais na exploração dos ervais e de colonização, afirma-se que a instalação de colônias de imigrantes ocorreu em meio à violência do capital que já se desenvolvia na região. As companhias conseguiram obter a concessão do governo sobre as terras e os ervais, e instituíram o movimento do capital, que também foi o responsável pelo desenvolvimento regional.

Particularmente, a população-alvo desta pesquisa é a descendente dos colonos que compraram seus lotes da Colonizadora, cultivaram-nos e fizeram deste cultivo a sobrevivência de suas famílias e de seus descendentes.

2.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DA POPULAÇÃO-ALVO

Cabe salientar que as forças da globalização vêm efetivamente reorganizando o espaço geográfico e intensificando sua homogeneização. Não é possível ignorar as determinações econômicas e políticas que definem importantes características num determinado lugar ou região, decorrente da globalização. Porém, o fator cultural é um elemento imprescindível para interpretar as diferentes configurações territoriais das sociedades. Uma comunidade produz e reproduz socialmente seu espaço imprimindo-lhe uma forma característica. O espaço geográfico não é estático, pois expressa o dinamismo da produção humana contínua e incessante, originada historicamente. O espaço geográfico é, em princípio, uma dimensão intrínseca das sociedades, na medida em que reflete as diferentes formas de existência dos grupos que o habitam.

Partindo do princípio de que as formas e as estruturas do espaço geográfico provêm das ações humanas, entende-se que as comunidades rurais são socialmente produzidas, aparecendo como lugares onde as pessoas realizam suas atividades produtivas, imprimem seu modo de vida e suas singularidades culturais. Desta forma, neste trabalho é necessário analisar a organização socioespacial das comunidades do município de Mafra, o qual tem uma superfície de 1.406,32 km² e sua população total é de 51.014 habitantes, dos quais 24,48% residem na área rural (IBGE, 2008)¹⁰

As grandes levas de imigrantes de diversas etnias marcaram, com sua cultura e seus costumes, a vida das pequenas localidades, como é o caso de Augusta Vitória e São Lourenço, locais em que se situam as associações onde foi realizada a coleta de dados para esta pesquisa. O município apresenta diferenciações no modo de utilização e organização do espaço de produção agrícola, social e cultural, que se traduzem em diversidades e contrastes. Neste contexto, as localidades rurais organizam suas relações interpessoais através das práticas formais e informais, tradicionais ou não, pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas e que constituem a expressão da solidariedade grupal. Também pela forma específica de ajustamento cotidiano através do trabalho da roça, executado pela família conjugal

¹⁰ Disponível em: <<http://www.amplanorte.org.br>>. Acesso em: mar.2008.

como unidade econômica e pelo comércio dos gêneros obtidos na propriedade, ainda pelas relações comerciais com instituições urbanas, locais e regionais, para os quais se dirigem os produtos, principalmente após a organização da produção e da comercialização.

O município de Mafra soma um total de 51 localidades rurais. As pequenas propriedades apresentam diversidade de culturas agrícolas para subsistência e têm como atividade predominante o plantio do tabaco. As grandes propriedades cultivam o milho e a soja em grande escala.¹¹ Em todas as famílias encontram-se descendentes europeus, cuja presença pode ser percebida quando há festa na igreja (católica), um marco que indica a presença de um número considerável de famílias que conservam as tradições. Características culturais presentes na comida típica, nas formas de consumo, na posse da terra, na estrutura social das normas comportamentais. Cada grupo de pessoas, que mantém um elo que os aproxima, possui um conjunto de valores dominantes, cujos limites influenciam ou controlam o comportamento dos seus membros. Os imigrantes imprimiram uma paisagem diferenciada (na propriedade familiar) e trouxeram uma cultura que se mantém até hoje e permite tornar o município um território multicultural.

As localidades rurais de Mafra possuem características comuns às regiões que tiveram influência da colonização européia no Sul do Brasil. As igrejas e escolas fazem parte da comunidade. Algumas escolas foram desativadas pelo processo de nucleação.¹² Sua estrutura passou a ser utilizada pelos moradores como espaço para reuniões de cunho social, político e cultural. Há localidades que possuem concentração maior de moradias e formam uma espécie de vila, com entorno apresentando traços de aspecto urbano, como é o caso de São Lourenço.

Nas localidades estudadas, as famílias são internamente pouco diferenciadas do ponto de vista hierárquico. Há diferenças de posições sociais, mas não chegam a formar grupos distintos ou hierarquicamente separados. A influência da religião é significativa, dos mais idosos aos mais jovens, exceto sobre os jovens que estão fora desse meio rural. As atividades religiosas, por meio das festas periódicas, garantem maior intensidade de relações entre os membros bem como o sentimento

¹¹ INSTITUTO CEPA - SC – Disponível em: <<http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: ago. 2008.

¹² Santa Catarina. Programa de Nucleação Escolar, 1997.

de pertencimento. São aspectos da vida do grupo que enquadrados no plano de valores e das relações sociais constituem a especificidade do local.

O aspecto econômico, considerado importante na vida global dos agricultores se une a relevância da cultura e da religião e, em conjunto, formam um trio movido por regras, valores e normas que mantêm um modo de organização socioespacial específica, constituindo a identidade da população do município de Mafra. O pertencimento dos agricultores, concretizado pela preservação da identidade étnica e pelo cumprimento dos padrões estabelecidos na comunidade, foi criado pelo processo social de vida grupal. Na organização socioespacial é possível perceber que, mesmo com a homogeneização social recente e com o avanço das práticas capitalistas irreversíveis, as famílias reproduzem, através de práticas consensuais, a estrutura que remonta os traços dos moldes tradicionais. Porém, salienta-se que tal estrutura não pode ser entendida como inerte e imutável, ao contrário, é alterada segundo padrões sociais vigentes.

2.3 O TRABALHO FEMININO NO UNIVERSO DE MAFRA

A mulher não esteve alheia ao trabalho na pequena propriedade, no modelo de sociedade em que a família era a unidade de produção, as mulheres exerciam papel fundamental da economia. Desenvolviam suas atividades com autonomia em relação ao marido e aos filhos. No decorrer da história e com a implantação do modo de produção capitalista, toda a família sofreu transformações em sua estrutura. Passou-se a valorizar o urbano em detrimento do rural e a agricultura passou por incontáveis dificuldades.

A situação do espaço rural, cada vez mais identificado com o urbano, não destruiu as raízes da agricultura que sustenta os processos rurais, mesmo e apesar da contemporaneidade

. Este estudo aproxima-se e identifica as transformações profundas pelas quais passa a sociedade moderna, mas reconhece que o espaço rural tem sua importância e suas particularidades que guardam possibilidades de reconstrução, conforme afirmam Ferreira; Zanoni citados por Ferreira; Brandenburg (1998, p.25) “[...] a reconstrução da ruralidade como possibilidades históricas que se abrem

concretamente, como processos de recriação que superam a bipolaridade campo/cidade”.

As estratégias dos agricultores para sobreviver na agricultura se entrelaçam em diversas atividades ou ramos da produção, que a ciência chama de pluriatividade.^{xviii} Nem sempre as atividades plurais estão ligadas à clássica produção de alimentos para a subsistência de sua família e o excedente para o mercado consumidor. Também as decisões sobre a produção já não são tomadas pela família, pois o sistema de integração tomou para si a função de dizer como, quanto, o que, e quando o agricultor deve fazer. Dessa forma, perdeu-se uma característica básica do espaço rural que é a autonomia na produção. O espaço rural está permeado por diversas formas de atuação, ou seja, aquela que atende a demanda da família, aquela que atende a demanda da agroindústria e outras ainda em que a produção atende a lógica empresarial capitalista.

No modelo de agricultura familiar, a mulher atua em experiências que protagonizam períodos de transição nas atividades agrícolas. De modo geral, nos estudos escolares regulares, as filhas mulheres são mais persistentes. São incentivadas pelos pais (principalmente pela mãe) para que pelo estudo alcancem melhores trabalhos e renda. Os saberes informais mais importantes e mais úteis no dia-a-dia são os repassados pela mãe, a qual recebeu da avó e que repassa para a filha.

Na socialização, as mulheres desempenham atividades organizativas em espaços diversos o que demonstra a sua importância para a trama do tecido social. Observa-se que as mesmas são mais ativas em espaços que não tem cunho político, destacando a religião como ponto forte. São catequistas, participam de pastorais e mantêm viva a religiosidade no seio da família. Os mais novos também participam de grupo de jovens e outras atividades. Embora muitas mulheres participem de organizações como sindicatos e associações, porém, no espaço privado elas mais evidenciam sua atuação, ou seja, igreja, família, vizinhança. Portanto, nesses espaços elas constroem a sociabilidade.

Os saberes apreendidos no decorrer da história e os saberes adquiridos no tempo recente permitem as mulheres do meio rural a se re-Atualizarem, e a se recolocarem simultaneamente. Práticas produtivas que abarcam a manifestação das mulheres agricultoras e lhes dão espaço parecem se anunciar como importantes no âmbito da reflexão sobre as novas ruralidades, cujo desafio está no aprender com

elas, conhecendo o papel que estão desempenhando, bem como a pedagogia utilizada para institucionalizar este movimento.

2.4 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES NO PLANALTO NORTE

2.4.1 As Associações e a Presença das Mulheres

Um dos processos sociais em curso no município de Mafra, na área da agricultura, são as associações e agroindústrias. O destaque a estas experiências se deve por serem consideradas estratégias da agricultura familiar para a manutenção das pessoas no campo e garantias de fonte de emprego e renda.

No Planalto Norte Catarinense, algumas mulheres trabalhadoras rurais estão se destacando pela atuação junto a estas pequenas cooperativas de produção e agroindustrialização. Estas mulheres constituem o objeto deste estudo, pois se pretendeu investigar a realidade socioeconômica e educativa que envolve as mulheres, focalizando as organizações em associações. Maneira de atuação na agricultura familiar até então considerada diferente e inexistente, mas em Mafra, desponta como modelo para a região do Planalto Norte. Percebeu-se que a relação entre a mulher e os assuntos do desenvolvimento tem sido negligenciada na sociedade brasileira. Isso se deve ao fato de que somente quando um determinado setor é altamente rentável, passa a ser considerado nas estatísticas. Este espaço, que a mulher começa a ocupar, será investigado e descrito, após exaustiva pesquisa.

As estratégias individuais de agricultores familiares se entrecruzaram e se reestruturaram na medida em que um conjunto deles conheceu o BNAF – Banco Nacional da Agricultura Familiar. Entidade que atua em atividades para organização dos grupos de agricultores. O BNAF - Agência Mafra¹³ foi a única a ser instalada no Estado de Santa Catarina, atuando desde 1996, na Região do Planalto Norte, em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rural (STRs) – e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de SC (FETAESC). Sua função é de auxiliar na

¹³ BNAF/SC, 2004, p. 62-74.

formação de associações prestando assessoria a projetos que culminem no empreendedorismo rural, voltado para a agricultura familiar.

As associações de agricultores estão sendo consideradas neste trabalho como uma das maneiras de reestruturar o espaço da pequena propriedade, enquanto maneira de obter rendimentos e desenvolvimento. Há denominações e correntes de pensamento no campo da agricultura familiar que, conforme Abramovay^{xix} são preconceitos que precisam ser superados. As associações são pouco discutidas como uma nova maneira de trabalhar na agricultura. Embora sejam precários os estudos sobre essas experiências, verifica-se sua presença em diferentes regiões, e as motivações evoluem junto com o processo de aperfeiçoamento destas novas práticas numa trajetória de vida que se reproduz material, social e culturalmente no meio rural.

Nestas experiências, a atenção no decorrer da pesquisa voltou-se para a atuação da mulher. Neste estudo elas são expostas de maneira exploratória, uma vez que ainda não foram objetos de uma análise mais detalhada. Segundo Stropasolas (2004)¹⁴, o acesso das mulheres, mais que dos homens, ao ensino formal, leva-as a incorporar os valores urbanos e a estarem preparadas minimamente para enfrentar os desafios da vida urbana.^{xx} Nas famílias de modo geral, são as filhas as mais persistentes na continuidade dos estudos regulares. Nos saberes tradicionais herdados dos antepassados, a descendência de segunda ou terceira geração (netos ou bisnetos) de imigrantes camponeses, poloneses e alemães, principalmente se manifesta na culinária, nos cuidados com a casa, desde a limpeza e organização até a confecção de determinadas peças decorativas como toalhinhas de crochê, tapetes, etc.

Neste contexto, os saberes tradicionais somados aos conhecimentos do ensino formal constituem uma mescla que estão na base das mudanças sociais em curso, no espaço rural.

¹⁴ Stropasolas, 2004, p. 253-267

2.4.2 As Mulheres no Centro das Ações de Sociabilidade no Universo Rural

As possibilidades de emergirem mudanças têm relação estreita com a função que a mulher desempenha no processo de organização. Nesse sentido, a mulher constitui um elo fundamental na manutenção da trama do tecido social existente. A atuação das mulheres nas atividades de socialização sem caráter político, ou seja, no campo da religião ou das relações familiares contribui para a manutenção da sociabilidade.

Todas as famílias dos grupos praticam uma religião, com predominância de católicos. O espaço semanal da missa é o lugar de encontros, das trocas entre parentes e vizinhos, entre aqueles que estão fora e vêm visitar as pessoas da localidade. As mulheres, na sua maioria, participam ativamente de vários grupos dedicados aos trabalhos de orientação religiosa, como catequese, cursos de batismo, casamento, grupos de reflexão, bem como trabalhos desenvolvidos pelas pastorais da família, da criança e do adolescente.

No que tange às relações familiares, as mulheres procuram freqüentar com assiduidade a casa dos pais, que se transforma no lugar do encontro semanal. É ali que se busca apoio para situações de dificuldade, têm-se notícias de parentes, trocam informações de toda ordem, mantendo-se e articulando-se a coesão do grupo social. Embora na atualidade algumas mulheres participem de outras estruturas organizativas, como os sindicatos rurais e as associações comunitárias e de produção, o papel delas é mais evidente nos espaços de domínio privado em que 'costuraram' o tecido das relações sociais.

Nesse sentido, é importante conhecer a atuação das mulheres na sociabilidade, como um exercício de articulação e de participação fundamental para a própria ruralidade, pois dele saem os fios que fortalecem as mulheres para atuar no mundo público. Esta prática evolui para a metamorfose da mulher na pequena propriedade.

A presença da mulher em um processo produtivo suscita a emergência de novas formas de se estar e viver o rural. A predisposição para exercitar novas formas de produzir, em que ela pode inclusive recuperar saberes que são parte de seu patrimônio sociocultural, atuando como um sujeito social que interage com o espaço público. Entender a novas formas de rearticulação, de cooperação e de troca

nos processos produtivos, partilhando trabalho, terra e os instrumentos utilizados no trabalho, bem como participar dos resultados no momento da comercialização. Tal exercício vem sendo experiência em organizações onde as mulheres atuam.

Os espaços das mulheres nestas organizações podem anunciar significativas reflexões sobre as novas ruralidades. Compreender onde as mulheres adquirem os instrumentos que as capacitam para atuar nos arranjos de suas práticas no espaço público, pode ser uma ponte para buscar a articulação do outro eixo que orientou a pesquisa, o da visibilidade das mulheres no mundo rural em metamorfose.

2.4.3 As Associações como Espaço de Atuação-Educação das Mulheres

A atenção volta-se para as ações das mulheres nas associações. O foco fica estabelecido a partir da organização de um grupo coletivo, pois compreender o processo de apropriação de conhecimentos que sustentam a prática e a evolução das mulheres, enquanto sujeitos neste processo; observar como se articulam as discussões e as atividades nos espaços coletivos divididos entre homens e mulheres ou somente entre mulheres, nos quais se relacionam e vivem cotidianamente; também identificar a atuação das mulheres em funções que demandam articulação e relação política voltado para os espaços públicos constituem-se em prioridades emergentes. É preciso perceber como as mulheres problematizam, questionam e enfrentam as dificuldades oriundas das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que estão na base das relações de poder que se estabelecem nas sociedades com forte viés patriarcal.

As mudanças, que ocorrem no meio rural e na sociedade em geral, não consideram as relações específicas que envolvem as mulheres, considerando-a num contexto geral. Este comportamento negligencia as estatísticas que revelam uma sociedade envolta em relações desiguais entre homens e mulheres.^{xxi}

Assim, a atuação das mulheres nas cooperativas investigadas é percebida em várias dimensões e a análise extrapola as relações entre homens e mulheres, passando a incorporar integralmente aspectos que demonstra o movimento das mulheres entre as esferas públicas e privadas.

2.4.4 Educação e Desenvolvimento: Uma Questão Também das Mulheres

Três temas abrangentes, aparentemente pouco convergentes e difíceis de serem unidos textualmente, expressam a dimensão e a complexidade que os impregnam. Mas é nesta direção que segue o conteúdo o qual descreve a atuação das mulheres que se educam ao longo da vida e apresentam anonimamente ações pontuais, consideradas maneiras inovadoras de enfrentar o desafio do século XXI. As mulheres encontram uma nova maneira de desenvolver os espaços locais, regionais, nacionais e também globais, posto que, historicamente, peregrinaram à margem das políticas de desenvolvimento.

Os discursos oficiais apontam a educação como redenção, fator imprescindível para o desenvolvimento^{xxii}, um modelo de educação pré-determinado e formalizado dentro das normas e necessidades do capital inserido na sociedade. Saviani (2006, p. 427) escreveu que cabia à escola “formar a mão-de-obra que progressivamente seria incorporada pelo mercado”. Intrinsecamente ligado à teoria do capital humano difundida nos Estados Unidos, a educação passou a ser considerado fator de desenvolvimento¹⁵. Assim, investir em educação é potencializar o capital humano.¹⁶ No Brasil, a onda de educação como capital humano é assumida passando a incorporar e direcionar os discursos e as políticas públicas para o setor reduzindo-se:

[...] à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e conseqüentemente de produção (FRIGOTTO, 2006, p. 40)

Após a década de 1970, a teoria do capital humano assumiu novo sentido. Saviani (2007, p. 428) explica:

Nesse novo contexto, não se trata mais da iniciativa do Estado e das instâncias do desenvolvimento visando a assegurar, nas escolas, a preparação de mão-de-obra para ocupar postos de trabalho definido num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que deve exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado. E o que deve esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista de status de empregabilidade.

¹⁵ Frigotto, 2003, p. 40-58.

¹⁶ Schultz, 1962.

A educação a que este estudo se refere é conceitualmente mais abrangente e está relacionada com a aprendizagem que ocorre ao longo da vida, que instrumentaliza e capacita os sujeitos para conhecer a sua realidade e como foi estabelecido, apropriar-se do real para transformá-lo de forma consciente.

Nesta mesma dimensão passou a ser entendido o desenvolvimento, como um processo que possibilita a potencialização do ser humano para que ele se transforme em pessoa autoconfiante e capaz de inventar recursos, movimentar os já existentes e agir de forma cooperativa e solidária a partir de seu local. A educação e o desenvolvimento são contextualizados a partir do universo das mulheres, objeto deste estudo. O espaço ocupado pela mulher na sociedade é evolutivo e se amplia na medida em que segue o curso da história. A partir dessa constatação, faz-se necessário analisar os processos utilizados pelas mulheres no acesso aos espaços, bem como às condições de permanência e equidade presentes nas relações que se constroem em tais espaços.

2.4.5 Os Processos Históricos

A construção sociocultural da humanidade moldou os comportamentos e as relações de acordo com costumes milenarmente formados. Segundo Anthony Giddens (2005), no conjunto de costumes e valores, deu-se ao homem (macho) a ligação com o construído e à mulher (fêmea) com o naturalizado. Essa identificação simbólica da mulher com a natureza contribuiu ao longo do tempo para mantê-la numa situação de ser subalterno. E a sociedade seguiu o curso da história pensando e agindo a partir do olhar masculino. Olhar que predominou em todas as esferas sociais, inclusive no desenvolvimento e na educação.

Os modelos de desenvolvimento econômicos praticados ao longo do século XX pautaram-se na evolução da ciência e da tecnologia, com o intuito de estabelecer a hegemonia do capital, estabeleceram prioridades que levaram o planeta ao desequilíbrio político, econômico, social, ambiental e desafiam o homem a repensar sua existência na modernidade.

A tecnologia, a informática, a biotecnologia, a microeletrônica, as telecomunicações, tudo está num constante evoluir cujo futuro não encontrará

limites para a genialidade do homem. São os “tempos modernos” que Hegel emprega para conceituar modernidade (HABERMAS, 2002 p. 9). Estes tempos modernos são ambíguos, e

[...] entre as múltiplas tarefas impossíveis que a modernidade se atribuiu e que fizeram dela o que é, sobressai a ordem. [...]. A ordem é o contrário do caos: este é o contrário daquela. Ordem e caos são gêmeos modernos (BAUMAN, 1999, p. 12).

O desenvolvimento promovido pela modernidade não deu conta de incluir 1,3 bilhões de pessoas, as quais não dispõem de o mínimo para a sobrevivência, estando na linha da indigência no mundo. “[...] o número de pobres é maior que nunca antes na história da humanidade, e a pobreza extrema avassala mais de um bilhão de habitantes do planeta” (LEFF, 2001, p. 58). A maioria dos pobres a que Leff se refere são mulheres. É o que revela o relatório “Por um Brasil sem Desigualdades” da Comissão Externa da Feminização da pobreza no Brasil, elaborado pela Câmara dos Deputados e divulgado em 2004. Neste contexto, o desenvolvimento econômico e social é fundamental e urgente, mas apresenta-se distante de grande parte da humanidade.

Nas novas discussões sobre o desenvolvimento há a busca incessantemente pela superação dos problemas e o avanço a partir da ampliação do foco de análise, considerando as múltiplas dimensões da complexidade em torno da responsabilidade em pensar alternativas reais para os problemas, que não são resolvidos somente pela técnica. O reconhecimento de que os rumos do desenvolvimento precisam mudar surgiu da constatação de que “a maioria dos problemas, que hoje enfrentam os administradores das ordens locais, é produto de atividades para a resolução de problemas. [...] Os problemas são criados pela resolução de problemas” (BAUMAN, 1999, p. 22). Sendo assim, o desenvolvimento avança reconhecendo, ampliando e estimulando as oportunidades de os seres humanos resgatarem sua autonomia e seu potencial, para protagonizar e operacionalizar as soluções dos problemas enfrentados na esfera social e econômica. A garantia de educação, saúde, lazer, moradia, trabalho, enfim, qualidade e dignidade de vida, precisam tornar-se objetivo do conjunto de atores envolvidos nas esferas locais, e considerar, parafraseando Bernardo Kliksberg¹⁷ que o ser humano não é um meio para se chegar ao desenvolvimento, mas o seu fim

¹⁷ Kliksberg, 2002.

último. Cabe também destacar Sem ao afirmar que a expansão das liberdades é vista como principal fim e principal meio para se chegar ao desenvolvimento.¹⁸

Nunca se falou tanto em desenvolvimento como nas últimas décadas em todo o mundo. O desenvolvimento tornou-se o slogan do século XXI e a crença é de que de seu êxito sairão as respostas aos problemas econômicos e sociais do mundo atual. Admite-se que as iniciativas até então se tornaram obsoletas para a maior parte das pessoas para quem o 'desenvolvimento' não estava direcionado. Dependendo das concepções de desenvolvimento adotadas em cada país. Para quem reúne um conjunto maior de fatores favoráveis ao mesmo, o desenvolvimento já é considerado realidade; outros, porém, julgam já saber o caminho para o desenvolvimento, mas continuam na dependência; e para outros ainda, o desenvolvimento está somente no desejo utópico, como sugere o pensamento inicial, precisa de uma longa caminhada para chegar ao desenvolvimento.

Sachs (2000, p.59-83) em seu livro intitulado "Dicionário do Desenvolvimento – guia para o conhecimento como poder", adicionou o estudo do economista mexicano Gustavo Esteva, revelando os conceitos que impregnam o termo desenvolvimento. O termo desenvolvimento com os significados que lhe são atribuídos, hoje, remonta ao final da década de 1940, quando do fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América tornaram-se grande potência. O desejo de consolidar e perpetuar a hegemonia no mundo levou-os a estabelecer um plano para oferecer aos países 'subdesenvolvidos'¹⁹ e aos devastados pelos conflitos da guerra, seus avanços científicos e seu modelo de governar foram difundidos.

A economia tomou emprestado o termo 'desenvolvimento' da biologia, ciência na qual se originou no século XVIII.^{xxiii} Esteva, na tentativa de aproximar o termo ao que comumente se conhece hoje, estuda sua história e observa que o mesmo aparece atrelado ao colonialismo. Na Lei de desenvolvimento das Colônias Britânicas constavam que o colonizador deveria responder por duas funções; ser capaz de desenvolver a região que lhe foi confiada e ao mesmo tempo cuidar do bem-estar dos nativos. Neste momento histórico o desenvolvimento aparece relacionado à gestão de determinado território.

¹⁸ Sen, 2000, p.10.

¹⁹ Ver Sachs, 2000.

Para Esteva In: Sachs (2000, p.64):

Quando o nível de civilização passou a ser identificado com o nível de produção, o duplo mandato (desenvolver e cuidar do bem estar) deu lugar a apenas um: 'o desenvolvimento'. No decorrer do século XX, diz Esteva, os contextos em que foram atribuídos significados ao termo desenvolvimento se assemelham a uma 'ameba'. 'Hoje, ele é um mero algoritmo cujo significado depende do contexto em que é utilizado' (2000, p.64).

A metamorfose do conceito de desenvolvimento passou por muitos domínios no decorrer da história. Demonstrou sua fragilidade na década de setenta, após observar que o crescimento econômico não gerava o desenvolvimento social. As Organizações das Nações Unidas (ONU) demonstraram preocupação passando a unificar os aspectos sociais e econômicos referentes ao desenvolvimento.

Para Esteva In: Sachs (2000, p.69):

Era preciso formular um novo paradigma, o da integração, após reconhecer que existia uma integração obrigatória entre recursos físicos, processos técnicos, aspectos econômicos e mudança social.

O olhar se voltava para uma estratégia global. Na década de 1970, a orientação da ONU era incluir todos os setores da população nos programas, reorganizar ou recriar estruturas que favorecessem a participação da população no processo de desenvolvimento, buscar a igualdade distribuindo renda e riqueza e priorizar o desenvolvimento dos potenciais humanos e as necessidades da infância. As iniciativas foram frustradas, mas serviram de base para incluir novas idéias ao debate sobre desenvolvimento.

No decorrer da década de 1970, a tentativa de unificar a abordagem prática seguiu rumo contrário e as temáticas consideradas importantes como o meio ambiente, a fome, o crescimento demográfico, a opressão das mulheres, entre outros, foram tratados de maneira isolada. Em 1974, a Declaração de Cocoyoc^{xxiv} insistiu que o desenvolvimento deveria ser de pessoas e não de coisas. Neste relatório ainda estavam afirmações como:

Qualquer processo de crescimento [...] que não leve à satisfação (das necessidades básicas) – ou, pior, que prejudique essa satisfação – é uma imitação grotesca da noção de desenvolvimento (SACHS, 2000, p.70).

As discussões que se seguiram convergiram para que no centro das intenções do desenvolvimento estivesse o ser humano. A sugestão foi de não esperar que a satisfação das necessidades básicas fosse resultado do processo de desenvolvimento, mas que fosse pensado em saídas para resolver as necessidades.

Em meio às críticas do processo de desenvolvimento em curso, nas discussões da ONU surgiu o conceito de desenvolvimento endógeno. O mesmo rejeitava a imitação mecânica de um modelo industrial e sugeria a consideração dos sistemas valorativos e culturais e as especificidades de cada país. Este conceito pareceu contraditório na medida em que os contextos de muitos países não conseguiriam fazer emergir o desenvolvimento tal como fora entendido e idealizado. Desenvolver o local naquele momento significava seguir o contrário da doutrina do capital cujos esforços eram para globalizar.

A década de 1980 foi considerada a “década perdida” em termos de desenvolvimento. A partir de 1990, com a obsolescência das iniciativas anteriores e do colapso ambiental já apontado por cientistas de todo o mundo, o desenvolvimento foi retomado a partir dos princípios da sustentabilidade. Este período foi marcado pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, de onde saiu às indicações para a elaboração da Agenda 21 Global. Sobre este momento Esteva In: Sachs (2000, p.72) afirmou que

[...] o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada.

O desenvolvimento foi ao longo dos anos uma construção social na qual o poder econômico procurou ajustar em seu entorno as demais esferas sociais.^{xxv} Atualmente, o mercado através de instituições governamentais e não governamentais, tem feito as mediações diante das necessidades de considerar o fator ambiental nos planejamentos econômicos e sociais.

As considerações de Esteva, contidas In: Sachs (Ibid., p.59-83) traz resumidamente a base histórica da temática do desenvolvimento, a partir da qual os estudos contemporâneos podem valer-se para construir qualquer análise sobre o assunto, seja endógeno, sustentável, econômico, global, regional ou local.

2.4.6 O Desenvolvimento Atual

As políticas de desenvolvimento, elaboradas desde o final da Segunda Guerra Mundial, formuladas e implementadas por meio de planos/programas/e projetos, implementadas em nível nacional e internacional não contemplando a participação da sociedade, contribuiu para aumentar a distância entre os países ricos e pobres. Somente após os fatos revelarem o caos social, iniciou-se paulatinamente a construção de um novo foco para o conceito de desenvolvimento.

Em Abbagnano (2003, p.241) aparece como “Movimento em direção ao melhor”, e o termo “evolução” como seu sinônimo. A notoriedade adquirida pela economia na década de 1950 tornou o desenvolvimento alvo das políticas públicas nacionais e internacionais. O termo passou a ser usado na literatura com mais intensidade em substituição a noção de progresso. A idéia de crescimento econômico apenas foi considerada ineficaz.^{xxvi}

A economia clássica deixa uma lacuna quando não considera as especificidades e as condições diferenciadas de pequenos, médios e grandes empreendedores nem as características específicas de região, bem como aspectos axiológicos que influenciam diretamente às atitudes de empreendimento. Neste contexto surgem teorias que, aparentemente inovadoras, estão impregnadas de conceitos outrora conjecturados. Estas teorias apontam a região e suas especificidades como possuidora do germe do desenvolvimento, pois nela estão as dificuldades, mas também os elementos para a superação. Num contexto de globalização e descentralização, como afirma Buarque (1999, p.09):

[...] o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Porém, Birkner (2006) pondera que, mesmo com o esforço das comunidades, o desenvolvimento não resulta unicamente de iniciativas endógenas, ressaltando a necessidade do investimento público para estimular as potencialidades existentes nas comunidades locais, observando a preservação e a recuperação dos recursos naturais, considerando os aspectos culturais, o enraizamento social de grupos familiares, resgatando elementos que vão além do estritamente econômico.

Das modernas discussões sobre o desenvolvimento, a ele é associado o conceito de capital social como uma possibilidade de facilitar a ação de diferentes tipos de atores sociais para além dos agentes econômicos. É o caso da experiência de Robert Putnam (1996) na Itália, destacando que o desenvolvimento e o crescimento de regiões se devem aos aspectos internos e externos e que transcendem as questões econômicas. Priorizou em seus estudos as condições que as instituições públicas mobilizavam os recursos sociais para alcançar um grau elevado de bem estar coletivo.^{xxvii}

Putnam (1996) observou, após 20 anos de pesquisa na Itália, que na raiz do desenvolvimento estão as organizações sociais milenares, as quais formaram uma comunidade de interesse atuante nas questões públicas, esta valoriza a virtude cívica e para a qual cidadania significa deveres e direitos iguais para todos. Esta tradição de cooperação e laços de solidariedade não é linear em todas as regiões, isto é, regiões onde a pobreza e o atraso persistem, ali também estão dificuldades de seus habitantes de agir em conjunto visando objetivos que transcendam aos interesses materiais imediatos da família nuclear ou pequenos grupos.

Outro teórico que percebeu o desenvolvimento para além dos aspectos econômicos é o economista chileno Sergio Boisier (1999b). Segundo ele, há uma incoerência lógica na idéia de desenvolvimento e desloca o foco para questões que chama de capital sinérgico. Este entende que, os elementos multidimensionais de caráter institucional, social e cultural podem originar uma rede que possibilite a transformação de impulsos de crescimento em estágios de desenvolvimento. Considera fundamental a interação entre o Estado e a sociedade para que haja desenvolvimento e bem estar em determinado território. O autor identifica vários tipos de capitais e propõe a articulação que evidencie o que chama de capital sinérgico.

[...] a la capacidad [...] societal [...] de promover acciones en conjunto dirigidas a fines colectiva y democráticamente aceptados, com el conocido resultado de obtenerse así un producto dinal que ES mayor que la suma do los componentes (BOISIER, 1999b, p. 66).

Para ele, as questões subjetivas do capital social são modismos que vem adentrando o tabernáculo do neoliberalismo. Reconhece uma transição paradigmática em que distintos indivíduos, sem conhecer-se têm uma mesma linha de pensamento, começa de forma simultânea a formar as mesmas críticas, explorar os mesmos caminhos, formular as mesmas perguntas, as mesmas opiniões, este é o

intangível do desenvolvimento. Suas contribuições estão no sentido de procurar maneiras do capital sinérgico atuar como catalisador do que intitula de: capital econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicossocial, social e cívico.²⁰

Além de Putnam e Boisier também Sen (2000) tem contribuído para as recentes discussões sobre o desenvolvimento. O autor analisa que os problemas sociais existentes são realidades presentes em países ricos e pobres e afirma que o centro do desenvolvimento está na superação destes problemas. Para isso acrescenta nas reflexões sobre o desenvolvimento outro fator. Trata-se da liberdade individual como fonte de comportamento social considerando-a como o fim, mas também o principal meio para o desenvolvimento. Assim como Boisier (1999b) fala dos encadeamentos dos diferentes capitais, também Sen (2000) considera que os encadeamentos entre as diferentes formas de liberdade podem promover o desenvolvimento.^{xxviii}

Suas afirmações evidenciam que as privações de liberdade limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas na condição de agentes do desenvolvimento. Esta condição se concentra particularmente nas inter-relações entre certas liberdades, dentre as quais as oportunidades econômicas e políticas. As instituições como o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público entre outros, são observados pela contribuição para a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos como agentes ativos, e não recebedores passivos de benefícios. A democracia possibilita a existência de um processo social inovador, onde as ações e as possibilidades sejam diferentes para grupos também diferentes e com prioridade para os grupos de risco. A democracia vigente não pode sacrificar direitos políticos e civis, por considerá-los como obstáculos ao desenvolvimento.

Para Sen (2000, p.10): “[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente suas condições de agente”

A idéia de desenvolvimento defendida contrasta com as que identificam o mesmo com crescimento do PIB, aumento da renda pessoal e industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Estes fatores contribuem, mas não o suficiente, é preciso que se removam os principais pontos de privação da liberdade

²⁰ Boisier, 1999b, p.61-78.

que Sen identifica como, “a pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência do estado repressivo” (Ibid., p.18).

Segundo Sen, a liberdade promove a expansão e potencialização da capacidade das pessoas de levar o tipo de vida que valorizam com autonomia, motivando-as para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo. A isto Sen chama de condição de agente do indivíduo e que está no centro das questões do desenvolvimento.^{xxix}

Ao referir sobre a liberdade, Sen (Ibid.) identificou cinco liberdades instrumentais. Denomina-as de: facilidades econômicas, consideradas as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar os recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas refletem no aumento do poder de entitamento da população; oportunidades sociais as quais são as disposições de acesso à educação, à saúde, à moradia, entre outras, e influenciam na liberdade do indivíduo viver melhor.

Tais oportunidades surgem não somente para viver melhor a vida privada, mas para melhorar a participação nas atividades políticas e econômicas; garantias de transparências, que se referem às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar ainda a liberdade de lidar uns com os outros de maneira aberta. Quando essa confiança é violada, a comunidade é afetada negativamente. A confiança pode inibir a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas. Liberdades políticas são as oportunidades de decidir quem deve governar, sob que princípios, sobre as possibilidades de fiscalizar e criticar os governantes, se expressar politicamente e escolher o partido político; segurança protetora, considerada necessária para proporcionar uma rede de segurança social que impeça as pessoas à indigência. Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, as liberdades instrumentais ligam-se umas as outras com o fim de plenitude da liberdade humana em geral (SEN, 2000).

Os três autores Putnam, Boisier e Sen, direcionam seus estudos sobre o desenvolvimento enfatizando fatores extra-econômicos, ou seja, o capital social, o capital sinérgico e as liberdades individuais. A idéia de capital social surge da intenção de alcançar o desenvolvimento econômico enfatizando questões políticas. A sinergia do Boisier (1999b) pode ser considerada como “uma ação combinada de

diferentes fatores” (ABBAGNANO, 2003, p.903). Com relação à liberdade, olhar o desenvolvimento de uma comunidade, tomando como referência as possibilidades do exercício de liberdade das pessoas que a compõe, requer eliminar as fontes de privações da mesma. Dos autores citados, Amartya Sen dedicou parte de seus estudos às mulheres, observando as condições de agente.

No tema que Sen dedica às mulheres²¹, afirma que a busca do bem-estar revelou capacidades escondidas nas mulheres e que demonstraram seu valor como agente social.^{xxx} Em suas análises afirmou que, a condição de mal-estar das mulheres afeta crianças, homens e mulheres, adultos e idosos. Por este motivo, mesmo que não fosse intencional a condição de agente, ela é necessária para a sociedade pelo papel que a mulher ocupa, mesmo não sendo reconhecida.

O trabalho fora de casa tem efeito formativo para a mulher. Ela ganha voz ativa, a família ganha mais em proteção e o trabalho da mulher fica mais visível. Observou que, ao mesmo tempo em que a mulher desenvolve ações para melhorar o bem estar dos outros, ela melhora o seu bem estar, e afirmou que “[...] qualquer tentativa prática de aumentar o bem estar feminino, não pode deixar de recorrer à condição de agente das próprias mulheres para ocasionar tal mudança” (SEN, 2000, p. 221). Com esta constatação afirmou que, a mudança de condição social das mulheres será ato das próprias mulheres.^{xxxi}

Também a condição de agente da mulher, intensificada pela instrução e pelo emprego, pode, por sua vez, influenciar nas mulheres a participação política sobre diversos temas sociais, incluindo taxas de fecundidade aceitáveis e prioridade para o meio ambiente. Há ainda a divisão intrafamiliar dos alimentos e dos recursos econômicos da família que são empregados de forma a atender aos interesses dos diversos indivíduos da casa. A condição de agente das mulheres tem um enfoque maior do que fora esperado, mas a sua condição de agente é uma das áreas mais negligenciada nos estudos sobre o desenvolvimento. Segundo as afirmações de Sen, tornam-se relevantes nas discussões sobre o desenvolvimento quanto reconhecer a liderança das mulheres nas esferas política, econômica e social para a sua condição de agente.

Suas observações também revelaram que a alfabetização feminina e a participação na força de trabalho relacionam-se diretamente à condição de agente.

²¹ Sen, 2000, p. 220-235.

Nesta constatação afirmou que é coerente a inferência das ações das mulheres para o desenvolvimento social e que as mesmas fazem jus ao lugar de destaque pela abrangência que atingem.^{xxxii} Cabe aqui uma menção ao que Sen (2000) observou ainda que a propriedade da terra, o acesso ao crédito e as ações voltadas para o meio ambiente tem maior eficácia onde estão inseridas as mulheres. São espaços nos quais as mulheres vêm adentrando e que estão na base dos fatores que poderão desencadear o desenvolvimento. Contudo, não se observou nos estudos de Sen (2000) questões de fundo referentes a cultura patriarcal, sem os quais sua análise pode estar incompleta.

2.4.7 Considerações

O desenvolvimento foi tema que impregnou os órgãos internacionais levando-os a repensar suas políticas para o mundo, incluindo aspectos extra-econômicos. As questões sociais passaram a ser consideradas, mas existem críticas acerca desta inovação no conceito de desenvolvimento questionando se os mesmos não passam de máscara para a continuidade dos modelos antigos. As teorias estabelecem avanços quando afirmam que as questões sociais precisam fazer parte das políticas de desenvolvimento, sobretudo porque o 'mercado regulador' não deu conta da tarefa. Cabe ponderar que existe a possibilidade de num futuro próximo, constatar que os aspectos sociais somados ao econômico não deram conta de promover o desenvolvimento (sustentável), pois não houve a inversão da lógica do sistema produtivo que privilegiasse as ações ecologicamente corretas.

Na afirmação de Sen (2000), basta a condição de liberdade para que os indivíduos evoluam da sua condição social. O acesso à saúde, à educação, entre outros direitos individuais, é suficiente para transformar as pessoas em agentes condicionados a participar e a garantir o êxito do mercado econômico, por fim o 'desenvolvimento'. Nada pode ser mais legítimo que as reivindicações básicas e dignas que permitam as pessoas a existir. Para a lógica do capital, estas condições são suficientes, pois possibilitam às pessoas condições de produzir. Porém, para que haja cidadania urge que os indivíduos se movimentem, tenham acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade e utilizem estes conhecimentos para melhorar

o seu cotidiano. Neste sentido, Norberto Bobbio, citado por Santomé, corrobora ao escrever que a liberdade individual está submetida ao sistema produtivo.

Esta submissão torna a liberdade individual anódina.

[...] não importa tanto que o indivíduo seja livre 'com relação ao Estado', se depois não é livre 'na sociedade'. Não importa tanto que o indivíduo seja livre politicamente, se não o for socialmente. Sob a falta de liberdade como sujeição ao poder do príncipe, há uma falta de liberdade mais fundamental, mais radical e objetiva, a falta de liberdade como submissão ao aparelho produtivo (SANTOMÉ, 2003, p. 11).

Quando a sociedade foi dividida em classes, a partir do surgimento da propriedade privada, os indivíduos perderam a autonomia sobre os meios de produção. Este elemento histórico deve fazer parte das análises que possibilitam entender as mudanças sociais. As novas teorias de desenvolvimento, quando falam na estratificação social, diminuem sua gravidade e com isso margeiam questões de fundo que estão na base da exclusão social, naturalizando-as.

As liberdades individuais são insuficientes na sociedade pós-moderna em que somente tem valor quem consome, conforme afirma Bauman.^{xxxiii} As liberdades individuais são limitadas pelo mercado que para prosperar, abomina a autonomia. A liberdade individual fica inviabilizada numa sociedade em que o governo e as corporações detêm o poder. Cabe lembrar que o capitalismo nasceu e prosperou com o fim da liberdade individual das pessoas e destas sobre os meios de produção. O capitalismo não é um modo de produção baseado no trabalho, mas na compra do trabalho alheio. É no “[...] no interior das manufaturas que se criam condições mais adequadas para a organização capitalista do trabalho” (FRIGOTTO, 2006, p.80).

As condições mínimas de existência apontadas por Sen (2000) em seu livro ‘Desenvolvimento como Liberdade’, não podem ser consideradas únicas para o desenvolvimento, mas podem tornar-se o ponto de partida para que se instalem as condições mínimas necessárias para que os indivíduos se apropriem de sua vida. E assim, reflitam sobre suas condições econômicas e sociais e sejam capazes de interferir nos processos e projetos de desenvolvimento a partir da compreensão do mundo em que vivem. Neste sentido, a liberdade pode juntamente com a educação mediar os processos de desenvolvimento, sem ser a única.

2.5 MULHER E EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE

A intenção deste texto não é negar, questionar, ou contestar a importância da educação para a inclusão das pessoas no mercado de trabalho, mas inferir reflexões acerca de fatores ocultos que envolvem esta temática, destacando nela a trajetória das mulheres.

As mudanças econômicas, políticas e culturais ocorridas em todas as esferas da atividade humana, interferiram na educação. No mundo globalizado, a mesma vem sendo considerada importante para a inserção e permanência dos indivíduos nas oportunidades de trabalho. O elevado grau de competitividade no setor produtivo ampliou a demanda por conhecimentos e informações. Nesta perspectiva, a educação é, na atualidade, tema da pauta de discussões de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Considerada fundamental nas esferas política, filosófica, social e econômica, as quais a atribuem a função de ‘libertar’ as nações pobres. “Desde o surgimento da educação escolar compulsória e de sua difusão pelo mundo, espera-se que a educação pública salve o mundo” (HARGREAVES, 2004, p. 27). Também nos discursos políticos, a ausência de educação é colocada como fator responsável pelo atraso no desenvolvimento das nações. De fato, a educação nunca esteve ‘livre’ da incumbência de libertar os cativos.^{xxxiv} Também Sacristán (2002) confirmou esta opção ao falar sobre as aspirações da educação, tal qual como é considerada atualmente, que entre outras funções, seria direcionar os destinos da sociedade.^{xxxv}

As frustrações relacionadas à ‘utopia’ também refletem as frustrações com a educação. Situação inevitável quando se almeja de determinada esfera, algo que não seria de seu alcance. Este pensamento faz parte da compreensão equivocada de que o progresso tecnológico irá resolver os entraves advindos do atraso econômico e social, e toma a educação como meio para solucionar as dificuldades. Este discurso que envolve a educação incumbe-a da função de não somente desenvolver o indivíduo, mas prepará-lo para desenvolver o país. Concepção que pode direcionar as políticas adotadas pelo sistema educacional, ancorado na visão única, de que somente a educação pode resolver os problemas do país. Cabe lembrar as inferências de Meszáros (2002)^{xxxvi} nas quais nenhuma questão única poderá resolver problemas cujas soluções estão na ação conjunta.

Uma nação que atribui à educação a responsabilidade pelo seu progresso expõe a população que não tem acesso a esta, à miséria e ao fracasso. Conforme Mészáros (2002) nenhuma questão única pode mediar processos sociais, sejam quais forem. A falta de uma visão de conjunto a esse respeito atribui importância ao desenvolvimento econômico e social, somente na educação voltada para a tecnologia. Os educandos são expostos a técnicas que priorizam a preparação e a qualificação de mão-de-obra para o 'futuro', em detrimento do desenvolvimento intelectual.^{xxxvii}

A formação do indivíduo neste processo está centrada nos ditames e nas finalidades do mercado e não na condução que o leve a desenvolver habilidades e meios para pensar o processo. Tal condição suscita críticas severas como as tecidas por Gentili^{xxxviii} (2004) ao questionar a educação para o emprego. No livro "Cidadania Negada" organizado por Gentili; Frigotto (2002, p.56), Paiva no artigo "Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social", pondera que "as instituições educacionais de todo o tipo vêm perdendo suas funções como instâncias legitimadoras e normativas na regulação dos transcurso de vida".

Na seqüência, a autora (Ibid., p.57) afirmou que: "[...] se os processos educacionais ainda desempenham um papel nas mudanças, contribuindo [...] para a identificação de novos lugares sociais, conhecimentos não-escolares precisam ser acionados [...]".

Para entender o que são conhecimentos não-escolares, faz-se necessário compreender as modalidades de educação existentes e que permitem a idealização da dimensão dos conhecimentos que a formalidade educacional, ao incorporar, poderia dar conta. Gohn (1999) ao falar da educação apontou três modalidades, formal, não-formal e informal. A não-formal afirmou tratar-se de uma concepção ampliada, que alarga os domínios da educação para além dos muros escolares resgatando ideais já esquecidos pela humanidade, como por exemplo, a civilidade. Saviani assume uma postura crítica com relação às modalidades de educação. Afirmou que, quando o modelo pedagógico de educação formal passa a ser questionado e a sociedade passa a fazer apontamentos para renová-lo, são acionados mecanismos de recomposição. "Passa-se, então, a minimizar a importância da escola e a se falar em educação permanente, educação informal, etc" (SAVIANI, 2003, p. 69). Para o autor, o ponto de partida para a educação é a

prática social. Esta é comum entre professores e alunos e o método histórico crítico que preconiza propõe a vinculação contínua entre educação e sociedade.

A função social da educação aparece mais claramente na afirmação de Neidson Rodrigues, de que somente conhecimentos e habilidades tecnológicas não garantem a formação ética do ser humano.^{xxxix*} A realidade, no entanto, requer um atendimento escolar diferenciado apresentando à escola desafios que não consegue dar conta, sujeitando-se aos ditames da homogeneização, o que implica em exclusão social, principalmente dos mais pobres. Saviani (1998) alertou que, em estreita conexão com a política econômica, a política educacional, nos países ditos emergentes, vem sendo induzida por agências internacionais, tendo à frente o Banco Mundial, delineando-se uma distribuição de papéis em que se reserva para os países centrais o conhecimento de ponta e o desenvolvimento científico-tecnológico de longo alcance, relegando aos demais países a absorção da ciência e tecnologia produzidas fora, e o preparo de técnicos limitados a manipular os resultados, aumentando a dependência dos países centrais, tanto no âmbito econômico propriamente dito, quanto no âmbito científico e tecnológico.^{xl}

Saviani (1998, p.161), afirmou que

[...] na essência do capitalismo, o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber.

Com base nas idéias de Saviani sobre educação para o trabalho, é possível entender que a forma de gerenciamento vigente na era industrial conferia um 'saber' controlado, o qual permitia a execução do trabalho, sem, contudo representar uma ameaça aos proprietários.

A relação intrínseca entre educação e trabalho e os movimentos em torno podem ser entendidas com auxílio do movimento histórico. Toma-se então as análises de Saviani que se remetem aos tempos da sociedade primitiva na busca de elementos que auxiliem no entendimento da educação na atualidade.

2.5.1 A Unipolaridade entre Trabalho e Educação

A perspectiva de análise da educação e do trabalho parte das inferências apresentadas nos estudos de Saviani, resgatando a relação entre ambos no decorrer do processo histórico. O vínculo entre trabalho e educação exige o entendimento da dimensão que os envolve, fazendo-se necessário situá-los no tempo, destacando os fatores que forjaram sua separação.

Segundo Saviani (2006, p.1), “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. [...] Só o ser humano trabalha e educa”. O que define o homem é a racionalidade e esta assume caráter essencialmente humano. Tal afirmação reconhece características do ser humano que lhe permite trabalhar e educar. O trabalho e a capacidade de produzir definem o homem como racional, mas Saviani cita Bergson que não considera somente o trabalho, mas a reflexão acerca do objeto produzido, ou seja, a intuição ou instinto capaz de forjar a reflexão sobre o objeto criado. Saviani toma como marco do surgimento do homem e o seu rompimento com a natureza.^{xli}

O processo histórico do homem se liga intimamente à sua produção de subsistência. O modo de produzir revela a essência individual de cada ser. O homem se revela na produção de subsistência que não é dada pela natureza, mas aprendida e construída através do trabalho que assume caráter formativo (SAVIANI, 2006).

A origem do homem se confunde com a origem da educação. Saviani (Ibid., p.4), ao resgatar os aspectos históricos que uniram a educação e o trabalho, referencia o modo de produção comunal. “Nas comunidades primitivas [...] os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse processo. Nessas condições a educação se identificava com a vida [...]”. Na atualidade, os termos “educação” e “vida” são utilizados por instituições que se preparando permanentemente ‘durante a vida’ para os desafios advindos do avanço tecnológico.^{xlii}

As teorias do conhecimento estão centradas na aprendizagem, mas somente há aprendizagem quando há envolvimento com aquilo que se aprende, quando o que se está aprendendo tem sentido para a vida, porque a educação se funda no conhecimento e este na atividade humana. O sujeito constrói e reconstrói o

conhecimento a partir do que faz. Nesta concepção, a educação adquire caráter de instrumento de formação humana, que se constitui num processo que envolve as experiências cotidianas. Assim, além da instrução sistemática relacionada ao ensino e à aprendizagem escolar, abrange as experiências acumuladas ao longo da vida e que propicia elementos que possibilitam a prática e a inserção social dos indivíduos.

No momento histórico em que houve a apropriação da terra como espaço privado, ocorreu uma interferência no modo de vida das comunidades primitivas, originando o que se conhece, hoje, como a sociedade de classes. Este fato social marcou a história da humanidade até a atualidade. Episódio que interferiu no modo de trabalho do homem, ou seja, nos procedimentos que davam ao homem a identidade. Com o advento da propriedade criou-se a possibilidade de viver sem trabalho. O homem não só passou a existir sem trabalhar como criou mecanismos para tal. Os meios de produção tornaram-se privados, obrigando a sujeição de uns sobre os outros. O espaço físico-geográfico, outrora público e coletivo, passou a ser dividido entre aristocratas e escravos. Após a privação dos meios de produção, também a educação foi dividida em duas modalidades; uma para os homens livres, centrada nas atividades intelectuais e outra para os escravos e serviçais, assimilada no próprio processo de trabalho. Na Grécia antiga, a educação surgiu como Paidéia para os livres e Duléia para os escravos.^{xliii}

A sociedade de classes nasceu simultaneamente com a educação institucionalizada. A escola se transformou ao longo do tempo e chegou à contemporaneidade como modelo a continuar oferecendo instrução necessária para formar pessoas adaptadas às necessidades do mercado de trabalho.

A educação atravessou gerações e aperfeiçoou sua posição dual. Na idade média recebeu interferência da igreja e posteriormente, já na idade moderna, do Estado, que, sob os auspícios do sistema econômico, interessado em formar mão-de-obra para as indústrias em plena expansão, elevou a escola à condição de “[...] pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória” (SAVIANI, 2006, p.07). Nas novas relações do mercado, o saber, o conhecimento e a ciência são convertidos de potência intelectual em potência material.

Assim, na sociedade moderna, a escola foi estruturada para atender às novas necessidades da dinâmica produtiva, mas a idéia afirmada socialmente fora de que o conhecimento acessado pela escola poderia resolver o problema da falta de oportunidades, próprio da natureza da sociedade capitalista. Mézáros (2005, p.27)

considera uma “contradição em termos” querer procurar uma educação na estrutura do sistema do capital. “É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. Pois, a educação que poderia ser a base para estimular as potencialidades dos indivíduos, está condicionada ao funcionamento do mercado capitalista.^{xliv}

É nesse sentido que Saviani (2006) valoriza e conceitua a educação como "uma atividade mediadora no seio da prática social global". A educação seria coadjuvante no projeto de transformação social. Saviani parte da Pedagogia Histórico-Crítica entendendo esta como a tentativa de superar tanto os limites das pedagogias não críticas como também os das teorias crítico-reprodutivistas. Tem, portanto, sua concepção pressuposta no materialismo histórico que "[...] procurava reter o caráter crítico de articulação com as condicionantes sociais que a visão reprodutivista possui, vinculado, porém à dimensão histórica que o reprodutivismo perde de vista" (SAVIANI, 1991b, p. 75). *Esta dimensão histórica do envolvimento da mulher com a educação trará elementos para compreender a trajetória educativa.

2.5.2 Educação das Mulheres

Ter como orientação particular de investigação, o envolvimento da mulher no processo educativo requer recorrer à ciência da história como referência teórica para análise, no intuito de se aproximar ao máximo dos fatos conforme ocorreram, entendendo-a como “[...] um organismo: o que vem antes condiciona o que vem depois” (CAMBI, 1999, p. 37). Ao tomar como objeto de estudo a educação, Jaeger (1994, p.XVIII) afirmou que “[...] o conhecimento essencial da formação grega constitui um fundamento indispensável para todo o conhecimento ou intento de educação atual”. É a partir deste entendimento que serão destacados de maneira breve o lugar ocupado pela mulher no processo educacional.

O universo histórico-educativo da antiguidade foi marcado por elementos que não são estranhos aos que estudam a educação atualmente. Entre as instituições educativas, da época, já estavam a família, a escola, as oficinas e envolviam sujeitos como mulheres, crianças e mestres, que se utilizavam de instrumentos como livros e

ábacos, entre outros, para educar e instruir, por meio de regras de convívio cotidiano, os indivíduos que formavam o tecido social envolto em processos culturais, os quais se perpetuaram através dos tempos. “A antiguidade, sobretudo a grega, é o armazém dos modelos originários da formação social e humana, dos quadros culturais dessa formação e dos princípios que a regulam” (CAMBI, 1999, p. 54-55)

Embora ignorada, a mulher esteve presente nas lutas e conquistas da humanidade. Seu anonimato imprimiu-lhe comportamentos que internalizados deram-lhe a função de conceber e gerar. Na Grécia Antiga, mais precisamente no período homérico, a posição social da mulher era elevada não pelo que ela representava enquanto sujeito social, mas pelo que ela, enquanto ser biológico podia oferecer à sociedade da época, ou seja, homens para o exército.^{xiv}

Este pensamento sobre a mulher não foi suficiente para dar à cidadania as mulheres gregas, consideradas importantes para fornecer guerreiros para o exército. Para além da procriação, suas funções marcaram a educação dos filhos, a agricultura, o artesanato e a administração do lar. Nas diferentes civilizações exerceu diferentes ofícios, mas no processo educacional a inserção social das mulheres foi de insignificância e obscuridade.

No período da Idade Média, as mulheres tiveram sua vida marcada pela doutrina da igreja católica através da escola cristã. Esta escola educava as mulheres das elites nos conventos e as mulheres de classes menos abastadas continuava à margem do mundo letrado. A subjugação da mulher como ser inferior ignorou-a como ser pensante. No Brasil a educação foi marcada pela doutrina religiosa^{xlv} e foi a primeira grande luta das mulheres.^{xlvii} Na época colonial, as mulheres viviam na indigência cultural e para ultrapassar as fronteiras rígidas do sistema patriarcal foram necessárias muitas lutas, pois um número mais expressivo de mulheres recebia alguma educação, porém, poucas alterações ocorriam na vida das mulheres pobres. Enguita (1989) percebeu a distância entre a vida cotidiana e o que a escola ensinava.^{xlviii}

A educação da mulher se deu na família, instituição que nasceu junto com a propriedade. A função da família de preservar a riqueza necessitava de uma educação que convergisse para estes objetivos. A função destinada às mulheres não exigia esforço e inteligência, não necessitando do ensino, que de certa forma era um conhecimento elaborado e do qual somente precisariam as pessoas que

fossem assumir postos importantes na administração. Não era este o caso das mulheres, destinadas eternamente ao lar.

A sociedade que se instalou no Brasil, no período colonial, implantou o comportamento patriarcal com as mulheres, trazido da Europa medieval, junto com os colonizadores, vieram para o Brasil os jesuítas para doutrinar a sociedade.

Em seu sistema de ensino, pautado nos modelos europeus, “[...] doutrinavam os meninos nas escolas e as mulheres nas capelas e igrejas” (SAFFIOTI, 1979, p. 187). Os ensinamentos dos jesuítas foram para as mulheres reforço à submissão, à igreja e ao marido com restrita participação cultural e diferenciação das incumbências de acordo com as classes sociais, ou seja, para as mulheres da elite o dever era cuidar da casa, dos filhos, dos escravos. Para as mulheres escravas e serviçais, era estar sempre à disposição dos seus senhores, servindo-os, funções para as quais não era necessário o conhecimento organizado. Assim, aos homens era ensinado a ler, a escrever e a contar; as mulheres a coser, a lavar, a fazer rendas e outros afazeres manuais, também incluindo, os bons costumes.

A política educacional no Brasil, desde o início, se desenvolveu em meio a um emaranhado de interesses. Nos diferentes momentos históricos passou a adotar as especificidades de acordo com as políticas econômicas assumidas em cada momento. No Brasil Colônia a presença do estado era praticamente inexistente. Não havia instituições autônomas, mas representações locais sob poder da metrópole. A sociedade civil se organizava em torno das orientações da igreja.

A estrutura social era composta por escravos, latifundiários, administradores portugueses e o clero. A importância e a preocupação era manter as relações de poder e dominação e esta era a função primordial da escola. As escolas jesuítas preenchiam essas funções, garantindo a própria reprodução da sociedade escravocrata. Tais escolas forneciam os quadros de administradores locais, que representavam a coroa, sendo os colégios e os seminários centros de reprodução da cultura européia.

Todas estas nuances da história não se remeteram às mulheres. O aprendizado da mulher sempre se deu na contramão da oficialidade e as práticas veladas pelo patriarcado deixaram vestígios profundos na construção identitária da mulher. “Na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira ‘heresia social’” (SAFFIOTI, 1979, p.189).

Com a instalação da república e a expansão de escolas, a educação para meninas passou a ter importância, porém, ao mesmo tempo o *locus* da mulher continuava a ser o espaço privado do lar. Todas as aberturas que foram sendo impetradas tinham o objetivo de preparar a mulher para as funções maternas.

O Estado e a Igreja, reconhecendo a família como espaços de formação do homem, estavam cientes da importância da mulher, por isso a preocupação com a educação. Para estas instituições, o ensino fazia parte de uma estratégia na qual as mulheres não eram o objetivo último, mas o instrumento que sustentava a base da família.²² A educação atrelada à igreja contribuiu para que a mulher saísse de casa e fosse para a escola, porém, num processo de educação considerado necessário para melhorar o trabalho e a produção, não para a emancipação social. As mestras que ensinavam as meninas eram isentas de ensinar noções de aritmética e geometria.²³

À mulher brasileira sempre coube o papel de responsável pela educação das crianças, concepção firmemente defendida pelo colonizador português, para o qual a responsabilidade da mulher não deveria transpor as fronteiras do lar.^{xlix}

Não havia a intenção de preparar as professoras, pois sua incumbência era o de se preocupar em preservar a moral e os bons costumes. Enquanto que aos homens era recomendado o ensino superior, às mulheres era o casamento. As influências dos movimentos liberais, em expansão na Europa, questionavam o papel social da mulher abrindo espaços para novas correntes de pensamento. A igreja representou o conservadorismo e se esforçou para manter a ordem de seus interesses. Movimentou-se para retardar as mudanças que se impunham pelas idéias liberais.^l

Atropelada pela base que propunha criar instituições livres de educação, a igreja se rendeu ao liberalismo mantendo traços conservadores. A educação das mulheres continuou com o viés de preparação para as funções de esposa e mãe, pois aos novos ideais não interessava a emancipação da mulher, senão “[...] ressaltar sua condição heteronômica na sociedade [...]” (SAFFIOTI, 1979, p. 210).

Os interesses dos administradores de que o Brasil desenvolvesse, levou-os a “[...] crença inabalável no poder da educação como fator de mudança social, [...]”.

²² Saffioti, 1979, p.187-204.

²³ Para aprofundar a temática ver o texto LOURO, G. L. Mulheres nas salas de aula. In: Mary del Priore. (Org.). História das Mulheres ... 02 ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997. p.443-481.

(Ibid., p.211)* passando a educação a ser vista como um espaço socializador e capaz de promover a formação da personalidade, de acordo com os pressupostos requeridos pelo sistema capitalista de produção.

A república chegou e com ela a laicidade do ensino. Porém, conservando traços das políticas do império. Conservou-se a presença da igreja e o caráter dual no ensino, ou seja, a instrução e a qualificação profissional das classes populares e o sistema destinado à formação das elites. Neste o número de mulheres era irrisório e às mesmas eram reservados os ramos de ensino menos valorizados socialmente, dentre eles o curso normal ou das normalistas, que preparava as mulheres para serem professoras nas escolas de primeiras letras.^{li}

Nos anos cinqüenta, muitas mulheres já haviam ultrapassado as fronteiras do lar para o mundo e rompendo com a visão historicamente construída de fragilidade e de incapacidade, sendo diferente de mãe e de dona de casa. Michele Perrot (1996) considera a filantropia como sendo a origem de uma consciência de gênero, talvez o embrião do feminismo.^{lii} A opacidade que envolveu a mulher como sujeita da história é precedido pela opacidade de seu trabalho no sistema de produção.

2.5.3 O Desenvolvimento e as Mulheres

A associação da mulher com a natureza atribuiu-lhe historicamente, tarefas domésticas e de procriação, ficando para o homem as funções públicas. Numa época em que não eram consideradas cidadãs, sabe-se que as mulheres sempre trabalharam, assumindo papéis e funções fundamentais no desenvolvimento das sociedades. Saffioti (1979) em sua obra 'A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade', toma o período denominado pré-capitalista para elaborar suas análises a partir do trabalho, na tentativa de entender os problemas enfrentados pelas mulheres.

A relação da mulher com o trabalho em diferentes épocas e lugares tem relevância social. Sua presença e seu papel na família eram considerados fundamentais, quando o grupo familiar era uma unidade de produção.^{liii} Na fase pré-capitalista com fortes traços feudais, a família era patriarcal e embora a mulher exercesse atividades laborais com autonomia, esta não se refletia na vida em sua

totalidade. As condutas da mulher estavam vinculadas ao casamento e a tutela masculina. Sua vida era cercada de ambigüidades que a fazia livre e presa ao mesmo tempo. As liberdades exercidas no trabalho contrastavam com a incapacidade civil herdada da tradição que aproximava a mulher da natureza e vinculava sua existência geralmente na pessoa do marido.^{liv}

Na fase de transição de um modo de produção ao outro, o trabalho da mulher encontrou mais barreiras. Com o advento do capitalismo, a elas foram reservadas as funções subalternas. Ações que se valeram dos mitos que justificavam a supremacia masculina e criaram uma estrutura que colocou a mulher na periferia do sistema de produção. Assim, o capital lançou mão da tradição de exploração da mulher para acolhê-la ao novo sistema de produção como trabalhadora inferior e com menor remuneração. “Assim é que o sexo, [...] passou a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 1976, p.35). As mulheres foram ‘aproveitadas’ pelo capitalismo para obter mais-valia e acumular riquezas. Animal sob controle de seu dono.

Proveniente do desenvolvimento capitalista e concomitante ao mesmo iniciou-se o processo de urbanização. Os trabalhadores rurais deixaram para trás a produção doméstica artesanal independente e seguiram quase que em massa para as cidades. Nas pesquisas desenvolvidas por Saffioti apareceram elementos, inerentes aos comportamentos das mulheres no trabalho, que são observados ainda hoje por outros pesquisadores. A subordinação milenar à que a mulher foi submetida moldou uma maneira particular de desenvolver seu trabalho e que se tornou uma vantagem na acumulação dos lucros pelas fábricas. Este fato foi motivo de sucessivas confusões quando as fábricas demitiam os homens para contratar as mulheres por salários mais baixos.^{lv} As atitudes tomadas pelos homens com relação às mulheres revelou que ambos não tinham observado as transformações ocorridas no sistema social, o qual estava transformando suas vidas e conduzindo-os por um caminho sem volta.

O desenvolvimento do sistema capitalista evoluiu e, desde o início, atrelado aos aspectos econômicos. A inserção das mulheres nas atividades ‘fora do lar’ também cresceu, mas elas permaneciam distantes das agendas econômicas. Somente na década de 1970, as instituições reconheceram as questões das mulheres como uma questão social. Porém, nos programas de desenvolvimento, com objetivo de eliminar a pobreza, as mulheres foram instrumentalizadas como

mediadoras de políticas que tinham o objetivo de combater a pobreza e não instrumentalizá-las como protagonistas de experiências que poderiam contribuir para o desenvolvimento. Essa observação foi feita por Sen (2000) ao afirmar que o objetivo das políticas implementadas para as mulheres era eliminar a desnutrição infantil, mas o alcance foi maior e as experiências de desenvolvimento em que as mulheres foram protagonistas chamaram a atenção da sociedade. Neste caso, trata-se de Bangladesh citado por Sen.^{lvi} Esse fato, que envolveu as mulheres, rendeu a Muhammad Yunus o Prêmio Nobel de economia em 1998. O interesse dos organismos Internacionais em promover políticas para as mulheres iniciou após a constatação de que este grupo vulnerável teve contato com outros grupos mais vulneráveis ainda.^{lvii}

O interesse de eliminar a pobreza utilizando a mulher como meio, chamou a atenção dos grupos de mulheres que almejavam incluí-las como protagonistas de projetos que oferecessem a possibilidade de acessar os recursos, tomarem decisões e controlarem os resultados. Nessa direção, as conquistas femininas foram marcadas por avanços e recuos. Durante o século XIX acentuaram-se as diferenças de tratamento entre o homem e a mulher no mercado de trabalho e no âmbito social. Às mulheres auferiam salários menores e eram colocadas em segundo plano nos processos de decisão nos locais de trabalho, nos sindicatos e nos partidos políticos.

Com a crescente absorção da mão de obra feminina pelo mercado de trabalho surgiu a necessidade de preparar as mulheres para as funções que se modernizavam rapidamente. Houve por parte da indústria a necessidade de instruir as mulheres para o manejo de máquinas e, também, melhorar o relacionamento interno. Novamente, nesse momento a educação adquire notoriedade. Se para a indústria a educação tinha este objetivo, para as mulheres, poucas no período inicial, a educação tinha o objetivo de emancipação das condições de opressão e foi por essa forma que as mulheres iniciaram a luta por igualdade numa sociedade marcada pela cultura patriarcal. “As primeiras defensoras dos direitos da mulher no Brasil viam a educação como uma chave para a emancipação feminina e a melhoria de *status*” (HAHNER, 2003, p.115).

A partir da diversificação econômica, o mercado teve novas demandas para as quais exigia a educação. No período imperial as decisões sobre educação foram delegadas ao Estado que assumiu o compromisso de incluir as mulheres, desde que fossem educadas por professoras. Assim, deu abertura para que as mulheres

iniciassem seu processo de educação formal. As normas nesse processo eram estabelecer previamente os conteúdos ministrados e vinculá-los ao aprimoramento das funções do lar.

A educação juntamente com o desenvolvimento constituiu espaços nos quais as mulheres tiveram presença reservada. Em ambas as instâncias foram inicialmente marginalizadas e depois integradas como objeto de facilitação para apropriação do capital.

2.5.4 Educação e Trabalho Marcaram a Vida da Mulher

Durante a maior parte do século XX o índice de escolaridade masculina era superior ao feminino em todos os níveis. Esta realidade não se deu por questões biológicas, mas por condições históricas e estruturais a que as mulheres foram submetidas no longo processo de construção social. Em praticamente todos os países do mundo, o acesso à escola para as mulheres foi difícil e fruto de lutas constantes e intermináveis.^{lviii} Em Beijing, na China (1995), no Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre (2000), e nas Metas do Milênio (2005), estabelecidas pela ONU, os organismos internacionais ressaltaram a necessidade de elevar a escolarização da mulher para que os progressos sociais fossem significativos. As discussões por parte da crítica partem do princípio de que não haverá uma realidade diferente sem o estabelecimento da equidade entre homens e mulheres.

Ao longo da história, a mulher ficou à margem do processo educacional somente ocupando espaço a partir de meados do século XX. Segundo Maria da Gloria Gohn (2001), somente na década de 1970 surgiram no Brasil os movimentos em torno da luta das mulheres. Na Europa, esses movimentos iniciaram na década de 1960. Beltrão e Alves destacam em artigo²⁴ que o *déficit* educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira durante mais de 400 anos. A reversão desse quadro foi a maior conquista das mulheres no século XX.

Historicamente, à mulher brasileira foi reservado o espaço da educação doméstica e da reprodução. A alta taxa de fecundidade fazia as mulheres passarem

²⁴ Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

longo período da vida envolvida nas atividades de criação dos filhos e nos afazeres domésticos. Tradicionalmente, o homem era o provedor da família, portanto cabia a ele a função de se preparar com estudo para obter os melhores salários. Os objetivos das mulheres com a educação inicialmente foram ler, escrever e melhorar os afazeres domésticos; posteriormente foi a descoberta de que pela educação se conquistaria a emancipação.

O progresso da condição educacional da mulher, no Brasil, deu-se com o acesso ao voto em 1932, uma conquista que chegou a ser considerada manobra pela necessidade de eleitores, pois analfabetos não podiam votar. Foi a oportunidade que as mulheres aproveitaram para adentrar na escola. A partir dos anos da década de 1960, as mulheres conquistaram direitos, tendo acesso ao mercado de trabalho e entre o rol de funções que exerciam, estava a educação.^{lix}

A inserção das mulheres no mundo do trabalho se constituiu numa forte tendência desde os primórdios da industrialização. A mulher iniciou atividades fora do espaço privado através das indústrias têxteis, no final do século XIX e desde então, intensificou-se até os dias atuais. As transformações decorrentes deste fenômeno somaram-se à importância da escolarização, também foram diferentes no espaço urbano e rural. Elas estão superando os limites, as contradições e construindo um espaço no mundo do trabalho como protagonista.

A história de vida das mulheres pode ser considerada uma maneira de educação, não somente por aproximar a educação da vida, mas por considerar a vida como um espaço de formação e a educação como um espaço de vida.

2.5.5 Considerações

Quando a mulher ocupa determinado espaço público, envolve-se e se educa nas relações que ele oferece, é correto afirmar que o espaço público é um espaço pedagógico. Nesse sentido a educação é um processo intersubjetivo por meio do qual os seres humanos se constituem e constituem, ao mesmo tempo, o mundo.

A educação no cotidiano proporciona a compressão do processo vivido, onde o indivíduo aprende enquanto faz. Na atuação em espaços da esfera pública, na luta pela sobrevivência, o indivíduo se capacita, desenvolve, e encontra coragem para

ser protagonista de novas experiências cotidianas. É dessa forma que podem ser investigadas as maneiras que as experiências das mulheres, que tendo aprendido a ler e a escrever no espaço formal, não frequentaram mais a escola e, no entanto, desenvolveram atividades cotidianas complexas, transformaram-se em empreendedoras e lidaram com situações econômicas, sociais e políticas nos espaços onde atuavam. Esse aprendizado decorre do cotidiano, “[...] baseado nos costumes, nas leis, nas tradições, nas lutas do dia-a-dia, nas mobilizações, na aprendizagem durante a vida” (ORSO, 2008, p.50). As dimensões da educação informal são consideradas importantes para a inclusão social dos indivíduos, sendo abordada como forma de ensino-aprendizagem que se dá na práxis social e é adquirida ao longo da vida dos cidadãos em espaços e contextos diferenciados e/ou alternativos. A educação informal atua em setores diferenciados da sociedade e envolve as vivências dos indivíduos na comunidade.

O desenvolvimento econômico precisou da colaboração da mulher para funções subalternas para as quais não era necessário estudo. Mas, após séculos de exclusão, hoje se reconhece que a mulher é pivô de processos sem os quais a sociedade não existe ou resiste às mudanças. A mulher atravessou gerações e chegou ao século XXI transformada. É o que observou Touraine (2007, p. 35):

É preciso apoderar-se desta dualidade do ‘eu’, que é ao mesmo tempo determinado pela sociedade e pela ordem que ela mesma impõe, e que é portador de uma demanda de liberdade e de uma capacidade de construir a sociedade e as próprias relações sociais, ao invés de ser determinado por elas.

A história das mulheres foi marcada pela negação dos direitos e da própria subjetividade. Limitadas às funções assistenciais, elas lutam para ocupar espaços a partir dos quais possam criar novas possibilidades e potencialidades. Neste sentido, a educação formal e informal contribui na determinação identitária dos indivíduos, neste caso, as mulheres.

2.6 GÊNERO E AS ESPECIFICIDADES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A vida cotidiana das mulheres do meio rural apresenta-se atarefada em estruturas familiares tradicionais, com forte acento da cultura patriarcal. Com menor acesso à educação, à saúde, com menor reconhecimento político e sem ação

consciente dos projetos de desenvolvimento para transformar as relações desiguais de poder, a realidade se manteve quase inalterada por longo período.

Nos projetos de desenvolvimento voltados para as áreas rurais, durante muito tempo, não houve o reconhecimento das atividades realizadas pelas mulheres como sendo atividades produtivas. No Brasil, apesar das conquistas obtidas pelas mulheres na constituição de 1988, na prática houve poucos avanços. Para além das políticas agrárias e agrícolas, outras lutas sociais as mulheres rurais empreenderam, reivindicaram a inclusão e a ampliação dos direitos das trabalhadoras rurais na previdência e o acesso aos serviços públicos.

Atualmente, essa agenda se ampliou para outras demandas como o aumento do salário mínimo e o combate à violência contra a mulher. Além disso, os movimentos sociais passaram a se articular em redes internacionais tais como a Via Campesina^{lx} e a Marcha Mundial das Mulheres^{lxi} que têm na pauta a posição contrária ao neoliberalismo e a proposição de modelos alternativos de desenvolvimento com maior democracia de gênero. Na agricultura familiar a intencionalidade dos movimentos é dar visibilidade ao trabalho das mulheres nas cadeias produtivas que estruturam a 'pequena' agricultura no Brasil.

Segundo o IBGE (2002), as mulheres representam cerca de 50% da população rural em idade produtiva, ou seja, de 15 e 55 anos, representando 36% da população econômica ativa que desenvolve atividades agrícolas e não agrícolas. Segundo dados do Instituto de Economia do Rio de Janeiro, no ano de 2000, do total de pessoas sem acesso à renda monetária no Brasil, 80% eram mulheres trabalhadoras rurais.²⁵

A vida no campo brasileiro tem uma marca profunda de empobrecimento das populações. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (2000), somente 2% da população do campo vive em condições dignas. Entre os mais pobres, as mulheres chegam a 62% dessa população. Sobre tomada de decisões e autonomia a pesquisa revelou que 64,18% não têm liberdade para tomar decisões, sem a qual, segundo Sen não há desenvolvimento econômico e social.^{lxii} A ausência da liberdade e da condição de agente revela a subordinação e negação das mulheres enquanto sujeito político e econômico no mundo rural e também urbano. Marcado por uma trajetória socialmente construída em diferentes períodos históricos

²⁵ Disponível em: <<http://www.amplanorte.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

da humanidade, a mulher foi submetida a desigualdades estruturadas a partir dos sexos.

A presença das mulheres, como beneficiárias das políticas públicas no campo, apresenta o desafio de considerar as relações sociais de gênero como um dos aspectos estruturadores destas relações, reconhecendo-as como indivíduos beneficiados no interior dos núcleos familiares. O não reconhecimento das contribuições econômicas das mulheres rurais e a denominação do seu trabalho como auxiliar, evidenciam como os laços familiares tornam-se mecanismos de reprodução hierárquica e de submissão das mulheres na família. Cabe salientar que a receptividade às ações públicas pelas mulheres, por menor que seja, impacta diretamente na vida das mesmas, embora estejam no anonimato.

2.6.1 Introdução ao Tema da Agricultura Familiar

O universo das mulheres rurais está enraizado na realidade da agricultura familiar^{lxiii} que no Brasil se caracteriza por propriedades de pequena extensão de terra, e utilizam mão-de-obra familiar. Atuando em culturas diversificadas e complementares, a sua produção na maior parte destina-se ao mercado interno. Essa modalidade guarda especificidades que se diferenciam da agricultura patronal, caracterizada por propriedades de grandes extensões de terra com pouca diversidade de culturas, sendo sua produção voltada essencialmente para o mercado externo. Essa diferença é consequência principalmente do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, baseado em agro-exportação.

A história da produção agrícola brasileira sempre foi dessa forma. Antes da colonização portuguesa, os índios viviam da caça, da pesca e da coleta de alimentos num modelo itinerante. A colonização implantou o sistema de produção baseado no latifúndio e na monocultura de exportação. Utilizou mão-de-obra escrava no cultivo da cana-de-açúcar, do café e da pecuária de corte para consumo interno. Na periferia das grandes propriedades, pequenos agricultores produziam alimentos para a subsistência e trabalhavam como mão-de-obra complementar à escrava. A mão-de-obra dos escravos foi substituída por colonos europeus que se instalaram nas plantações de café da região Sudeste do Brasil e na colonização da região Sul. A

agricultura familiar no Brasil se constituiu numa mescla de produtores de origem europeia com agricultores marginalizados, remanescentes da fase de colonização (IANNI, 1984).

A agricultura passou a receber auxílio de instrumentos como a pesquisa agropecuária, a assistência técnica e a extensão e o crédito rural, elementos articulados que dinamizaram algumas regiões, produziram para exportação e empobreceram outras, forçando o êxodo rural. Na década de 1990, houve a emergência das políticas neoliberais com a desregulamentação dos mercados, abertura comercial aos produtos importados, reestruturação produtiva e afastamento do Estado da coordenação da economia. Esse contexto deixou a agricultura familiar em estágio de abandono por parte dos órgãos governamentais. Em 1995 os movimentos populares do campo se uniram e pressionaram o governo por políticas públicas para a agricultura familiar. Dessa pressão surgiu o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF) e que existe até hoje.

O PRONAF, inserido nas políticas públicas brasileiras, atendeu os agricultores familiares que reivindicavam políticas de crédito agrícola diferenciado dos grandes produtores. O programa entrou em execução em 1996, através do Decreto Presidencial nº. 1.246 de 28/07/1996, com a proposta de ser um programa de fortalecimento da agricultura familiar. A sua criação resultou do reconhecimento do governo federal quanto à importância econômica e social da agricultura familiar como geradora de emprego e renda na área rural. Reconhecimento que se deu de maneira tímida se comparados com os investimentos da agricultura em grande escala, ou seja, para a produção de *comodites*.

2.6.2 Desenvolvimento e Agricultura Familiar no Mundo da Ciência

Há no meio científico, muitos conceitos (convergentes e divergentes) relacionados a definições das pessoas que atuam no espaço agrícola. A partir da década de 1990, o termo agricultura familiar passou a definir os trabalhadores que desenvolvem atividades agrícolas em regime de economia familiar. O termo

incorporou as políticas públicas para o setor e atualmente confere representatividade na produção de alimentos no Brasil.²⁶

Para este segmento são elaborados projetos de educação e de desenvolvimento por meio de pequenas agroindústrias para agregar valor ao produto. O acesso ao crédito através do PRONAF fortaleceu o setor e gerou perspectivas de inclusão da família rural no processo de desenvolvimento. Mas, nem sempre foi assim. A partir da Segunda Guerra Mundial, nos planos desenvolvimentistas pensados para o Brasil, foi priorizada a agricultura de grande escala. Para este setor foram destinados os investimentos que proporcionaram a inovação, o dinamismo e a capacidade técnica que o fizeram se destacar das formas antigas de trabalho no campo. A partir de então, a categoria de trabalhadores na agricultura passou por um processo de construção da sua identidade. O preconceito em relação a sua categoria fez com que, em muitos momentos, esses trabalhadores fossem olhados pejorativamente em relação às vantagens das organizações da cidade.^{lxiv}

A agricultura familiar não é algo novo no campo das ciências. Os estudos que vêm se acumulando na área, a partir da década de 1960, demandam das atribuições e dos significados que envolvem o setor, nos últimos 50 anos. Alguns significados assumem ares de novidade e de renovação^{lxv}, outros de dificuldade ou de crescimento vegetativo. Os estudos evoluíram e expressaram dimensões multifacetadas sobre a questão agrária. A partir do final da década de 1960, as construções sociais sobre o rural no seu modo tradicional alarmavam seu desaparecimento, pois, no seu lugar, assumiriam novos sujeitos, que surgiriam no tempo e no espaço produzido pela modernização do campo. Outras funções e outras denominações foram sendo conferidos aos poucos trabalhadores, que resistindo às correntes de êxodo rural, permaneceram no campo.

A plena inserção das relações capitalistas de produção de alimentos teve dificuldades para adentrar o sistema milenar de produção rural.^{lxvi} É claro que as relações sociais brasileiras sempre foram capitalistas, mas houve muitos obstáculos para implantar o capital na fase de apropriação da agricultura²⁷. A tecnologia, instrumento fundamental no processo de produção da sociedade moderna, e o capital levaram ao campo a produção moderna. As transformações ocorridas no

²⁶ IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.amplanorte.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

²⁷ Goodman; Sorj e Wilkinson, 1990.

campo e a crescente urbanização configuram o cenário sob o qual se constroem as análises do setor agrário atual.

Falar da agricultura familiar exige que se façam algumas considerações conceituais sobre o tema. Considerando as especificidades que envolvem os sujeitos e o espaço rural, o universo agrário é extremamente complexo. Em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), a existência de diferentes tipos de agricultores reúne características comuns ao universo da agricultura. No entanto, há que acentuar os interesses particulares, as estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes.

A escolha de um conceito para definir os agricultores familiares surgiu da necessidade de separar os estabelecimentos familiares dos patronais. Segundo definição da metodologia utilizada pela FAO/IN CRA (2000), o universo patronal pertence aos grandes produtores rurais, com extensão de terras em média, no Brasil, de 433 hectares e mão-de-obra contratada e assalariada em atuação na unidade de produção. O universo familiar tem como características o exercício das atividades e o direcionamento dos trabalhos nos estabelecimentos como responsabilidade do agricultor; nele a predominância da mão-de-obra é da família e a área média dos estabelecimentos é de 26 hectares.

A denominação da agricultura familiar foi considerada pela *Food and Agriculture Organization* (FAO)^{lxvii} a partir de características que consideram a gestão da propriedade por indivíduos que mantêm laços familiares, a mão-de-obra desenvolvida pelos membros da família que, por sua vez, dão propriedade dos meios de produção. A partir dos estudos da FAO, os agricultores familiares foram agrupados em três grupos, sendo considerada propriedade agrícola consolidada a que reúne menor número de estabelecimentos, que se constitui por agricultores integrados ao mercado e tem acesso às inovações tecnológicas e às políticas públicas. São estabelecimentos com funcionamento nos moldes empresariais.

Na modalidade de 'transição' estão os agricultores integrados (fumo, leite, aves, suínos) com acesso parcial às inovações tecnológicas e ao mercado e sem acesso à maioria das políticas públicas e aos programas governamentais. Não estão consolidados como empresas, mas possuem potencial para sua viabilização. A modalidade 'periférica' é constituída por estabelecimentos geralmente precários que apresentam dificuldades de infra-estrutura básica, sendo dependentes dos

programas de estruturação como terras, crédito, agroindustrialização, comercialização, assistência técnica e capacitação de pessoal. Dentro destas modalidades consideradas pela FAO está mais da metade dos estabelecimentos da agricultura familiar do Brasil.

Os agricultores familiares já foram chamados de pequenos produtores, pequenos agricultores, produtores diretos, colonos, camponeses, entre tantas outras definições. Para muitos estudiosos, o conceito de agricultura familiar engloba todas as definições anteriores. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para efeito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) considerou como familiares todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e detinham área inferior a dois módulos fiscais.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) considera como familiar todos os agricultores que trabalham em menos de dois módulos fiscais e que não contratem mão-de-obra permanente. Um módulo fiscal possui em média cinco hectares de terra conforme a legislação de cada Estado. Estes conceitos estão de acordo com a teoria científica adotada majoritariamente.^{lxviii}

Neste trabalho de pesquisa foram considerados os conceitos presentes nos estudos de Abramovay (1998) e no conceito adotado pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (CEPA/SC), a saber:

A agricultura familiar é um sistema, constituído por agentes - os produtores rurais e os pescadores artesanais e seus familiares -, que estabelecem entre si e com o meio que os cerca relações com vistas a produzir alimentos, serviços e lazer, obter renda, melhorar a qualidade de vida, zelar pelo meio ambiente e pela paisagem rural, entre outros (INSTITUTO CEPA/SC, 2002, p. 7. Disponível em: <<http://www.amplanorte.org.br>>. Acesso em: mar. 2008).

Agricultor familiar é todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (Ibid., p. 103).

O conceito de agricultura familiar sendo entendido como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e que tem a necessidade de considerar as relações dos membros da família. Esse caráter familiar não é um detalhe superficial

e descritivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Abramovay (1998) percebeu isto ao expressar que a agricultura familiar não é um setor e sim um valor, uma forma de ocupação do espaço rural, parte importante do tecido social diversificado e objeto relevante para a formulação de políticas públicas.

As políticas públicas vêm associadas aos movimentos sociais ligados ao campo, (Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimento dos atingidos por Barragens) que, em oposição ao modelo modernizador, reivindicavam a necessidade de reconstruir a ruralidade,^{lxi} viabilizando-a como território do futuro. Além das inovações econômicas visualizadas através das transformações do espaço rural, é considerada também a presença de fatores intangíveis. Entre eles podem ser citados a manutenção da referência e pertencimento, a conservação das redes sociais de parentesco, os laços com a localidade e com a memória social, além do espaço rural ser caracterizado como espaço do futuro, à medida que passa a ser pensado e reestruturado pela referência ambiental.^{lxx}

2.6.3 Relações de Gênero e Agricultura Familiar

A partir da década de 1990, agricultura familiar passou a fazer parte das pesquisas acadêmicas e dos órgãos governamentais com mais intensidade. A Tese de Doutorado de Abramovay (1998) “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” teve grande mérito ao evidenciar a importância das unidades familiares de produção nos países da Europa. Também o documento (2004) elaborado por pesquisadores para a ONU para a Agricultura e a Alimentação (FAO) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA), destacou a agricultura familiar como modalidade estratégica de produção agropecuária. Até o momento, eram destacados e reconhecidos através da implantação de políticas somente os grandes proprietários. A partir de então, o interesse em estudar o universo da pequena agricultura familiar se expandiu.^{lxxi}

A centralidade dispensada à agricultura familiar pelo movimento sindical, pesquisadores, governo e organismos internacionais relacionados, dirige o foco para a base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o setor, capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais. O debate predominante que se construiu em torno da agricultura familiar procurou tornar a agricultura familiar mais eficiente e competitiva, ao mesmo tempo em que resistisse ao mercado cada vez mais concentrado. Para isso o foco foi entendê-la, definindo características como tamanho, produção, presença ou não de empregados e classificando-a em grupos.

Considerar essa atividade apenas como um setor da economia ou enquanto função social com potencial para conter o êxodo rural e produzir alimentos, é tratar de entender apenas uma parte do universo que envolve a agricultura familiar. A outra parte refere-se aos sujeitos que vivem no espaço físico, trabalham nessa modalidade de produção e consideram os sonhos, anseios, direitos que buscam e procuram tornar realidade e saberes acumulados a embasarem suas práticas.

2.6.4 Características que Definem a Família Rural

O termo agricultura familiar remete ao modo de produção familiar. Entender as características básicas, inerentes à cultura das famílias rurais, é imprescindível para a compreensão de comportamentos que se perpetuam através dos tempos, e se manifestam ainda hoje em mesclas de tradição e modernidade nos espaços agrícolas. Abramovay (1998, p.19) em seus estudos sobre a questão agrária constatou que nos países capitalistas:

[...] é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas.

No Brasil, os caminhos percorridos pela agricultura da pequena propriedade estão dissociados da produção agrícola; é considerada uma questão social. Observa-se que a opção do governo em manter dois ministérios ligados à agricultura, ou seja, o Ministério da Agricultura que atua nas políticas de grande

escala e o Ministério do Desenvolvimento Agrário que atua nas especificidades da agricultura familiar e no acompanhamento de políticas para indígenas e quilombolas, entre outras minorias no campo²⁸.

Durante muito tempo (hoje, em menor escala), a família foi considerada, apenas na figura do chefe da família. O trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos consideram-se incluídos nos interesses do pai. A idéia de um pai que decide pela vida de todos parece coisa do passado, pelo menos no discurso voltado para o meio urbano. Mas, está presente ainda no meio rural sob a justificativa de que, para os agricultores, que trabalham a terra por conta própria, a forma de combinar a disponibilidade de trabalho da família com as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola, propicia uma divisão do trabalho que se naturaliza pelo sexo e pela idade. A naturalização da divisão sexual do trabalho impede que esta se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade. Assim, o estudioso da produção econômica camponesa, Chayanov (1985), ao se deparar com as estatísticas que apontavam o tempo de trabalho muito maior das mulheres na Rússia, no princípio do século XX, em relação ao dos homens, afirmou que a força de trabalho da mulher era utilizada no espaço doméstico.^{lxxii}

Ainda hoje, a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo, ou seja, pela agricultura, pela pecuária e por tudo que se refere ao mercado. Às mulheres cabe o trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio. Neste contexto ainda cabe à mulher a reprodução da própria família através do nascimento e cuidado dos herdeiros. Nos estudos brasileiros sobre campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre *casa e roçado*.^{29 lxxiii}

Seja qual for a modalidade adotada para definir a agricultura familiar, a sua base social é a família. A cultura da colonização europeia reforça a estrutura familiar com poder do homem, mesmo sendo a presença da mulher marcante na produção de alimentos básicos, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo. As

²⁸ O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criado sob a denominação atual com o advento da Medida Provisória nº 1.911-12, de 25 de novembro de 1999, mantida nas edições posteriores, tem como área de competência os assuntos relacionados com a reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.

²⁹ Moraes, 1987.

mulheres são responsáveis por grande parte da produção de alimentos de subsistência gerados na agricultura familiar.

O trabalho da mulher permanece opaco a escamotear realidades, como aponta a pesquisa nacional por amostragem – PNAD (1997), as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas representam 20,1% da população economicamente ativa feminina. Deste total, 39% estão classificados como trabalhadores não remunerados e 41,8% como produtores de subsistência. Ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebem nenhum tipo de compensação financeira pelo trabalho. Segundo Paulilo (1987) o trabalho da mulher é considerado como ‘ajuda’ e, portanto, não remunerado no processo produtivo.

2.6.5 Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura

A produção de subsistência é considerada fundamental à sobrevivência pelos agricultores e as atividades aí realizadas são reconhecidas como trabalho, contudo são assumidas pelo homem como provedor do sustento da família. Nesse processo os filhos e a esposa contribuem significativamente, mas seu trabalho é considerado ‘ajuda’, ou uma espécie de ‘não-trabalho’.

Os estudos³⁰ desenvolvidos sobre as atividades agrícolas realizadas por mulheres e homens em diversos continentes, apontam que na América Latina a cultura do homem como arrimo de família é tão forte que quase por definição somente a atividade econômica dos homens conta como trabalho. O produto das atividades femininas no cuidado de pequenas criações ou no artesanato é comercializado para a compra de outros bens para a casa, como, por exemplo, utensílios de cozinha, roupa de cama, entre outros. As mulheres geralmente não participam da comercialização de produtos e quando estão nas feiras, localizam-se na venda de produtos considerados secundários, (produzidos em espaços ditos femininos) tais como verduras, frutas e condimentos.

A lógica é que, quando uma atividade desenvolvida pelas mulheres passa a ser considerada como de sustentação da família, passa a ser desenvolvida pelos

³⁰ Bullock, 1994, p. 42 apud Grandi, 1999.

homens e, à medida que na produção são incorporadas novas técnicas, passa a contribuir com maior peso para a renda das famílias. Os filhos homens também são incorporados à produção. Quando a atividade servia para a subsistência da família, a mulher a realizava; quando passou a ser atividade principal e fonte de renda, os homens a assumiram.

Estudos desenvolvidos por Paulilo (1987) constataram que há uma diferença, que passa despercebida pelas mulheres, e que se situa na identificação do trabalho leve e do trabalho pesado. Conforme a autora convencionou-se na sociedade que o trabalho leve é da mulher e o pesado, do homem. Porém, a mulher realiza trabalhos que seriam considerados masculinos, por necessitar de maior força física, e, apesar disso, seu trabalho é leve. Quando uma atividade é desenvolvida de maneira rústica, sem utilização da técnica, a mulher a desenvolve; quando a ele for associada à técnica e a atividade torna-se fonte de renda para a família, passa a ser assumido pelo homem. Quando o trabalho da lavoura é mecanizado, a mulher passa a ajudar quando necessário e em algumas funções. Estes temas e outros relacionados foram estudados exaustivamente por Paulilo e apresentados nas publicações.³¹

Cristina Buarque, citada por Gouveia (2003, p.46-47) corrobora nesta discussão, destacando em seus estudos que a “agricultura familiar é herança de uma atividade basicamente feminina instituída pelas mulheres nos espaços vazios dos grandes latifúndios”. A autora chama a atenção ainda para o fato que, quando a agricultura familiar não passava de um instituto marginal da economia, ela era vista como atividade de menina vinculada ao espaço doméstico, no momento em que passou a ocupar espaço nas grandes políticas, seus protagonistas mudaram de sexo.

A divisão sexual do trabalho estaria, então, profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e a homens. Nesse sentido, o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que provisórias no mundo do trabalho. Mesmo que as mulheres e crianças trabalhem o mesmo número de horas aos homens e suas tarefas exijam habilidade, paciência e rapidez recebem menos, pois o valor da diária é determinado pelo sexo

³¹ Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio (2000); Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão (2000); Trabalho Doméstico: reflexões a partir de Poliany e Arendt (2005); Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise (2004); Movimentos de Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da ‘Igualdade de Gênero’; O peso do Trabalho Leve (1987) entre outros.

e idade de quem a recebe. No interior da família que desenvolve as atividades em regime de economia familiar está presente a força “marginal” conforme define Tepicht (1973) citado por Abramovay (1998) e que é exercido por mulheres, idosos e crianças.^{lxxiv}

Segundo este autor, a família é portadora de uma importante fonte de trabalho gratuito e ao qual a sociedade recorre sob amparo da cultura de naturalização. Essas forças marginais constituem-se importantes nas economias pobres pela aproximação, principalmente das mulheres, a indivíduos que necessitam de cuidados. O esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes que as mulheres no trabalho agrícola. Porém, quando as tarefas são mecanizadas e, portanto, exige menor força física, contraditoriamente, são excluídas, ou seja, é comum e normal ver uma mulher carpinando com a enxada que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola. Essas análises possibilitam reflexões sobre as questões estratégicas das mulheres enquanto agricultoras.

Com as transformações que ocorrem na agricultura familiar, o trabalho marginal da mulher transforma-se em inovação e criatividade que a conduz paulatinamente para fora do espaço doméstico. O desenvolvimento e a integração da agricultura familiar ao mercado econômico competitivo transformam os elementos tradicionais do interior da família, forjando novas experiências organizativas. As mulheres se constroem como sujeitos (agentes) e, por sua ação política definem quais questões adquirem formas estratégicas para mudar as relações de gênero.^{lxxv}

2.6.6 As Transformações em Curso

As propostas para enfrentar essa questão ainda são poucas e se permanecerem as regras tradicionais, as mulheres continuarão excluídas e forçadas à migração para a cidade em busca de emprego. Essa alternativa tem aumentado cada vez mais e começa a chamar a atenção da sociedade. No II Encontro de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (ENLAC), realizado em setembro de 2005, na Venezuela, discutiu-se entre outros assuntos a migração de mulheres e homens para os centros urbanos e isto poderá comprometer o futuro da agricultura

familiar nestes países. A falta de perspectiva de uma vida melhor no campo é a principal causa dessa migração. Também se observou que as mulheres rurais da América Latina e Caribe estão entre as mais pobres do mundo, pois vivem com menos de U\$ 1,00 por dia e, praticamente, não têm acesso aos meios de produção e ao capital, como terra, crédito, renda e mercados.

A saída das mulheres do campo pode não se explicar somente pela maior oferta de empregos na cidade ou pela maior escolaridade, mas por uma negação da condição de vida da mãe de família, esposa de agricultor.

Cabem, ainda, algumas reflexões na tentativa de uma formulação mais próxima da realidade das agricultoras familiares. Mesmo que a família, como uma reunião de sujeitos e como unidade econômica de produção, possa ter movimentos próprios, estes se relacionam e para fortalecer a autonomia das mulheres é preciso considerar a maneira como se inserem em cada uma dessas dimensões.

Nesse sentido, cabe a referência específica as mulheres que vivem a realidade da agricultura familiar, como estão enfrentando as demandas advindas do setor. Ao estudar as formas como as mulheres se apropriam do conhecimento na sociedade atual, consideram-se as relações de gênero que se estabelecem neste espaço e as possibilidades de emancipação.

Para a mulher o espaço da agricultura familiar torna-se um obstáculo. Ela vai estudar na cidade e não quer voltar para o campo.^{lxxvi} As mães orientam as filhas para que se dediquem aos estudos, a fim de obter uma vida melhor no futuro.

A realidade vivida no campo e renegada por muitas mulheres pode ser entendida pelo grau de consciência que elas têm da condição do não reconhecimento como agentes ativas nos processos produtivos. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações sociais de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor. A opacidade se consolida quando às mulheres é negado o direito de decidir, quando as estatísticas oficiais omitem informações separadas, quando o discurso universal mascara a realidade ou quando lhes são tirados os direitos.

2.7 ANÁLISE DA PESQUISA

A estrutura metodológica da pesquisa foi organizada com alguns questionamentos que nortearam o processo de investigação. Esses questionamentos foram elaborados a partir do destaque das associações existentes no município de Mafra como alternativas de desenvolvimento local. Vários estudos (dissertações de mestrado e teses de doutorado) desenvolvidos por Santa Catarina e alguns em âmbito nacional foram consultados a fim de instituir para essa investigação questões e instrumentos que pudessem dar efetividade e rigor ao trabalho.

Este estudo reconhece a importância das organizações associativas para os pequenos municípios, como é o caso de Mafra. A partir delas, propôs-se a investigar a ação das mulheres e a forma com a qual elas aprendem e assimilam conhecimentos nesses espaços. Os seguintes questionamentos estavam propostos à investigação.

Como a educação formal e a educação que ocorre ao longo da vida de maneira informal capacitaram as mulheres para atuarem nos espaços sociais das associações familiares de produção?

A participação nos espaços organizados (sindicato, associações, cooperativas) da sociedade contribui para a qualificação da atuação das mulheres nas associações?

Qual o papel da mulher na estrutura do trabalho associativo em Mafra?

Por que o acesso à aprendizagem formal e informal oportuniza a ocupação de um lugar social e possibilita a viabilidade do trabalho da mulher como importante para o desenvolvimento local?

Qual a contribuição da atuação qualificada das mulheres, nos quadros dirigentes das associações de produção agrícola familiar, como agentes de desenvolvimento local?

Na tentativa de entender a prática laborativa das mulheres, sistematizada nos questionamentos, apontou-se como essencial os aspectos relacionados à aprendizagem. Procurou-se destacar a dinâmica interna arquitetada pelas mulheres, no cotidiano, com resultados eficientes nos processos de interação externa. Tendo definido as questões norteadoras da pesquisa, definiu-se por observar as tramas

sociais da operação laboral nas cooperativas e o desenvolvimento local; e nessas atividades descobrir a atuação das mulheres envolvidas em processos educativos formais e informais, tomando como instrumento para análise os conteúdos oriundos das entrevistas com as mulheres.

Partindo dos dados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE³², que identificou em Mafra sete agroindústrias, envolvendo 43 famílias, todas surgidas a partir de 1997 e apoiadas por organizações como o Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF) em conjunto a Agência Regional de Comercialização do Planalto Norte (ARCO-CONTESTADO), definiram-se as associações a serem investigadas. Tomaram-se como referência aquelas que estavam mais estruturadas e nas quais o trabalho das mulheres estava mais presente. Identificou-se essa situação mediante o estabelecimento de algumas associações que possuem um administrador em seus quadros e estão em pleno funcionamento, mesmo que apresentem problemas organizativos internos. Optou-se pelas associações do município de Mafra por ser local que concentra maior número de entidades no setor. Investigaram-se associações com cinco ou mais anos de atuação.

Esses indicativos para compor o recorte espacial da pesquisa levaram à definição de três associações que atuam em áreas distintas. São elas: Granja Hable, atua no ramo de produção de ovos; Associação Vitória, atua no ramo de fabricação de biscoitos; e a Associação Irmãos Konkel^{lxxvii}, atua na área de horticultura.

A pesquisa foi realizada mediante visitas sistemáticas que possibilitaram a aproximação necessária para o cumprimento dos objetivos propostos. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a entrevista semi-estruturada e a observação, além de diálogos dirigidos, realizados com profissionais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI), órgão apontado como apoio de todas as associações. O número de entrevistas foi determinado em cem por cento das mulheres envolvidas em três associações, com finalidade de obter maior volume possível de informações. Foram realizadas nove entrevistas de um número de dez mulheres. Apenas uma entrevista não foi realizada por problemas de saúde da entrevistada. As associações compõem-se com uma delas assumida por mulheres e duas dirigidas por casais.

³² Documento do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul – Agência de Florianópolis – SC. Gerência de Planejamento. Documento intitulado Redes de Agroindústrias de Pequeno Porte – Experiências em Santa Catarina, dez. 2004.

Na pesquisa qualitativa utilizou-se das observações livres, realizadas nas associações em horário de trabalho e a análise temática, que nas ciências sociais e humanas é uma variante da análise de conteúdo. Essa análise reflete bem a capacidade, a qualidade e o alinhamento dos depoentes. Segundo Bardin (1977, p.14) a 'Análise de Conteúdo' é um conjunto de técnicas (pré-análise, categorização, seleção do material, etc.) que possibilita observar que "por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar".

As três associações estudadas instituíram-se apoiadas, de diversas formas, por órgãos governamentais e não governamentais. Este apoio incrementou-se no processo a partir da necessidade de se fazer algo diferente e produtivo. Os membros das associações tinham consciência da necessidade e utilidade em se constituir uma associação, como veículo para alcançar seus objetivos. Foi por meio da orientação de técnicos do BNAF que os agricultores entenderam que teriam acesso facilitado às políticas públicas de crédito, mediante a criação uma associação. Para efeito desta pesquisa, as associações foram emparelhadas em função de sua localização, todas no município de Mafra, em função do programa governamental de fomento ao associativismo e de terem sido apoiadas e orientadas pelo mesmo técnico.

A seguir, a realização da apresentação das localidades onde se situam as associações, bem como dos dados coletados, no intuito de analisá-las em seu conjunto, de acordo com os objetivos desta pesquisa.

2.7.1 Histórico da Localidade de Augusta Vitória - Associação Vitória³³

A localidade de Augusta Vitória está situada a 40 km da sede do município de Mafra. No dia 13 de fevereiro de 2005, a população se reuniu para comemorar o centenário da 'comunidade'. Fundada por imigrantes europeus de origem polonesa em 1905. Chegados da Europa em 1891, as primeiras famílias de imigrantes ficaram na Colônia Lucena, hoje Itaiópolis, sendo posteriormente deslocadas para a

³³ Dados produzidos a partir do registro da cerimônia de comemoração do centenário da localidade. Gravação elaborada por O.E. Filmagem. (Fone: (0XX47) 3642-1215 - Rua Independência, 654 Bairro Vista Alegre. Mafra/SC: 13 fev.2005.

localidade de Augusta Vitória, pois era somente passagem de tropeiros que vinham do Rio Grande do Sul para Minas Gerais. Havia no local paragem, onde os tropeiros descansavam com suas tropas.

No imaginário popular, o nome de Augusta Vitória surgiu a partir de duas filhas gêmeas de um morador que tinham estes nomes. Ambas eram admiradas pelos tropeiros que apressavam o passo para ver a Augusta e a Vitória, marcando assim o local. Atualmente, todas as famílias prezam por valores como a paz, a união e demonstram preocupação com o êxodo rural. Afirmam que há falta de políticas públicas que promovam o desenvolvimento do município. Não querem ver seus filhos morando na cidade, sem casa ou sem terra. Estas preocupações foram expressas oralmente por moradores da localidade em cerimônia do centenário local, no dia 13 de fevereiro de 2005³⁴. Hoje, sua população é composta de pequenos e médios agricultores cujas atividades agrícolas principais são milho, soja, fumo, feijão, leite, mel, arroz, entre outros. Há na localidade duas casas de comércio, cabeleireiro, fábrica de móveis, borracharia, um pequeno frigorífico, uma agroindústria (de biscoito), uma oficina mecânica, pesque-pague, e pontos turísticos. Estes empreendimentos tornam a localidade representativa economicamente em âmbito municipal.

2.7.2 Histórico da Localidade de São Lourenço – Associações: Avícola Hable e Irmãos Konkel³⁵

A localidade de São Lourenço situa-se a 2 km da sede do município de Mafra. Fundada por imigrantes europeus de origem alemã (bucovinos originários da Baviera e do Böhmerwald), a partir de 1829. Chegando da Europa, as primeiras famílias de imigrantes ficaram no município de Rio Negro, sendo posteriormente deslocados para outros locais. Dentre os quais, “Curralinho”, hoje São Lourenço.

A localidade foi também passagem de tropeiros, através da Estrada da Mata. Sua população é composta por pequenos e médios agricultores que desenvolvem atividades agrícolas diversificadas, sendo leite, mel, soja, milho, hortifrutigranjeiros, entre outras.

³⁴ Informações obtidas através de registro em vídeo da cerimônia do centenário.

³⁵ Informações obtidas a partir dos estudos de Nilson Tomé, 2007, p. 91; Também em entrevistas feita pela pesquisadora em 2008.

Por sua proximidade com o perímetro urbano, possui grande contingente de pessoas que residem na localidade e trabalham na cidade, de modo que pode ser considerado um espaço rural com características urbanas. Também possui um vasto complexo de chácaras, servem de lazer para os residentes nas cidades. Nesta localidade estão outros empreendimentos associativos como a fábrica de conservas, o processamento de mel, o laticínio, a granja avícola e a produção de hortaliças, além de olarias e espaços comerciais.

2.7.3 Análise das Entrevistas Realizadas

Neste tema foram analisadas as produções das entrevistas, que se referem à modalidade de educação, sob a singularidade com que a educação instrumentaliza a atuação das mulheres e os espaços educativos, capacitando-as a atuarem num espaço coletivo. Assim, sob o olhar ampliado do conceito de educação emprestado dos estudos de Lombardi, Saviani e Sanfelice (2005, p.11-12) “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”. Neste sentido, todos os demais eixos desta análise baseiam-se na investigação de como a educação, no seu conceito mais amplo, instrumentaliza as mulheres para atuar.

As trajetórias das trabalhadoras revelaram que suas vidas são reguladas por uma luta cotidiana. O relato das experiências indicou marcas das relações de gênero numa mescla de características patriarcais inerentes às famílias tradicionais camponesas e revelou a ascensão à modernidade, gerada no labor cotidiano e nas experiências com o mercado.

Destacam-se aspectos de depoimentos que contribuíram para traçar os caminhos para compreensão dos conteúdos, analisando e interpretando os discursos e seus significados.

Apresentando a caracterização dos sujeitos quanto às condições socioeconômicas, culturais e, na seqüência, os resultados das entrevistas. As trajetórias das mulheres nas respectivas associações foram analisadas a partir de quatro eixos temáticos, cuja sistematização foi realizada pela análise temática.

Para identificar as entrevistas no texto, optou-se por procedimentos que são descritos a partir de cada grupo associado. As três associações foram enumeradas A1, A2, A3. Referentes à primeira associação, foram entrevistadas 3 mulheres, assim identificadas: entrevistada número um, pertencente à associação número um; entrevistada número dois pertencente à associação número um; entrevistada número três, pertencente à associação número um. No texto aparecem graficamente assim: E.1.1, E.1.2 e, E.1.3. Referentes à segunda associação foram entrevistadas 4 mulheres que são reconhecidas como: E.2.1, E.2.2, E.2.3 e E.2.4. Na terceira associação, foram entrevistadas 2 mulheres que são reconhecidas como: (E.3.1) e (E.3.2). Desta forma, pretende-se resguardar a identidade das entrevistadas, sem omitir o teor de suas opiniões.

A sistematização dos dados proporciona o conhecimento do grupo pesquisado, bem como permite que estes dados sejam ressaltados sempre que for necessário nas análises e na interpretação dos eixos temáticos.

2.7.3.1 Perfil das entrevistadas

Associação Granja Hable (A.3)			Associação Vitória (A.2)				Associação Irmãos Konkel (A.1)		
Identificação	(E. 3.2)	(E. 3.1)	(E. 2.3)	(E. 2.2)	(E. 2.1)	(E. 2.4)	(E. 1.3)	(E. 1.1)	(E. 1.2)
Idade	36 anos	44 anos	48 anos	56 anos	35 anos	58 anos	26 anos	42 anos	23 anos
Nº Filhos	2 filhos	2 filhos	2 filhos	5 filhos	2 filhos	2 filhos	1 filho	1 filho	1 filho
Função na associação	Cuidados da fábrica de ração	Embalagem de ovos	Produção de biscoito	Produção de biscoito	Produção de biscoito	Produção de biscoito	Ajudante	Ajudante	Ajudante
Escolaridade	8ª série	4ª série	4ª série	4ª série	2º grau	4ª série	2º grau	4ª série	8ª série
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada
Etnia	Polonês Alemão	Polonês Italiano	Polonês Alemão	Polonês Alemão	Alemão	Polonês Alemão	Polonês Alemão	Alemão	Alemão
Local de nascimento	Mafra	Rio Negro	Mafra	Mafra	Rio Negro	Mafra	Mafra	Mafra	Mafra
Quanto tempo mora na localidade	18 anos	Sempre	Sempre	Sempre	12 anos	Sempre	Sempre	20 anos	3 anos
Possui Carteira de habilitação	Sim	Não	Não	Não, mas está aprendendo a dirigir	Sim	Não	Não	Não	Não

Quadro 1 – Representação numérica das mulheres entrevistadas por associações

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

As entrevistadas cujas experiências se constituíram em objeto de análise são mulheres trabalhadoras rurais com características comuns às demais mulheres do Sul do Brasil. Desenvolvem atividades nos espaços da pequena propriedade, conservando traços culturais de imigrantes europeus do final do século XIX. As características comuns desconectam-se quando se trata da organização do trabalho, pois o grupo diferencia-se dos demais pelo fato de as mulheres participarem do trabalho associativo e, por este motivo, aprenderam a lidar com as situações discriminatórias a que estão submetidas.

Todas vivem em propriedades rurais de pequeno porte, em núcleos familiares que refletem os moldes da família tradicional, onde o homem é o provedor e o responsável pela respeitabilidade da família; a mulher é cuidadora, chefe da casa e responsável pela unidade da família. Das nove entrevistadas, sete se identificaram como agricultoras de profissão. Somente uma tem cinco filhos, cinco têm dois filhos e três têm apenas um filho. Três afirmaram que o melhor acontecimento na vida da mulher é ser mãe.

Todas são casadas na igreja católica e fazem do casamento o objetivo de vida. A etnia predominante é alemã e polonesa, geralmente na composição familiar estão presentes as duas etnias. A escolaridade é menor nas mulheres com mais idade. Todas nasceram em Mafra ou Rio Negro/PR - cidades separadas apenas pelo rio - e moram na localidade desde o nascimento. Somente duas têm carteira de habilitação e uma está em fase inicial de treinamentos. A função que exercem na associação varia de acordo com as particularidades laborais de cada grupo e da trajetória social de cada indivíduo.

Os elementos de caracterização apresentados são retomados sempre que for oportuno na seqüência das análises.

A seguir, a apresentação das categorias sistematizadas a partir das opiniões das entrevistadas, em relação à condição de integrante de uma associação que se vislumbra como modelo de desenvolvimento local.

As trajetórias das mulheres nas respectivas associações foram estudadas a partir de eixos temáticos e de subtemas relacionados. A organização dos conteúdos não subtrai a inter-relação entre os mesmos.

2.7.3.2 Categorias de análise

HISTÓRIA DE VIDA	TRABALHO	EDUCAÇÃO	SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO	DESENVOLVIMENTO LOCAL	DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DA ASSOCIAÇÃO
SUBTEMAS RELACIONADOS					
Infância Família Consciência de gênero	Rotina Divisão	A contribuição Ausência Lacunas Formação para o trabalho	O início Mão-de-obra Situação econômica Organização interna Impasses	Entidades parceiras Políticas públicas O poder público Responsabilidades pelo sucesso Importância para o desenvolvimento	As trajetórias As conquistas As considerações

Quadro 2 - Eixos Temáticos

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

O eixo referente à história de vida das mulheres refere-se aos relatos sobre a infância, a família e a consciência de ser mulher. A consciência se revela na atribuição de signos às indagações sobre: ‘ser mulher’, ‘melhores e piores experiências do ser mulher’, ‘diferenças entre homens e mulheres’ e ‘considerações sobre o assunto’.

Parte-se aqui da hipótese de que: “A família no meio rural brasileiro conserva, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial” (Saffioti, 1997, p.185) e considera que a mulher, no interior da propriedade rural, evoluiu em meio à subordinação, às regras patriarcais que caracterizam a família rural.

2.8 EIXOS TEMÁTICOS

2.8.1 A Condição Feminina: a Determinação Social e a Busca pela Autonomia

Apesar das conquistas de cidadania, sobretudo na segunda metade do século XX, quando ocupou espaços considerados masculinos, a mulher, depoente dessa pesquisa, indica que a maternidade e o espaço doméstico estão fortemente arraigados no pensamento feminino. Conforme se deduz da opinião de uma das

entrevistadas, a mulher adentrou em determinados espaços considerados públicos, sem se desvencilhar das determinações impostas pelo espaço privado. As definições em relação à condição feminina foram variadas no grupo. As demonstrações da satisfação em ser mulher foram atribuídas ao marido e aos filhos como na fala a seguir.

Ter responsabilidades diferentes mesmo que seja o mesmo serviço. Mais carinho para cuidar dos filhos, do marido. O Elcio sempre fala que mãe é mãe, ela pode chorar, ele tenta agradar, mas sou eu que consigo acalma, então é um diferencial (E. 1.3). (informação verbal).

Cuidar do marido e dos filhos é constructo que as mulheres atraem para si, como se maternidade e casamento fossem as únicas opções ao sexo feminino. A esta concepção estão atreladas várias características conferidas culturalmente à mulher e formam um pano de fundo no terreno das relações entre homem e mulher.

Outras depoentes afirmam que ser mulher, no sentido da maternidade e da preocupação familiar, está relacionado à sua autonomia. “É você se realizar. É tão competente quanto o homem. É conseguir mostrar o que você é capaz, é crescer, ter opinião, ter voz, ter vez”. (E. 2.1.) (informação verbal). Duas entrevistadas não conseguiram, no momento da entrevista, refletir sobre sua condição e externar verbalmente o que pensam sobre si, apesar de serem estimuladas pela entrevistadora. As mulheres, que conseguiram refletir sobre sua situação feminina, definiram-se pela virtude da autonomia, posto que relativa.

Na interpretação de Touraine (2007, p. 27) “Definir-se como mulher significa colocar no centro da vida certo relacionamento para consigo mesma e construir uma imagem de si como mulher”. Definirem-se como autônomas significa para elas que, mesmo conscientes de sua situação, não aceitam ficar isoladas na inferioridade. É importante salientar que o cotidiano das entrevistadas está ainda bastante restrito às tradições que confere à mulher um lugar subalterno.

Quando a mulher aprende a redefinir seu papel enquanto agente social, conquista autonomia nas relações familiares, constrói espaços antes masculinos e desencadeia um processo de amadurecimento sobre as relações entre o homem e a mulher, conquistando espaço social. Essa mobilidade ,que a mulher vai adquirindo, torna-se real a partir de um conjunto de fatores estimulados pelas práticas coletivas no interior das associações. É o que revela esta entrevistada: “[...] mas a gente teve que ir aprendendo todo dia. Na associação a gente aprende todo dia” (E. 3.1)

(informação verbal). Observa-se que, quando a mulher ocupa o espaço considerado público, ocorre a aprendizagem e reflexão sobre sua ação. Logo, é possível afirmar que o espaço público é pedagógico. O espaço público oportuniza ao ser humano aprendizagem e formação social constante.

Na opinião das entrevistadas, as diferenças entre o homem e a mulher ainda persistem apesar da atuação em espaço público. A fala das entrevistadas revela a percepção de menos-valia com que as mulheres são tratadas. “[...] a sociedade ainda não acredita na capacidade que a mulher tem. Porque a mulher é inteligente, e às vezes não é dado valor, oportunidade, não se deixa mostrar a inteligência que ela tem (E. 3.1) (informação verbal). A reflexão oportunizada pelo trabalho no espaço público, nas associações, favorece o entendimento sobre sua condição no interior da família. “Há diferença grande, o homem parece que manda mais, resolve mais, sai mais, essas coisas. “Parece que a mulher trabalha mais” (E. 2.2) (informação verbal). A percepção de que a mulher trabalha mais foi motivo de estudos desenvolvidos pelos organismos internacionais como a ONU e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).^{lxxviii}

Na opinião das entrevistadas, a mulher que permanece limitada ao espaço privado, é tímida e não consegue visualizar o contexto em que está inserida, porque raramente conversa com outras pessoas, não tem acesso a informações com frequência e, para além da mídia televisiva, não exercita sua liberdade. O relato a seguir aparentemente confirma esta realidade

Eu acho que tinha que partir mais para a luta. Tem mulher que fica dependente, pergunta tudo, não faz nada por si própria, precisa de tudo desde sair de casa, fazer alguma comprinha, pergunta tudo, tem que ser mais independente e ir mais a luta. Ser uma pessoa de mais decisão. (E. 2.3) [(informação verbal).

Constatou-se a existência de uma barreira no momento de articular um pensamento que versa sobre si mesma. Para elas são assuntos incomuns, sobre os quais não têm o hábito de falar e por envolver aspectos da trajetória de suas vidas. As informações passadas na entrevista revelaram concepções fragmentadas e envoltas em dificuldades e silêncios. “(silêncio) Ah! não sei responder” (E.1.1). “Difícil. (silêncio) Sei lá, agora a gente já é mãe” (E.1.2) (informação verbal). A dificuldade de falar sobre questões subjetivas funciona como mecanismo de defesa para as pessoas que enfrentam dificuldades de grandes proporções. Durante as entrevistas, percebeu-se que, quando a pergunta estava relacionada à condição

feminina ou a lembranças da infância e adolescência, havia entonação de voz diferenciada, choro e emoção nas palavras. Da mesma forma que, de nove entrevistadas, somente duas não conseguiram expressar em palavras o que fariam para melhorar a vida das mulheres; as demais foram contundentes expressando o que pensam como o depoimento a seguir:

Ah, eu ensinava elas a serem mais fortes, mais independente. Eu acho que mulher hoje não deve ficar; claro você deve para o marido o respeito. Uma vida de casal, eu casada a 17 anos falando isso, vão pensar que eu sou um terror em casa mas não é, você respeita teu marido mas você tem a tua vida, tem o direito de fazer a unha, fazer ginástica, fazer tua aula de tela, então eu diria para as mulheres que elas tem esse direito, muitas podem dizer que é esbanjo de dinheiro mas você luta e esse dinheiro é seu também. Eu queria dizer para as mulheres: acordem, vão se arrumar compre uma roupa bonita de vez em quando. É o direito que a mulher tem pelo tanto que ela trabalha; jornada dupla. Filho, quem educa é a mulher está ali todo o tempo. Eu acho que a mulher devia buscar ser esta mulher forte e ir a favor dela mesma. (E. 3.2) (informação verbal).

Esta afirmação encontra-se de acordo com o que Touraine (2007, p. 23) afirmou em suas pesquisas sobre a identidade das mulheres: “[...] diferentemente da maioria dos estudos que falam pelas mulheres ou sobre elas, [...] as mulheres carregam dentro delas projetos positivos, bem como o desejo de viver uma experiência transformada por elas mesmas”.

Uma entrevistada lembrou que é necessário que a mulher ocupe mais espaço na política, pois considera ser este o local onde a mulher está mais ausente. “Na política, [...]. É o único lugar que eu acho que ainda está muito governado por homem. (E. 2.4) (informação verbal).

As entrevistas confirmaram que atualmente as mulheres estão mais libertas e independentes conforme as sucessivas posições. “[...] as mulheres são mais respeitadas, mais valorizadas do que antigamente”. (E.1.3); “[...] hoje a mulher é mais independente, mais livre” (E.2.3); “hoje a mulher tem o mesmo valor do que o homem” (E.2.4) (informação verbal). A concepção tida de si mesmas expressam a trajetória de vida construída em meio às adversidades decorrentes do olhar da diferença. No entanto, lembram que nem sempre foi assim.

A vida das mulheres entrevistadas foi marcada pelo trabalho desde a mais tenra idade. “Antes nós não tínhamos infância, porque era só trabalhar” (E. 1.1) (informação verbal). Estas ocorrências são encontradas em outras falas.

Minha infância foi bastante pesada, nós éramos em 11 irmãos e a gente sofria muitas dificuldades. [...] Lembro que eu com 7 anos de idade já ia para a roça, todo dia nós íamos carpir. Naquele tempo não tinha calça comprida, então a mãe costurava umas mangas e a gente colocava nas pernas até no joelho e nos braços também para proteger dos mosquitos. Nós éramos crianças completamente e íamos todo dia à roça. Eu lembro bem ainda que não tinha pão para comer porque faltava trigo, então nós fazíamos sopa de pudim para comer as três horas, era muita dificuldade' (E. 2.2) (informação verbal).

As mulheres trabalhadoras construíram suas trajetórias de vida a partir de lugares determinados pela divisão social e sexual do trabalho. Formam, conforme Chayanov, estudado por Abramovay (1998), parte do grupo que compôs as forças marginais existentes nas propriedades rurais.³⁶ Os saberes na vida destas mulheres se constituíram a partir das experiências vivenciadas na escola e fora dela. “Minha infância foi com bastante trabalho, a gente trabalhava bastante. Numa certa idade andava na aula, chegava a casa e ia trabalhar, tinha diversões, mas eram poucas vezes” (E.2.3) (informação verbal). O contexto que revela as experiências da infância em família evidenciou e denunciou a divisão sexual do trabalho na propriedade. As entrevistadas afirmaram que ‘ajudavam’ a mãe a fazer o serviço de casa e cuidar dos irmãos e, além dessas funções, ‘trabalhavam’ com o pai na roça.

Minha infância foi difícil, porque foi muito sofrida, eu vim de uma família muito pobre, tive que trabalhar desde criança, quase que não deu tempo para brincar. Tinha que ajudar a mãe. Eu e meu irmão saímos trabalhar já bem cedo, praticamente no início da adolescência (E. 3.1) (informação verbal). Minha infância foi muito sofrida, eu além de ajudar a criar todos os irmãos porque sou a mais velha, tive que sempre trabalhar na roça junto com o pai. (E.2.4) (informação verbal).

Nesse sentido, estar com o pai na roça é exercer um trabalho e estar com a mãe em casa é uma ajuda. Mesmo as mulheres assumindo o trabalho ‘produtivo’, convencionou-se como ‘natural’ que continuem desenvolvendo o trabalho doméstico.

As narrativas de que a vida das mulheres atualmente melhorou, confrontou-se com as narrativas da rotina de trabalho. Ambas entendem a libertação feminina em termos gerais, posto que, particularmente, afirmaram fazer todo o trabalho da casa, ainda ajudam o marido na roça e operam na associação. É o que demonstram os depoimentos a seguir:

Levanto de manhã, acordo meu menino, que vai para a escola, então tomo café, vou tirar leite, se tem roupa para lavar eu lavo, ajudo um pouco no fumo, porque as vezes tem fumo úmido para fazer fardo, [...]. Daí chega meio dia [...] faz o almoço, almoça, [...] vai para a associação, daí chega de

³⁶ Abramovay, 1998.

tarde, [...] com este horário seis horas já é noite, daí ainda vou tirar leite, faço a janta, roupa para passar, tarefa para ajudar as crianças fazer (E.2.1) (informação verbal).

Levanto fazer café, [...] arrumar as camas, cozinhar feijão, tirar uma carne para adiantar o almoço, lavar roupa, trabalhar no quintal. [...] Após o meio dia eu saio vou para a associação e quando a gente não vai, completa com outros serviços e até ajudo no fumo quando estou em casa (E.2.2) (informação verbal).

[...] geralmente vamos para as bolachas depois do meio dia, somente quando apura mesmo, como esses dias nós tínhamos uma remessa grande para a CONABE então estávamos trabalhando direto, os vinte dias, o dia todo, então eu trabalhava em casa até uma ou duas horas da manhã para vencer o serviço de casa, que eu fazia de noite (E.2.1) (informação verbal).

Esta constatação pode ser entendida a partir do que Alain Touraine (2007, p.29) afirmou, “[...] que elas existem primeiramente por elas mesmas e para elas mesmas. E esta afirmação é mantida mesmo quando elas têm consciência de sua dependência”.

O tema da condição feminina revelou que as mulheres estão ainda determinadas pela sociedade e pela ordem que ela impõe, posto que apresentassem, também, certa autonomia nas relações sociais.

2.8.2 O Trabalho: Divisão Sexual e Rotina

Este eixo diz respeito às rotinas no trabalho doméstico, à divisão sexual do trabalho e à sobrecarga que as mulheres assumem quando desempenham atividades na esfera pública, sem discutir a divisão nas tarefas domésticas.

Em relação ao trabalho, e mais especificamente ao trabalho na associação, as mulheres pesquisadas posicionaram-se na necessidade de autonomia financeira e da emancipação. Para elas, todo o trabalho produtivo, realizado na propriedade e do qual elas se consideram ajudantes, é função do marido.

O trabalho doméstico não sendo remunerado, cria a necessidade de pensar em alternativa, pois sem preparo técnico, as idéias sobre o que fazer circula em torno dos saberes tradicionais sobre os quais elas têm domínio e que lhes possibilite conciliar com a função doméstica. No caso das associações, em que as mulheres trabalham junto com o marido, houve a decisão de trabalhar coletivamente, manifestada pela necessidade econômica. O depoimento a seguir demonstrou que a autonomia da mulher passa também pela independência econômica.

Na época, [...] eu não tinha opção nenhuma, eu tinha o Gustavo e o Gleison pequenos e eu queria trabalhar, queria ter, por mínimo que fosse ganhar um pouquinho, que eu era acostumada, de solteira trabalhar e ter, se eu precisava de alguma coisa eu tinha o meu dinheiro, nunca dependi, então casar e depender do marido (E.2.1) (informação verbal).

A circunstância vivida pelas mulheres entrevistadas reservou-lhes o trabalho incessante e o impedimento à escolarização formal. A aprendizagem está associada às raízes históricas de subordinação social e econômica das mulheres ao marido e à família. As funções desenvolvidas pelas mulheres nessas circunstâncias estão vinculadas às áreas do cuidar e do servir, historicamente atribuídas ao sexo feminino. Das entrevistadas, seis assumiram a função de mãe, dona de casa e as funções da associação, que prolongam a jornada de trabalho. Cabe destacar algumas particularidades inerentes a cada grupo. As mulheres atuantes, na Associação Vitória, apresentaram maior sobrecarga de trabalho, sobretudo na época da safra de fumo que vai de setembro a maio. Estas mulheres são autônomas, ou seja, os maridos não se envolvem diretamente nas atividades da associação, no caso, na fabricação de biscoitos. As mulheres atuantes na Granja Hable, cujas tarefas são realizadas de forma mista, apresentaram um maior equacionamento das funções, porém, revelando-se como ajudantes nas funções que desenvolvem. As mulheres da associação Irmãos Konkel demonstraram-se alheias ao trabalho do marido com o qual se envolvem pouco. Duas entrevistadas vivem uma realidade específica, ou seja, são mães de filhos pequenos, o que as deixa mais no espaço doméstico. “Agora por causa da Ana eu não ajudo mais lá em baixo. Na verdade eu nem vou mais lá” (E. 1.3) (informação verbal). Outra, embora não tenha filho pequeno, está vinculada aos afazeres domésticos e não participa muito do trabalho da associação, conforme declaração feita ao falar da rotina de trabalho: “Tira leite, lida com os bichos, faz o serviço dentro de casa daí a gente vai ajudar um pouco eles, mas a bicharada toma muito o tempo da gente, tenho meu quintal, onde planto algumas coisinhas” (E.1.1) (informação verbal).

Com relação à atuação destas mulheres, observou-se que mesmo com o trabalho despendido nas associações, ainda que em diferentes níveis, o comportamento está conectado com as funções culturais atribuídas a elas, ou seja, as funções domésticas. Assim o trabalho se desenvolve numa mescla de tradição patriarcal, referentes às ‘funções’ da mulher na divisão sexual e ao avanço da imposição capitalista, à divisão do trabalho na cooperativa. Ao descrever como se dá

a divisão dos trabalhos, constatou-se que, aquilo que as mulheres reconhecem como trabalho em conjunto, são formas e procedimentos que o sistema capitalista utiliza para aumentar a produtividade.

O trabalho é dividido, por exemplo, eu faço massa, duas cortam duas vão à máquina, uma vai ao forno e todo dia a gente inverte, cada dia uma faz a função que a outra fez no dia anterior, vamos trocando (E.2.1) (informação verbal).

É dividida em três partes, o comércio, a criação e a lavoura. Comércio com o Wig, criação com o Osmar e lavoura com o Vilmar. [...] cada um entende do outro, só que é responsável por um setor (E.3.1) (informação verbal).

Cada família faz uma parte da tarefa, de maneira que somando as tarefas ou as partes do trabalho resulta numa mercadoria produzida, como se desenvolve nas fábricas. Observou-se certa semelhança com o trabalho em série denominado método taylorista “[...] também chamado de organização científica do trabalho, cuja principal meta era controlar e intensificar o trabalho dos operários por meio do parcelamento das tarefas” (MARCELINO, 2004, p. 48). Na descrição do trabalho desenvolvido no interior das cooperativas foram detectados traços de manufaturas^{lxxix} com traços evolutivos de organização e mecanização de setores do trabalho. Estas características se apresentaram quando as entrevistadas revelaram:

A nossa rotina de trabalho é mais administrar [...] então eu cuido mais da fábrica de ração, o que precisa comprar, atendo mais os funcionários [...] (E. 3.2) (informação verbal).

[...] a máquina manual, [...] nós fazíamos duas massas por tarde, [...] esticávamos a massa à mão e na máquina, [...] Então de duas massas por tarde, hoje nós fazemos vinte e sete massas (E. 2.1) (informação verbal).

As práticas manuais foram substituídas por maquinários modernos para a instalação da competitividade. No processo capitalista, se o trabalho não for competitivo é automaticamente eliminado. Nos depoimentos, as entrevistadas procuraram mostrar a eficácia do que fazem, buscando a superação e a evolução de seus empreendimentos.

2.8.3 A Educação: sua Contribuição, Ausência, Lacunas e Desafios

Neste eixo foram apresentados os depoimentos das entrevistadas com relação à educação. Neste tema situa-se a espinha dorsal deste estudo, o qual parte

das hipóteses de que a educação formal e a informal estimulam a organização associativa das mulheres trabalhadoras rurais. Também investigou a crença de que a instrução oportuniza qualificação à atuação das mulheres nos espaços de desenvolvimento, além de evidenciar a importância das mulheres enquanto agentes nos espaços da pequena propriedade.

Analisando as falas das entrevistadas, constatou-se que o envolvimento no trabalho, desde a infância, deixou marcas de descontinuidade no processo escolar. Em decorrência das determinações sociais impostas às mulheres e à sua própria condição social, foram destituídas do direito à escolarização, conforme apresentado na fala seguinte.

Então naquela época era assim; mulher não precisava estudar, vai estudar para que? Para casar e cuidar de filho não precisa estudar. Então a mentalidade antigamente era assim, dava estudos para os meninos, as meninas não precisavam estudar (E.2.1) (informação verbal).

Ao se tornarem adultas, no processo de atuação com as demandas do mundo capitalista, sentiram a necessidade de conhecimentos sistematizados que possibilitasse a compreensão da realidade. Para melhor compreender a trajetória educacional das mulheres entrevistadas, segue o quadro que demonstra as trajetórias escolares do grupo pesquisado.

ASSOCIAÇÃO	Nº DE ENTREVISTADAS	SÉRIES		
		4 ^a	8 ^a	2º grau
A. 1	03	1	1	1
A. 2	04	3	-	1
A. 3	02	1	1	-

Quadro 3 - Trajetórias escolares

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Algumas entrevistadas falaram com alegria de seu tempo de escola. Os depoimentos a seguir lembraram os tempos das séries iniciais e descreveram suas visões sobre a escola.

[...] eu era uma aluna muito, sabia muito bem as coisas. Aprendi muito, eu era uma das primeiras da classe, tirava nota dez. Minha professora era manca, aleijada de uma perna, (deficiente) e naquele tempo as professoras batiam nos alunos, dava um ruim, e uma vez ela bateu e deixou de castigo todos os alunos e só eu não porque eu sempre era o xodó dela e tirava nota dez. No outro dia tive que empurrar ela sozinha da minha casa até na

escola, porque os outros alunos não empurravam. Então me ajudou assim, porque eu fui uma pessoa inteligente, mas depois fez falta o estudo e está fazendo falta até hoje. Única coisa que a gente aprende assim na experiência, mas se eu pudesse voltar a estudar eu voltaria com certeza (E. 2.2) [sic].

Foi muito bom este estudo, porque eu leio corretamente, se eu for de ler eu não gaguejo nada, e eu aprendi muito bem até o quarto ano. [...] Minha professora foi ótima (E. 2.4) (informação verbal).

Uma das entrevistadas falou de sua experiência no ensino primário revelando lacunas ainda não resolvidas. Envolta a emoções, afirmou que seu maior arrependimento foi não ter continuado a estudar.

Maior arrependimento da vida. Não que eu não quisesse, porque o que eu mais queria era ter estudado, por isso que eu não gosto muito de lembrar o passado. Porque nossa, eu lembro muito bem que quando eu estava na quarta série a diretora chamou o pai para ir à escola e ele foi, ela soube que eu não ia mais estudar, e ela chamou o pai e queria que eu continuasse a estudar. O pai ficou louco de bravo, não e não, e ela não vai estudar porque nós somos pobres e eles têm que trabalhar para ajudar em casa. E aquilo me doeu muito porque na época eu adorava estudar, e eu não podia lutar contra ele porque eu não tinha nenhuma condição financeira, nem como desafiar ele, não tinha, ou era trabalhar para ajudar em casa ou passar fome (E.3.1) (informação verbal).

Muitas mulheres trabalhadoras rurais estudaram até a quarta série e não continuaram porque precisavam ajudar no sustento da família. O depoimento acima denunciou e referenciou a condição de subalternidade atribuída às mulheres, desde a mais tenra idade, e a relação de poder mantida pelo sistema patriarcal. Esta conduta não era igual para os meninos que tinham oportunidade para continuar os estudos. Oportunidade oferecida pelos pais aos meninos, entendendo que as meninas não precisariam estudar, pois após o casamento seriam sustentadas pelo marido. As experiências se diferenciam de acordo com a idade. As entrevistadas mais jovens e que estudaram até o ensino médio, revelaram que o ensino não contribuiu para o trabalho que desenvolvem, conforme as falas a seguir:

Acho que a escola não ajudou muito. [...] este estudo, no ramo da agricultura a gente não ocupa muito (E.1.2). Na atividade que eu faço, ajuda pouco. Eu acredito que se eu tivesse continuado até ajudaria mais (E.3.2) (informação verbal).

Afirmações como estas suscitam reflexão, pois revelaram que a escola como está instituída, atualmente, para o meio rural não contribui para que os indivíduos se apropriem de conhecimentos necessários para compreender sua realidade e atuar sobre ela. Cabe aqui o questionamento sobre que modalidade de educação poderia responder às necessidades das mulheres trabalhadoras rurais? Mesmo assim,

ambas afirmaram que gostariam de voltar a estudar. Todas as entrevistadas declararam que se arrependeram de não ter estudado, sentem falta do estudo e se pudesse voltar para a escola voltariam, mas julgam impossível conciliar trabalho, filhos e estudo. Então, pensar em educação escolar para as mulheres trabalhadoras rurais requer analisar a compatibilidade com o trabalho.

Tais depoimentos permitiram uma aproximação com a idéia de Mészáros (2005, p.53) que partindo de uma frase de Paracelso, afirmou:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: a aprendizagem é nossa própria vida. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente fora das instituições educacionais formais.

Ao pensar a educação, seja qual for, é necessário compreender que não se explica por si mesma, mas pelas transformações que ocorrem na sociedade. Os dados da educação no meio rural reforçam que o conhecimento construído neste espaço advém de ambientes externos à escola formal. Para as mulheres entrevistadas, a educação somente adquire sentido se possibilitar melhorias nas condições de trabalho. Esta compreensão demonstrou que a educação somente terá sentido se estiver associada ao trabalho.

O desejo de voltar a estudar ou o arrependimento por não ter estudado justifica-se pelo entendimento de que a escolarização é a estratégia que possibilita o aumento da capacidade de realizar as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida, conferindo mais autonomia. No imaginário das entrevistadas, o acesso à educação formal representa um caminho para a mobilidade social. Entretanto, para as mulheres entrevistadas, educação e trabalho são pólos separados pela divisão desigual do trabalho na esfera doméstica e pela constituição da maternidade. Fato confirmado nos depoimentos seguintes:

Tem momentos que a gente se arrepende. Tivesse estudado mais para frente, agora não tem como, com criança (E. 1.2) [sic]. Eu até voltaria só que hoje é difícil, devido o trabalho, a casa, a filha que estuda e não tem como fazer as coisas sozinhas, até tentei, mas daí a gente acaba se estressando [...] (E. 3.1) (informação verbal).

Para as mulheres, as atribuições do espaço privado, as responsabilidades familiares e as determinações específicas estabelecidas culturalmente à mulher são fatores que limitam o tempo e restringem o acesso à escolaridade. Há também o outro lado: quem foi escolarizado afirmou que a educação formal não ajuda muito nas funções desenvolvidas.

Eu acho que a educação escola mesmo não ajudou muito. Eu acho. Porque assim, às vezes a maneira de trabalhar precisa mais de auto-ajuda, cumplicidade, humildade do que de escolaridade. Muita coisa que eu estudei, tem gente que estuda cada vez mais, é importante se atualizar, fazer cursos da agricultura, aprender mais, mas a escolaridade acho que atrapalhou um pouco, pra ser bem sincera, porque eu penso quantas vezes eu tive que levantar de madrugada para ajudar a tirar leite e ajudar em casa para depois ir para a escola. Passou o tempo e eu poderia ter aproveitado melhor no serviço, é claro eu tenho estudo, mas nesse ramo da agricultura a gente não ocupa muito. Se eu fosse estudar no colégio agrícola eu iria aprender mais, mas como eu estava no Colégio Barão, não aproveitei muito para a agricultura (E. 1.3) (informação verbal).

As expectativas com a educação para esta entrevistada são visualizadas a partir de uma educação específica para o meio rural, que demonstre a possibilidade de união entre educação e trabalho; caso contrário, a educação escolar ou formal não é interessante. Este depoimento corroborou com as afirmações de Abramovay (2005) em entrevista ao Jornal da USP, respondendo uma questão sobre desenvolvimento para a agricultura familiar. Segundo ele, existe um desafio que nenhum programa governamental, nenhum governo sozinho pode enfrentar: é o de mudar aquilo que se pode chamar de ‘ambiente educacional’ do meio rural: não é só a escola. É um conjunto de sinais que os indivíduos recebem e que os levam a acreditar que o meio rural não é um espaço apropriado para a valorização do conhecimento. É no meio rural brasileiro que se conserva com raízes mais profundas da tradição escravista que dissocia o trabalho da educação.³⁷

As trabalhadoras pesquisadas iniciaram a vida escolar aos sete anos de idade. Quem estudou até a 4ª série afirmou que não pôde estudar mais porque precisava contribuir nos trabalhos da casa, quando a mão-de-obra era necessária em grande quantidade nas lides da lavoura. Esta afirmação das trabalhadoras pode ser conferida nos estudos de Hoff; Cardoso (2008). Ambos escrevem que a coleta e a produção manufatureira da erva-mate, produto nativo e abundante na região do Planalto Norte Catarinense, exigiam mão-de-obra braçal intensa, em final do século XIX. A busca pelo aumento de bens fez com que famílias inteiras, homens, mulheres, jovens, crianças e idosos se dedicassem ao serviço da coleta e do trabalho nos engenhos. Essa indicação ajusta-se a esse momento: o trabalho intensificado e prolongado não requeria uma consciência de educação escolar. Somente quando se instalaram as redes de comercialização nas cidades e quando o

³⁷ Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos>>. Acesso em: jun. 2008.

horizonte cultural, provindo da comercialização dos produtos, tornou-se visível, a população buscou educação escolar para seus filhos.

No caso das mulheres não foi à educação formal o caminho que as levou a uma maior atuação no espaço público, mas o trabalho e neste caso, o trabalho associativo. As mulheres, que não estudaram muito tempo nos bancos escolares, desenvolvem atividades complexas e empreendedoras e lidam com economia, cujo aprendizado decorre da atuação em espaços públicos. A educação formal, porém, lhes deu os instrumentos de participação e de acesso aos bens culturais e aos conhecimentos mínimos de atuação. Essa idéia é manifestada pelas mulheres que demonstram desejo de voltar a estudar, pois vêem um novo horizonte escolar, manifestado concretamente, quando incentivam as filhas à escolarização. Urge então, a necessidade de repensar a educação. Recorrendo a Saviani, se as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem, é fundamental que a sociedade tenha o domínio do conhecimento científico clássico que a humanidade acumulou desde suas origens. A intenção de adaptar a educação aos novos tempos neoliberais, Frigotto (1996), em suas avaliações, ao afirmar a Teoria do Capital Humano, proveniente do modelo de Desenvolvimentismo Econômico, impôs ideologicamente a centralidade da educação no processo de acumulação do capital, via aumento de produtividade. Para o autor, a ideologia desta perspectiva estaria na máxima de que

[...] nações subdesenvolvidas, que investissem pesadamente em capital humano, entrariam em desenvolvimento e, em seguida, se desenvolveriam. Os indivíduos, por sua vez, que investissem neles mesmos em educação e treinamento, sairiam de um patamar e ascenderiam para outro na escala social (Ibid., p.92-93).

Esse rumo dado à educação no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XX, levou ao desenvolvimento de indivíduos com potencial para o mercado capitalista e não com potencial para a cidadania. Para as mulheres agricultoras, a inserção no processo educacional é passagem para oportunidades de adquirir competências essenciais à sobrevivência com mais oportunidades do que aquelas que o espaço rural proporciona, ou seja, desenvolver atividades no âmbito doméstico e na produção agrícola com mínima participação nos resultados econômicos. Dar significado ao que se ensina é fundamental para garantir a interlocução com a realidade. Assim, o lugar da escola deve estar vinculado à realidade dos sujeitos em diálogo permanente com a realidade mais ampla, com as

grandes questões da educação e da humanidade. Trata-se da “incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social” (SAVIANI, 2003, p. 72).

2.8.4 As Associações e a Presença das Mulheres

Neste eixo foram considerados os impasses existentes nas associações, com eles a posição e a atuação das mulheres. Partindo de duas temáticas que enunciam: primeiro a relevância da atuação qualificada da mulher; e segundo a existência de espaços formativos informais que estimularam o surgimento das associações.

No trabalho das mulheres rurais ficou evidente o papel que desempenham perante a família e a sociedade. Com o objetivo de garantir a empregabilidade e a permanência da população no meio rural, as associações justificaram-se como um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas por trabalhadores, sob forma coletiva.

No processo de formação das associações, as mulheres entrevistadas tiveram participação diferenciada, apesar de os três grupos terem pontos em comum, como é o caso das características da agricultura familiar, ou seja, mão-de-obra familiar. Partindo do contexto em que cada grupo se insere, observou-se que alguns grupos, embora em pequena quantidade, demonstraram traços de emancipação. O próprio espaço de organização e de atuação na associação tornou-se um espaço pedagógico de superação. Porém, em um dos grupos, foi notado a ausência das mulheres nos trabalhos, nas decisões e nos encaminhamentos da associação. Enquanto uma entrevistada afirmou que “[...] por causa da Ana, (filha) eu não ajudo muito lá em baixo. (na horta) Na verdade eu nem vou mais lá”. (E.1.3) [(informação verbal), outras declararam que a associação é um sonho, “[..], pois eu lembro que quando a gente era individual, a gente tinha um sonho de ser diferente, fazer uma associação [...]” (E.3.1) (informação verbal). Pensamentos tão diferentes se explicam pelo contato e/ou privação dessas entrevistadas com determinados espaços que podem ser considerados formativos.

Esses espaços são os mesmos encontrados em artigo³⁸ de Abramovay (2005a) sobre a região Sudoeste Paranaense em que o autor identifica as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁹, movimento da igreja católica, como espaço que impulsionou a organização dos agricultores da região.

A atuação crítica das Comunidades Eclesiais de Base correspondia a uma orientação importante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil à época e se apoiava em verdadeiros laboratórios de elaboração teológica, responsáveis por uma riquíssima literatura, a qual vinculava a discussão dos problemas sociais brasileiros a dimensões filosóficas e existenciais dos textos bíblicos (Ibid.).

Esse movimento da igreja católica também foi citado por uma entrevistada como sendo o movimento que contribuiu para a decisão de formar a associação.

[...] e por a gente participar de grupo de jovens, reflexão, organizações na época assim, comunidade de base, aí que a gente foi vendo, daí é que surgiu a idéia da associação pelos grupos comunidades de base, a idéia de trabalhar em conjunto. Antes era cada um no seu. (E. 3.1) (informação verbal).

Conforme depoimento de outra entrevistada, a participação do marido em reuniões de movimentos sociais, do sindicato e da cooperativa agrícola; das quais ela participava sempre que podia; despertou o interesse pela organização da associação.

Daí que surgiu no comecinho, a EPAGRI falou que tinha esta verba para as mulheres, como nós sempre participávamos dos movimentos, quando tinha reunião os maridos participavam e a gente quando podia ia junto. E eles viram que nos tínhamos interesse em participar, e vieram atrás disseram que tinha verba e nós se atacamos (E.2.2) (informação verbal).
Nós, [...] sempre que tinha alguma formação na cidade, alguma reunião importante, eles sempre convidavam, até do movimento das mulheres que ajudou bastante, tudo ajuda a desenvolver (E.2.2) (informação verbal).

Cabe salientar que as associações surgiram em Mafra com mais intensidade a partir da instalação do BNAF, conforme salientado anteriormente. Porém, antes disso, já existiam movimentos ligados a setores minoritários da igreja católica (Comissão Pastoral da Terra) e movimentos sociais (Movimento de Mulheres Agricultoras), as quais já desenvolviam um trabalho, posto que procurassem estimular a organização dos agricultores. Portanto, estes espaços foram pedagógicos, mediando o aprendizado e a tomada de decisão das mulheres em

³⁸ Abramovay et al., 2005. Disponível em: <<http://www.rimisp.cl.seccion.php.seccion308>>. Acesso em: jun. 2008.

³⁹ Além do peruano Gutierrez, também Leonardo Boff e Clodovis Boff entre outros, a partir do Concílio Vaticano II, foram os pensadores da Teologia da Libertação e davam sustentação as CEBs.

organizar uma associação de produção, visualizando neste processo e modalidade a possibilidade de renda.

As associações tiveram apoio da EPAGRI, a partir da segunda metade da década de 1990, para iniciar as atividades principalmente na organização burocrática. Também, pessoas da comunidade contribuíram para a divulgação, conforme recordaram as mulheres em depoimentos.

No passado foi eu lembro, [...] uma pessoa que foi muito humana que deu a vida pela nossa associação, hoje falecido, o seu Ilgo, (professor universitário) foi uma pessoa que lutou, [...]. O seu Ilgo sempre trabalhou com associações, ele viajava o mundo inteiro organizando associações, tanto que ele trouxe [...] uma comitiva [...] do continente, de vários países e eles visitaram São Paulo, Rio Grande e Santa Catarina, e nós fomos visitados por eles. Vieram 54 pessoas de tudo quanto é país. Ele contava a nossa história e eles ficaram abismados com o que a gente tinha e ele divulgando, então esta pessoa foi o que mais contribuiu para que a gente [...] (E.3.1) (informação verbal).

As associações contaram ainda com apoio de pessoas influentes para consolidar a comercialização dos produtos. Esse destaque foi lembrado por uma entrevistada:

[...] o seu Arlindo Miguel, (dono da Rede MIG de Supermercados) na época também ele fez incentivo para que toda a produção da região ficasse não precisasse sair para fora, ou de repente o mercado da região comprar produtos de fora sendo que aqui tinha produtos de qualidade (E.3.1) (informação verbal).

As parcerias estabelecidas contribuíram para o fortalecimento das associações como alternativas ao desenvolvimento local. Assim como sugere Sergio Boisier (1999b) ao falar do Capital Sinérgico como a capacidade social de promover ações em conjunto e com fins coletivos. Cabe salientar a presença da Universidade que esteve apoiando as organizações.

No processo de formação da associação, as entrevistas demonstraram que, mais do que buscar condições econômicas para a sobrevivência no espaço rural, houve um movimento de resistência ao exacerbado individualismo e à desenfreada competitividade pelo lucro. Embora as associações estejam regidas pelos princípios do capital monopolista, apoiado pelo capital financeiro, o trabalho conjunto entre famílias, cujos resultados também são competitivos no mercado, iniciou um processo de aprendizado diferente. As experiências e os desafios do trabalho coletivo possibilitaram às mulheres não mais o papel de simples coadjuvante, mas

sim como atores centrais que passaram a refletir sobre suas condições de trabalho. As mudanças foram demonstradas na fala a seguir

A vida antes da associação era muito difícil, porque você tinha que fazer tudo, lutar para conseguir ter aquele salário no final do mês, tanto que quando a gente era individual, eu lembro muito bem que a gente ia nos lixão catar embalagens de dúzia para a gente poder colocar o ovo com um preço melhor no mercado [...] e daí passava outra pessoa na frente e pegava. Então a gente sofria muito naquela época. A vida hoje não tem nem comparação. (muitos risos) Não tem nem comentário, porque um tem a segurança do outro, porque na época do individualismo sair passear nem pensar, não tinha como. Hoje você sabe que, se tem uma pessoa lá, aquela está fazendo bem feito, esta cuidando porque é minha mais é do outro também, então um cuida para que não decepcione o outro e que sempre faça bem feito. Então a gente pode sair uma semana passear, tem a liberdade, tem uma vida totalmente diferente do que era antes, coisa que a gente nunca tinha e hoje a gente passeia, sai, viaja, tem liberdade para tudo. Confiança no outro e isso é muito bom (E.3.1) (informação verbal).

A experiência adquirida na associação não pode ser analisada simplesmente como seguindo uma grande empresa monopólica. Trata-se de uma semelhança com a pequena empresa, que dá livre curso à concorrência para comercializar, ao modelo de gestão e ao modo de produção. Além da viabilidade econômica, apresenta fatores extra-econômicos que garantem a inserção social das famílias. Neste caso, também se observam elementos como a confiança, a cooperação, a liberdade, a co-responsabilidade apontados como essenciais no novo modelo de desenvolvimento local preconizado atualmente por Sen (1999); Putnam (1996); Boisier (1996) e entre outros.

A realidade destas associações poderia ser considerada uma experiência isolada, todavia tornou-se uma experiência ampliada para a 'vizinhança' num processo de desenvolvimento local. Esta ampliação pôde ser identificada nas falas das entrevistadas em duas associações, ao serem perguntadas sobre a importância da associação para o desenvolvimento:

É importante. Porque a mulherada vende ovos para nós, vende manteiga, tudo o que elas têm de sobra nós compramos (E. 2.4) (informação verbal).
Eu acho que é muito importante. [...] a nossa foi a primeira e [...] a gente começou em seis pessoas, hoje [...] somos vinte e poucas pessoas. Então, além que fazer o bem para a gente, estamos fazendo o bem para outras famílias por causa do emprego que a gente vem gerando, a partir do momento que a gente vem crescendo, aumenta o emprego, as pessoas vão tendo acesso a emprego na porta de casa. Não precisa deixar o local para ir à busca de trabalho (E. 3.1) (informação verbal).
Bom, eu acho que desenvolve. [...] Então na época que apura mais, nós oferecemos emprego para quem precisa trabalhar, a gente consome o leite, a manteiga, o ovo. Então eu acho que é uma maneira de desenvolvimento, de crescimento (E. 2.1) (informação verbal).

Em uma das entrevistas, quando indagada sobre a compra dos insumos, principalmente o milho para fabricação da ração, a resposta foi:

Um tanto tem nosso, o restante de fora. De fora entre aspas, porque é do vizinho. A gente procura pegar da comunidade, daí nós temos tanta sorte, os vendedores dizem que nós temos sorte porque tem o secador do seu Antonio ali. Vem o milho sem frete sem nada (E. 3.2) (informação verbal).

A prática de adquirir insumos dos fornecedores locais favorece o crescimento de outros empreendimentos, dentro de uma determinada cadeia produtiva. O interesse mútuo cria uma sinergia que pode formar uma cadeia para o desenvolvimento de setores produtivos. A situação de apoio entre empresas possibilita fortalecer quando os negócios são de pequeno porte, e com vistas ao desenvolvimento local. Uma pequena indústria pode adquirir insumos de fornecedores locais e quando não possuem, a necessidade gerada facilitará o surgimento de novos empreendimentos.

Assim como o entendimento de algumas entrevistadas apresentaram características que podem evoluir para inovações, há ainda alguns pensamentos que se aproximaram mais do assistencialismo caritativo do que do desenvolvimento. É o caso de uma entrevistada que expressou a seguinte visão sobre a importância da associação para o desenvolvimento

Eu acho que sim, bastante importante, não só para nós da associação, mas gera um ganho para o município e quem sabe mais tarde se a gente aumentar vai poder dar emprego para alguém. Mesmo assim na comunidade tem [...] famílias pobres e eles vem comprar verdura aqui e eles pagam bem mais baratinho então para eles é bom também. Às vezes algum refugo é doado, acho que é importante (E. 1.3) (informação verbal).

O surgimento das associações tem a característica de serem grupos de parentesco familiar. Ambas as associações são compostas por grupos de irmãos que se uniram objetivando o fortalecimento socioeconômico. Dois grupos, quando decidiram trabalhar juntos, optaram por maximizar os recursos já existentes em cada propriedade. No caso da associação que faz biscoito, a formação de infra-estrutura forjou uma experiência nova para as envolvidas, que precisaram reunir o mínimo de capital e usar as instalações físicas de uma das residências.

Nós começamos com 10 reais cada uma. [...] Daí para começar comprar o primeiro saco de trigo cada uma deu 10 reais e fizemos uma caixinha. Compramos o saco de trigo e nos reunimos na casa da Landi, [...] este saco de trigo chegou a arruinar no começo. Até perdemos o resto de tanto que demorou nós fazer. Foi o nosso começo. Daí nos fomos colocando

dinheiro para nunca faltar, até poder vender as primeiras bolachas (E. 2.2) (informação verbal).

Daí nós começamos na casa da Landi, ela tinha uma cozinha grande, começamos lá, a máquina manual, fazer massa a mão, nós fazíamos duas massa (receita) de natal por tarde então nós reuníamos três fornos elétricos, cada uma levava para render um pouco mais e fazíamos duas receitas por tarde, esticávamos a massa na mão e na máquina, mais eu e a Ivete que virava, até estávamos criando músculo. (E. 2.1) (informação verbal).

Nestes depoimentos observou-se que o surgimento da associação foi um exercício de persistência e aprendizado. Este grupo iniciou com oito mulheres, das quais quatro desistiram na hora de assumir compromissos econômicos maiores. Enfrentar os desafios impostos pela vigilância sanitária exigia que fizessem algumas mudanças na maneira de trabalhar. Das oito integrantes, ficaram quatro. A necessidade de financiar para regularizar fez as mulheres refletirem sobre se daria certo ou não. E se não desse certo, teriam que tirar dinheiro do consumo da família para pagar o financiamento e para isso teriam que consultar o marido. A desistência e a incerteza inicial no empreendimento determinam o risco, próprio ao sistema capitalista.

Iniciar na casa, o espaço de domínio da mulher, significa domínio sobre a utilização dos objetos caseiros. Para a mulher, o empreendedorismo começa com a gestão da casa. No decorrer de um ano de operação da cooperativa, surgiu o desafio de se adequar às normas da vigilância sanitária. Tal necessidade significou sair do espaço físico considerado privado e ir para um espaço físico público. Constituir a associação foi decisão tomada com base na vontade de fazer algo diferente, sem uma maior preocupação com a estratégia, o planejamento ou a legislação necessária. Estes aprendizados foram adquiridos e aprimorados a partir de situações concretas, à medida que surgiam as necessidades.

Depois fizemos o financiamento porque tínhamos que construir conforme a vigilância sanitária exigia. Neste caminho quatro integrantes saíram, uma porque tinha muito serviço, a Geissiane era professora pegou aula e a Delita com a Goreti, quando nós falamos que vamos financiar e construir porque a vigilância deu um ano, vocês trabalham um ano aqui e vão ter que construir, eles deram a planta. A hora que falamos em financiar, as duas caíram fora, 'nós não vamos entrar em dívida' e até nem acreditaram que ia sair (E.2.1) (informação verbal).

As mulheres, as quais persistiram no empreendimento, enfrentaram a insegurança e a incerteza na tomada de decisão. Também tiveram a pressão dos familiares e pensaram em alternativas, como plantar fumo para atender às necessidades da sobrevivência.

Eu acho que até a família no começo ficaram desconfiados e com medo, que a gente entrasse numa dívida e não conseguisse pagar e ter que sair (os recursos) de dentro da família, isso aconteceu também. A gente teve medo no começo assim de ter que tirar aquele dinheiro. A gente conversava que poderíamos plantar um pouco de fumo para garantir o dinheiro, mas não, foi fácil porque nós nunca pegamos o dinheiro antes de reservar para a prestação. Vivíamos raspando, não ganhava nada no início, trabalhava gratuitamente, serviço voluntário mesmo e ia deixando dinheiro para pagar a prestação, então isso foi uma dificuldade (E.2.2) (informação verbal).

A centralização do poder na pessoa do homem, como na família patriarcal rural, caracteriza-se pela preocupação de não perdê-la. Evidenciou-se que a propriedade da terra e do capital, principalmente no espaço da família rural, concentra-se na mão dos membros do sexo masculino. Sen (2000, p.233) foi observado que “é bem mais difícil para uma mulher iniciar um empreendimento, mesmo de proporções modestas, por não possuir bens que possam servir de garantia aos credores”. Desta forma, quando as mulheres ultrapassam esta barreira e organizam um empreendimento, começam a transformar as relações no espaço privado. É o que constatou Deere e León (2002, p. 411) em pesquisa desenvolvida em vários países da América Latina sobre o empoderamento da mulher a partir do direito à propriedade da terra. “[...] há uma associação positiva entre os bens e a renda controlada pelas mulheres e o seu bem-estar e o de seus filhos”.

Cumprir com os compromissos assumidos vem sendo uma característica apresentada por mulheres que usufruem das políticas públicas de créditos. O esforço das mulheres para restituir os empréstimos junto às instituições financeiras, também foi observado por Sen (2000, p.233-234) ao citar o exemplo do Banco Grameen em Bangladesh na Índia, este banco, ao oferecer crédito rural para as mulheres, obteve 98% de restituição dos valores emprestados. Resultado que “não deixa de relacionar-se ao modo como as mulheres responderam às oportunidades que lhes foram oferecidas”.

Estas informações e constatações possibilitaram a compreensão do alcance econômico e social que confere à sociedade, a participação efetiva das mulheres em espaços associativos. Também demonstraram espaços de capacitação das mulheres para atuar na sociedade como agentes. Os agentes fortalecem o empreendedorismo de pequeno porte como descreveu Abramovay (2003), afirmando que ambientes sociais marcados por depressão econômica inibem o empreendedorismo. Mesmo assim, constatou-se que este segmento constitui-se em elemento decisivo no revigoramento de regiões atrasadas economicamente. Neste

sentido, nos ambientes associativos, a aprendizagem e a inteligência passaram a ser aplicadas de maneira a encontrar o caminho de inserção em mercados dinâmicos, mesmo que de maneira paulatina.

O caminho percorrido pelas associações apresenta dificuldades quanto aos elementos necessários para a estruturação do empreendimento. O ato de pensar a ação se dá durante a ação. É o que revelou a explanação das entrevistadas nas três associações, conforme o exposto.

Quando eles estão trabalhando nas roças, fazem ali as reuniões deles, planejam tudo junto. Não fazem reunião, eles estão trabalhando e conversando (E.1.1) (informação verbal).

Ai, ai, eu acho que todo dia se fala um pouco, o que precisam, eles conversam no serviço mesmo (E.1.3) (informação verbal).

Acho que eles não fazem reunião, não costumam fazer reunião entre eles. Eles falam no serviço enquanto trabalham (E.1.2) (informação verbal).

No caso da A.1, diferente das demais, as entrevistadas referem-se a terceira pessoa. Falam de algo do qual não fazem parte diretamente. Mas revelam a dinâmica como os seus parceiros desenvolvem as estratégias de atuação na associação. No contexto deste grupo, as mulheres aparecem ausentes do processo de produção, porém informadas sobre determinados assuntos do grupo. Os resultados do trabalho se aproximam mais do aspecto mecânico que educativo. Observou-se a ausência de um ambiente interativo que propiciasse a condição para expressar opiniões, participar de discussões, sendo agente ativo e não passivo no espaço da propriedade.

Considerando que as questões relacionadas aos processos interpessoais, às aspirações ao saber cotidiano, a participação efetiva nas decisões são prerrogativas para haver o empoderamento. Nesse caso, entendido como a capacitação que permita à mulher construir novas relações de poder, assumindo o controle sobre a sua vida e suas habilidades, sendo capaz de decidir sobre os seus próprios interesses.

Nas demais associações, as mulheres falaram de suas atuações internas, porém seguem a mesma lógica quanto à organização cotidiana.

A associação eu acho que deveria se reunir no mínimo uma vez por mês, mas como a gente é muito atarefada, a gente vai deixando, só se reúne quando é realmente muito preciso para uma decisão, daí a gente se reúne (E.2.1) (informação verbal).

[...] nós conversamos antes de começar o trabalho [...]. Até esses dias, nós fomos medir a cerca ao redor da associação, nós não fizemos reunião,

chegamos para trabalhar daí fomos medir a cerca primeiro então depois fomos trabalhar (E.2.2) (informação verbal).

Quando aparece a dificuldade, a gente faz uma reunião sempre, na hora que precisa fazer é feito, não tem data certo (E. 2.3) [sic].

[...] se aparece uma coisa nova daí a gente se reúne e discute (E.2.4) (informação verbal).

Quando, uma vez por mês, para discutir alguma coisa mais acentuada, daí durante a semana no dia a dia, porque a gente está praticamente junto sempre se encontrando e daí a gente vai conversando (E.3.1) (informação verbal).

O modo de organizar o trabalho cotidiano reflete as características familiares dos grupos, onde em todo lugar e hora podem ser resolvidas as necessidades administrativas. Neste aspecto as associações não seguem as técnicas e estratégias de empresas com reuniões periódicas, pautas pré-elaboradas e decisões amplamente estudadas. Em outro momento, porém, as reuniões acontecem por chamamento dos órgãos de apoio para discutir assuntos ligados a questões mais amplas. “[..] às vezes é feito reunião com a EPAGRI, o Geraldo Pilati organiza, mas é umas duas vezes por ano” (E.1.3) (informação verbal). O processo metodológico caminha na direção da participação momentânea, uma prática entendida como oriunda de uma afinidade dos grupos, que dispensam metodologias mais sistemáticas. As entrevistas revelaram como preenchem lacunas e tornam os empreendimentos mais produtivos e competitivos.

Os grupos se reúnem de maneira periódica e sistemática para decidir sobre questões consideradas de suma importância em relação ao trabalho. Também nestes encontros são discutidas as relações internas cotidianas. As mulheres aprendem a tomar decisões, a lidar com as divergências, a encontrar consensos e a crescer em meio às relações grupais, como apontam os depoimentos seguintes.

Nós não fazemos muita reunião, a gente deixa a desejar, faz falta. A gente se carrega muito e precisa desabafar então a gente deixa. [...] e é muito bom, porque às vezes a gente trabalhando em conjunto a gente briga também, carrega demais. Tem que fazer reunião para colocar as coisas para fora, alguma mágoa, então fazemos uma reunião e cada uma descarrega [...] e chega-se ao consenso que todas são culpadas, isso faz um bem que após descarregar sai pronta para continuar (E.2.2) (informação verbal).

Como eu falei, vai até quando a gente vê que precisa fazer uma reunião, daí a gente para, se reúne e coloca tudo. Se uma magoou a outra, se tem sentimento da outra então a gente fala, se conversamos bem, fazemos e reunião até sairmos numa boa. E começa tudo de novo (E. 2.2) (informação verbal).

Ficou constatado de que as mulheres querem mudar, sair da opacidade e se tornarem sujeitos ativos e não passivos, solidificar sua ação. Para isso, estão

aprendendo a lidar com a diversidade de pensamentos e se dispondo a entrar em acordo e estar sempre começando.

Sabe que quatro cabeças, cada uma tem uma idéia diferente. Então a gente tem uma opinião, as outras não concordam, mas a gente vai explicando, vai conversando, vai explicando e de repente entramos em acordo (E. 2.4) [(informação verbal). [...] Tem coisas que temos que resolver, tem que entrar junto, ter humildade e ver o que fazer. Tem coisas que, [...]. Vamos pensar até a outra semana, [...] vamos amadurecer. Essa é melhor porque tudo o que você pode pensar e que são seis idéias às vezes, dá mais chances de dar certo (E. 3.2) (informação verbal).

No depoimento a seguir aparecem as características das relações familiares patriarcais e o esforço para romper barreiras e produzir de forma diferente. Nessa perspectiva foi observado que os consensos construídos no grupo são essenciais para o crescimento da organização e a capacitação para resolver as dificuldades.

Desde que a gente passou muita dificuldade, a gente viu no passado um poder muito autoritário, então hoje a gente se reúne, claro que você também tem que ser humilde, tem que saber respeitar o outro porque são pessoas diferentes. Um pensamento diferente do outro [...] então é um aprendizado no dia a dia que você vai ter que fazer para você conviver, e eu acho que isso a gente está fazendo e surgem muitas dificuldades, mas a gente vai superando. A gente vai vendo se um está errado, de repente fica quieto, a maioria tenta conversar e aí a gente vai se dando (E. 3.1) [(informação verbal).

As maneiras como os grupos resolvem os impasses do cotidiano aparecem pautadas em princípios e valores considerados traços que as diferenciam dentro contexto da sociedade atual. Em nenhum momento as entrevistas afirmaram não ter dificuldades para trabalhar em grupo.

[...] a gente começou em oito e acabou em quatro e já teve várias vezes que uma pensou em sair, outra pensou e de repente a gente pensa melhor. [...] é difícil trabalhar em grupo, ali são quatro pessoas pensando diferente, há divergências, há conflitos, você tem que entrar num consenso, [...]. Então há divergências de pensamento, [...] Não é fácil trabalhar em grupo (E. 2.1) (informação verbal).

As respostas envolvem a dimensão humana, só compreensível no conjunto das questões axiológicas. Questões relacionadas aos aspectos de processos interpessoais, aspirações, saber empírico, cotidiano, contexto e de história de vida em que as pessoas estão inseridas. Assim, para alcançar resultados num trabalho educativo é necessária a criação do ambiente que propiciará o rompimento da timidez, do medo de se expressar, para que possam sentir-se bem, opinar, discutir e contestar. Salienta-se que a participação e o empoderamento^{lxxx} implicam em construir novas relações de poder, possibilitando que as mulheres tenham controle

sobre as suas vidas e as suas habilidades e que sejam capazes de decidir sobre os seus próprios interesses. Portanto, em tais procedimentos as políticas públicas e os projetos de acompanhamento dos órgãos gestores voltados para os empreendimentos tornam-se fundamentais.

Como a educação formal é importante para se apreender os conhecimentos e os instrumentos básicos para alcançar a autonomia e a cidadania e, como as experiências vividas no espaço público do trabalho realizam o aprendizado principal para o empreendimento corporativo, este item revelou um terceiro aspecto importante: as associações criam um ambiente ampliado de solidariedade e de ajuda que, no caso das mulheres pesquisadas, se manifesta com a presença da EPAGRI, BNAF, Comissão Pastoral da Terra e Movimento de Mulheres Agricultoras. A forma coletiva de se relacionar com os movimentos sociais fez as mulheres responderem às oportunidades que lhes foram oferecidas, conforme idéia de Sen, (2000). Os consensos construídos com grupos, com ajuda de técnicos e de agentes de movimentos sociais são essenciais para que as mulheres associadas organizem seus empreendimentos. O espaço doméstico cede lugar ao espaço público pela consciência educativa e reflexão pedagógica ligadas ao gênero.

2.8.5 A Associação e o Desenvolvimento Local

Nesse eixo será considerado o entendimento mais amplo das entrevistadas com relação ao desenvolvimento local, bem como os aprendizados advindos das relações e parcerias com outras entidades e, ainda, o acesso e as implicações das políticas públicas para as mulheres associadas.

No município de Mafra, mesmo existindo um contingente de população bem significativo no campo (cerca de 24%), a produção da agricultura familiar encontra dificuldades. A capacidade associativa de produção, com formas mercantis de comercialização local, são experiências recentes que exigem cuidado, atenção e investimentos.

As associações adquiriram impulso a partir do acesso facilitado ao crédito e apontam algumas questões de estruturação que possibilitaram as condições de

produção. As entrevistadas citaram o crédito como responsável pelo desenvolvimento inicial das atividades.

O único que deve ter alguma coisa a ver é o financiamento da casa. Então a gente teve auxílio nesses termos porque é para vários anos e o juro é baixo, então foi muito bom (E.2.1) (informação verbal).

Financiamento foi pelo BRDE, 15 mil reais para a casa. Não foi muito difícil pegar o financiamento (E.2.2) (informação verbal).

Banco do Brasil, PROGER, PRONAF. Foi no começo para nós se estruturar. Graças a Deus a gente conseguiu pagar tudo no devido tempo. Não tivemos que prolongar (E.3.1) (informação verbal).

Nós tivemos nós pegamos o PRONAF, hoje nós não conseguimos mais, passamos da cota. Nossa, foi uma época que nós estávamos precisando para a construção da granja, para o barracão que foi construído tudo pelo PRONAF (E. 3.2) (informação verbal).

No surgimento de novos empreendedores, as políticas de crédito têm papel fundamental. Observou-se o compromisso do grupo com a associação, cumprindo as tarefas necessárias para o bom andamento do empreendimento.

O desenvolvimento local é compreendido como processo que mobiliza potencialidades endógenas, articula os atores sociais entre si e torna possível criar oportunidades de crescimento para a população, num esforço de concentração no nível local. O que significa dizer que um trabalho de parceria, diálogo e negociação com os diferentes atores sociais voltados para a construção de uma proposta coletiva poderá favorecer a construção de relações que possibilitam o surgimento do capital social.

Cabe ressaltar que no município de Mafra, a atuação da gestão municipal se deu apenas mediante execução de trabalhos básicos de infra-estrutura.

Da prefeitura, nós tivemos ajuda só com aplainamento para fazer a associação [...] e foi gratuito (E.2.3) (informação verbal).

É a prefeitura ajudou, mandou pedra, pois a estrada estava ruim. Os tanques a prefeitura mandou fazer também para ter água para molhar a verdura (E.1.1) (informação verbal).

Em momentos difíceis as mulheres recorreram ao poder público em diferentes esferas. As entrevistadas contaram que sempre foram bem recebidas pelos representantes dos órgãos públicos, mas nunca foram atendidas em suas necessidades.

Nós fomos pedir quantas vezes, só que no momento eles não disseram não, mandava aguardar e assim nós estamos aguardando até hoje. (E. 2.3) Assim do governo nós não recebemos auxílio nenhum. Até quando saiu o poço artesiano a água passava aqui na frente, e daí todo mundo pegou e só

nós não, porque naqueles dias nós não tínhamos dinheiro, [...] Aí começamos correr, fomos na prefeitura fomos falar com o gerente regional da secretaria do desenvolvimento. Daí um dia eu fui num encontro de mulheres em Florianópolis, pela Coopernorte e nós fomos conhecer a assembléia e eu fui conversar com o deputado pedir ajuda e não consegui, de ninguém, nós pagamos sozinhas, e era R\$2.800,00 (E.2.4) (informação verbal).

Com fortes características de cooperação, os empreendimentos associativos constituídos estão em constante expansão no Brasil. Contudo, tal perspectiva implica em desafios locais que ensejam a superação de comportamentos adquiridos em muitos anos de política paternalista promovido pelo Estado. Traços de paternalismo são encontrados nas falas das mulheres.

O que mais a gente queria, até fomos pedir foi ajuda na prefeitura, que toda a associação recebia ajuda da prefeitura ou o Estado junto, [...] porque até agora nós estamos pagando tudo sozinho, do nosso suor que nos estamos pagando (E. 2.3) (informação verbal).

Do poder público nós ganhamos o aplainamento para a casa, o Carlinhos mandou uma máquina. [...] Depois ele colocou iluminação lá na casa, para fora, por aqui não tinha iluminação em lugar nenhum. [...] ficaram prometendo ajudar, nós fomos atrás do Luiz Claudio (secretário de obras) vários vereadores que prometeram, mas nunca ninguém ajudou, não tivemos nada. A Carmen Ruthes (vereadora) até ela prometeu colocar um orelhão lá na frente da associação que faz muita falta para nós, mas não, até hoje não tivemos (E. 2.2) (informação verbal).

Ficou esclarecido que as mulheres esperam do órgão gestor benesses que não respondem a políticas mais amplas, mas que possibilitem a inserção das associações num plano de desenvolvimento em nível mais amplo. No dizer desta entrevistada, aparecem alguns apontamentos das lacunas que poderiam ser supridas mediante projeto com acompanhamento de um órgão municipal.

Ele faz uma média com nós. [...] porque nós não temos pedra, então colocaram até na porta da granja. Mas aquilo que as vezes nós precisamos como uma assessoria, a gente não tem, não falo só de nós, eu acho que a prefeitura falha muito. Tem tantas outras coisas que é feito que não gera emprego e eles estão fazendo, tantas outras pessoas que querem trabalhar coletivo e não tem apoio. Então nós fazemos a média, ou se a gente pede eles atendem em parte, mas eles podem fazer mais, só pelos empregos que a gente gera (E. 3.2) (informação verbal).

Outra lacuna apareceu em relação às parcerias com outras entidades do município que tem como função política acompanhar os trabalhadores em suas necessidades. Nas argumentações das entrevistadas surgem visões que ainda precisam de esclarecimentos sobre a função dos órgãos de representação de classe, como é o caso de sindicato dos trabalhadores rurais.

Agora no momento, bom apesar do auxílio maternidade eu consegui lá, eles ajudaram e tal, mas assim no serviço agora no momento não, mas antes sim, no tempo que começou o Bnaf, o sindicato auxiliou muito o Bnaf e com isso auxiliou os produtores. A questão de cursos que eles fizeram, e encontros no sindicato sempre incentivavam e ajudavam e custeavam as viagens e o curso então ajudou bastante (E.1.3) (informação verbal).

Existe uma barreira cujas causas ainda não foram estudadas em profundidade, que favorece a permanência da falta de consciência sobre a conquista dos direitos da mulher trabalhadora rural. O foco assistencialista reforça os equívocos enquanto escamoteia a real função das entidades diante do quadro de representados.

Sindicato, acho que não, mais o Bnaf. Mas eu acho que as duas são meio junto. Até nós no nosso grupo, fomos pedir e o Camilo ajudou com coisas pequenas como nós precisávamos de um baner então ele ajudou, mas de ele vim visitar, isso ele nunca veio (E.2.2) (informação verbal).

[...] a gente tinha mais contato com o sindicato, não que trouxesse mais ajuda, mas a gente tinha mais contato. Outras associações a gente tem contato, sabe deles, mas não uma relação mais próxima (E.3.2) (informação verbal).

Essa concepção diante das entidades representativas revelou a distância existente entre os indivíduos e as instituições, fato que pode dificultar a aglutinação das entidades em torno de um projeto de desenvolvimento local, o qual respalde as necessidades do setor. Também colocou no campo das idealizações a sinergia que poderia impulsionar o desenvolvimento (BOISIER, 1999b).

Uma das entrevistadas afirmou que as entidades estão presentes quando há a necessidade, conforme relato:

Hoje ainda, ajuda em questão de estar presente, se a gente precisa de alguma coisa, gente pede, o sindicato, o Bnaf, o Banco do Brasil nunca deixou de nos atender, sempre estão por perto (E.3.1) (informação verbal).

Porém, não há um planejamento a curto, a médio e de longo prazo que consolide a importância das iniciativas para o município. O auxílio prestado pelas entidades são os básicos, de acordo com sua função, ou seja, esperam que o cliente venha solicitar, e para conseguir os serviços precisa estar enquadrado em normas pré-estabelecidas pelas instituições que estão a serviço do sistema financeiro, todavia é altamente seletivo. Estes procedimentos não colocam em pauta a necessidade de desenvolvimento para além dos aspectos econômicos.

Quando foi perguntado às entrevistadas sobre os fatores que influenciaram no desenvolvimento da associação, as respostas deixaram transparecer que as

associações se constituíram em formas racionais encontradas pelos próprios agricultores, capazes de superar as adversidades provocadas pelos projetos modernizantes de agricultura. Como alternativa, surgiram iniciativas com base em sistemas coletivos, que apresentavam a possibilidade de reconstrução e dinamização da agricultura como forma de produção e modo de vida.

Pelo que o Elcio conta, eles estavam meio decepcionados com a agricultura, o fumo eles tinham parado porque não tinha um rendimento bom (E. 1.3) (informação verbal).

O que mais influenciou foi a vontade de cada uma de continuar para a gente ter uma renda a mais, no caso, porque trabalhando em casa, da roça a assim tendo um trabalho por fora como nós estamos na associação então isso ajuda a gente (E. 2.1) (informação verbal).

Foi a nossa boa vontade que influenciou para a associação da certo (E. 2.4) (informação verbal).

O que mais influenciou eu acho que foi a organização, foi o incentivo que tivemos de várias entidades que incentivaram valendo, a qualidade também que a gente teve nos produtos que colocamos (E. 3.1) (informação verbal).

Além da força de vontade e da persistência dos envolvidos, as associações também se apresentaram como alternativa em dois contextos diferenciados. Um deles, como substituição à cultura do fumo, predominante nas propriedades em regime de agricultura familiar e outro como fonte de renda para as mulheres. Ocorre que o cultivo do fumo é um trabalho que envolve homens e mulheres, mas as mulheres só ajudam. Com fins de obtenção de renda para as mulheres, o trabalho na associação se apresentou como mais uma jornada de trabalho. Este fato aparece nas falas como dificuldade: “Só como eu falei, o trabalho dobrado, complicado que a gente tem, em casa tem a família, tem a casa para cuidar, então a gente vai lá já tem um trabalho a mais” (E.2.3) (informação verbal). Outra dificuldade é a concorrência com as grandes indústrias. Mesmo com a divisão inicial do trabalho, as tarefas ainda têm o caráter artesanal. Se não for acompanhado de políticas de estímulo ao consumo local, não conseguem competir.

O que atrapalha, eu acho que é a gente se confrontar com fábricas grandes, então não tem como você entrar no mercado e querer comparar o produto e o preço com o biscoito industrial, porque o industrial é bem mais barato, eles entram bem mais fácil no mercado. [...] Então não tem como você competir, de uma coisa mais artesanal e uma indústria grande (E.2.1) (informação verbal).

Ainda foi apontada como dificuldade a falta de informações sobre a legislação. Como estes empreendimentos associativos localizam-se no interior das propriedades agrícolas com traços familiares, estas informações precisam ser

buscadas. Neste aspecto apresenta-se como lacuna aberta, a falta de instrução educacional que proporcione aos grupos os conhecimentos necessários para o desempenho das atividades.

O que atrapalha a gente e até a gente viveu é a falta de informações, tipo um curso alguma coisa que a gente soubesse tudo certinho as coisas, como a gente lida com aves. Hoje o problema do meio ambiente a gente não sabe o que é o certo e o que é o errado, porque têm tantas leis, um vem e diz isso, outro diz aquilo de repente quando você fez tudo aquilo vem outro e diz que não é bem e vocês vão ter que mudar de novo. Então isso atrapalha e muito, porque quando chegam, já chegam multando, já chegam dizendo, e a gente não tem como se defender e dizer que não sabia e não teve acesso a informação. De repente você tem um projeto e você tem medo de executar ele totalmente porque quando você vai ver eles vão mudando e você não tem acesso e nem segurança de que esta fazendo corretamente (E.3.1) (informação verbal).

Foi considerado importante o apoio das entidades, mas as descontinuidades existentes no processo de acompanhamento deixam os agricultores desinformados sobre as atualidades gerenciais, financeiras e empresariais.

O que seria importante era um apoio, até hoje nos pedalamos, apesar da experiência que a gente tem tantos anos. Você quer uma assessoria, a prefeitura deveria ter uma assessoria para elaborar projetos. [...] então além de falar que nós precisamos de ajuda, uma associação para ela se manter, devia ter muita estrutura, eu não sei dizer bem certo com as palavras, mas ter um espaço para informar (E.3.2) (informação verbal).

As entrevistadas declararam que a associação é importante para o desenvolvimento e apontaram alguns motivos, como a geração de emprego, o consumo de produtos locais, a oferta de produtos diversificados, além de ser um referencial positivo para o município. As mulheres conseguiram identificar nas associações elementos que foram destacados como fundamentais para o desenvolvimento local. Nomearam pessoas e instituições que, em seus entendimentos, deveriam contribuir para gerar mais empreendimentos associativos. Conforme seguem os depoimentos.

Eu acho assim que hoje como os agricultores eles deviam, se a gente se reuniu e coloca o produto sem atravessador nenhum, lá direto no mercado, porque que eles também não podem pegar e colocar lá. De repente tem que vender para uma grande cooperativa, pagar para secar o produto, armazenar, porque que eles também não podem fazer a mesma coisa com leite, feijão, tem várias, qualquer produto (E.3.1) (informação verbal).
Pois eu acho que é as pessoas mesmos, pois se uma pessoa pensa em fazer alguma coisa e ela não meter a cara, não anda, não sai, porque os outros não vem fazer nada por você. Se a gente quer alguma coisa tem que lutar, porque ajuda você não tem de ninguém (E.2.4) (informação verbal).

Eu acho que nem o Bnaf que estão ajudando e fizeram este projeto para a CONAB, eles têm vendedor, então o que mais nós precisaríamos é de vendedor (E. 2.1) (informação verbal).

A gente sempre comenta, que nem o feijão Irarense, (produto de outra cooperativa de Mafra) eles escolhem a mão o feijão a mão, é secado assim tudo natural, enquanto que o feijão de fora é passado dessecante, veneno. E o mercado de Mafra não pega o feijão de Mafra. [...] É porque outros feijões são mais barato. Então o próprio município não valoriza as coisas do próprio município (E. 2.1) (informação verbal).

Nesses posicionamentos as mulheres demonstraram determinação ao identificar as qualidades necessárias para que um empreendimento cresça e tenha êxito. A identificação de qualidades brotou das dificuldades que elas próprias enfrentaram ou ainda estão enfrentando; brotou, ainda, da habilidade 'gerencial' que adquiriram na prática laborativa na intenção de aprimorar os produtos.

Em resposta a esta questão, uma entrevistada falou das possibilidades que visualiza a partir da experiência que viveu e aponta caminhos. (é como se fosse uma receita)

[...] A pessoa não aprendeu a viver numa associação, o medo de que não dá certo, ou é muito pessimista, e o achar que não dá é que nunca dá, esse é o problema. Se você for uma pessoa desde que você seja, numa associação você tem que ser honesto, humilde, aprender a viver com a outra pessoa, então isso é o medo das pessoas. Produzir todo mundo sabe, o que não se sabe é se organizar, porque o lucro é bem maior, porque nós antigamente éramos três, iam lá as três pessoas fazer uma compra, o produto era uma comprinha pequeninha, o produto ficava o preço lá em cima, hoje a gente está na associação, vai e compra um caminhão de embalagem e ganha dois mil reais no caminhão. Vai e compra os produtos para a ração em grande quantidade ganha mais um tanto, então é isso que todo mundo devia se organizar. Superar o individualismo. Não foi fácil, porque tava só no eu, no eu, e a gente viveu escutando eu mando, eu faço aquilo, vocês obedeçam então a gente superou isso e vem superando porque a gente sentiu na pele o que, o que aconteceu para hoje estarmos assim (E. 3.1) (informação verbal).

O desenvolvimento local é acelerado mediante a formação das mulheres nas experiências de suas atuações e mediante o planejamento das iniciativas, formas racionais encontradas pelos próprios agricultores, persistência dos associados, criatividade e empreendedorismo das mulheres e apoio dos movimentos sociais. Contudo, o fator de maior relevância é desempenhado pelas políticas públicas, parcerias com o comércio, ajuda da prefeitura e dos técnicos agrícolas. E, principalmente, pelo financiamento e crédito, ou seja, pelo capital financeiro.

Mas, há bem mais do que o lado financeiro, ou seja, romper com o individualismo e vencer as dificuldades são virtudes destacadas pelas mulheres.

2.8.6 Dificuldades e Perspectivas

Nesse eixo foram pontuados os elementos que as mulheres perceberam como os mais difíceis na organização. Segue breve explanação sobre a existência vivida antes e depois da implantação do trabalho coletivo, e sobre suas perspectivas para o futuro.

As dificuldades apontadas para algumas mulheres foi o acúmulo de trabalho, para outras a falta de apoio da família, ainda as dificuldades da falta de estruturação da associação, dificuldades na comercialização dos produtos, a falta de dinheiro e a insegurança por não saber se daria ou não certo o empreendimento. Estes foram e estão sendo os medos e desafios enfrentados no cotidiano, conformes os comentários a seguir:

[...] dificuldade na organização é o acúmulo de atividade de cada uma. Por causa de casa, da família, e do trabalho na lavoura, se a gente trabalhasse só em função da associação seria bem mais fácil (E.2.1) (informação verbal).

Eu acho que até a família no começo ficaram desconfiados e com medo, que a gente entrasse numa dívida e não conseguisse pagar e ter que sair (os recursos) de dentro da família, isso aconteceu também. A gente teve medo no começo assim de ter que tirar aquele dinheiro. [...] no início, trabalhava gratuitamente, [...] e ia deixando o dinheiro para pagar a prestação, então isso foi uma dificuldade (E.2.2) (informação verbal).

Eu acho que a gente [...] fosse mais forte, por enquanto nós estamos muito pequeno, temos tanta coisa para fazer, ainda tivesse mais comércio já seria mais fácil (E.2.3) (informação verbal).

Falta de dinheiro. Precisava comprar máquina, precisava comprar forno. Compramos um forno e não funcionou e nós não vendíamos bolacha. Precisava de dinheiro e não tinha. Foi uma dificuldade imensa (E. 2.4) [sic].

No início foi a falta de dinheiro, porque nós sofremos muito, por que a gente tinha um ganhozinho e estava ariscando tudo aquilo numa incerteza de que se ia ou não dar certo. Então a maior dificuldade foi superar se isso ia ou não dar certo (E.3.1) (informação verbal).

Uma entrevistada apontou dificuldades de que o marido falou, mas que ela própria não vivenciou; uma segunda entrevistada afirmou não ter dificuldades. “Eles sempre falavam da irrigação, que tivesse aumentar os tanques para a irrigação” (E. 1.3) [sic]; “Não têm dificuldades” (E.1.2) (informação verbal). Enquanto em um grupo as mulheres não se envolviam, em outro a satisfação vivida era revelada.

[...] Eu penso que se nós continuar assim está bom. De repente era um sonho, [...] e a gente esta conseguindo sustentar a família, esta conseguindo levar uma vida digna, esta sendo exemplo para a comunidade [...] Então eu acho que hoje a gente se realiza (E.3.2) (informação verbal).

Quando perguntadas sobre como era a vida antes e como é agora, as respostas revelaram a capacidade de transformação que o modo associativo pode proporcionar às famílias que se dispõem a romper com o individualismo e a desafiar um novo modo de trabalho. Eis as exposições.

[...] Nós gostamos de passear, pegar a família e ir para a praia. Até no começo da associação a gente ia tudo numa Combi só para aproveitar. Hoje não, a gente tem privilégio, mas a gente sente falta (eles não podem ir todos juntos por causa do trabalho. Enquanto um vai descansar, outros tomam conta das granjas), outro final de semana, nós estamos se programando de todos da associação ir junto. Mas não dá mais, dois casal fica e um vai. Agora nós estamos fazendo para que uma vez por mês, cada casal tem direito de sair já na quinta a tarde ou na sexta de madrugada. Folga os três dias e os outros dois ficam responsáveis, então antes era bem precário, não digo que a gente não era feliz, mas hoje a gente tem uma estrutura, pode dar mais mordomia para os filhos, para a gente mesmo. Mudou muito, nem se compara (E.3.2) (informação verbal).

A vida antes da associação era muito difícil, porque você tinha que fazer tudo, lutar para que conseguisse ter aquele salário no final do mês. [...] Então a gente sofria muito naquela época. A vida hoje não tem nem comparação. (muitos risos) Não tem nem comentário, porque um tem a segurança do outro, porque na época do individualismo sair passear nem pensar, não tinha como. Hoje você sabe que, se tem uma pessoa lá, aquela está fazendo bem feito, esta cuidando porque é minha mais é do outro também, então um cuida para que não decepcione o outro e que sempre faça bem feito. Então a gente pode sair uma semana passear, tem a liberdade, tem uma vida totalmente diferente do que era antes, coisa que a gente nunca tinha e hoje a gente passeia, sai, viaja, tem liberdade para tudo. Confiança no outro e isso é muito bom (E. 3.1) (informação verbal).

Agora é melhor, porque a gente já está tão conhecida. Quando a gente sai para Mafra (cidade) todo mundo já conhece e pergunta como vai a associação, como vai as bolacha. Então eu acho que melhorou mais agora. Estamos mais reconhecidas (E. 2.4) [sic].

[...] mudou porque pelo menos eu saio um pouco, antes eu trabalhava só em casa e na roça. Agora a gente sai um pouco, conversa com pessoas diferentes, já aprende um pouco mais, desenvolveu. Sobre isso foi muito bom porque a gente conversa, chega gente diferente com idéias novas, para mim foi muito bom (E. 2.3) (informação verbal).

Antes a gente sempre tinha vontade de ter um dinheirinho seu. [...] e hoje eu tenho meu dinheiro para comprar as coisas (E. 2.2) (informação verbal).

Liberdade, reconhecimento, a vida para além do lar, novos relacionamentos, novos conhecimentos, independência financeira, realização pessoal foram alguns dos resultados observados. Esse processo pode estar em parte relacionado com a organização da liderança feminina que faz parte da associação. Também pode estar refletindo a compreensão do grupo (misto) sobre questões relacionadas às mulheres, bem como um modelo de gestão onde a mulher pode expressar sua capacidade de agente social.

O mesmo não foi observado na associação Irmãos Konkel onde as mulheres não participaram diretamente. É como se elas não fizessem parte. O olhar sobre a

associação passa pela observação do marido. Mesmo assim, conseguem enxergar melhorias nas condições de vida da família.

Aqui, pelo que a gente percebe, [...] depois que eles começaram com as verduras, começaram a comprar mais coisas. Eu lembro que o Elcio com o Edgar sempre iam às festas, nos lugares, sempre de bicicleta, depois que começaram lidar com as verduras, já puderam compraram uma moto, logo depois conseguiram comprar um carro para transportar as verduras. [...] Trabalham menos e tem um ganho maior (E.1.3) (informação verbal).

As referências foram positivas e contribuíram para que fossem valorizadas as iniciativas que levam em conta o ponto de vista das mulheres. “Eu acho que é importante falar do que éramos antes e do que é hoje. No passado, a sociedade não acreditava na gente” (E.3.1) (informação verbal). Hoje, elas são protagonistas na modelagem de novas experiências no mundo rural. O surgimento de uma experiência nova, uma interpelação do político a partir do cotidiano, integra diversas dimensões da vida. As mulheres promovem a união entre as tramas sociais e afetivas, as problemáticas locais e as alternativas. Deixaram transparecer o que sentem como ocorre nesta fala. “Meu trabalho é maravilhoso, eu ganho bem no meu trabalho. [...] adoro meu trabalho, minha vida, gosto do que eu faço, de morar onde eu moro” (E.3.2) (informação verbal). Considerar as relações que envolvem as mulheres requer que se tornem visíveis suas experiências, como geradoras de renda e participação política, bem como, considerar a forma como as mulheres organizam o trabalho, a gestão, como articulam a vida profissional e doméstica. O protagonismo feminino nas experiências associativas é um movimento estratégico e necessário para o desenvolvimento local. As respostas das mulheres as suas necessidades e de sua família demanda a ação constante sobre a realidade e a reflexão sobre esta ação.

3 CONCLUSÃO

Em muitos momentos, ao observar a divulgação das experiências associativas do município de Mafra, não se encontrava menção específica sobre o trabalho das mulheres. Os fatos históricos e culturais ligados à presença de traços patriarcais, que circundam a mulher trabalhadora rural, motivaram a investigação de como as mulheres engendram mecanismos para evoluir a atuar nas associações consideradas espaços públicos de atuação. Entender os processos educacionais que instrumentalizaram as mulheres para atuarem nas associações foi o norte deste estudo.

Deste interesse surgiu a pesquisa cujas constatações não são lineares ao conjunto das pesquisadas, pois as visões de mundo e a percepção da realidade ancoraram-se nas experiências vivenciadas no cotidiano. A partir das informações obtidas das próprias mulheres, foram surgindo fios que permitiram explicações sobre as relações entre as mulheres, a educação, o trabalho e destes com o desenvolvimento.

A experiência de pesquisa com as mulheres trabalhadoras rurais as quais atuam nas associações de produção teve como objetivo principal identificar as modalidades de educação que instrumentalizaram as mulheres para atuar nas organizações associativas. O estudo possibilitou entender o contexto em que está imerso o cotidiano das mulheres na estrutura familiar e nas relações sociais de produção.

Dos três grupos pesquisados foram observados estágios diferentes de percepção da realidade, o que leva a concluir que a exposição a diferentes experiências cotidianas oportunizou aprendizados que elevaram o nível de compreensão da realidade em maior ou menor grau. Este fato fez com que se evidenciasse a falta de envolvimento direto de algumas mulheres na associação, estando ainda presas às funções do espaço doméstico.

A pesquisa revelou os diferentes estágios de aprendizagem em que as mulheres se encontram a partir da constatação dos conceitos internalizados sobre si e sobre sua atuação na associação. Percebeu-se que o trabalho associativo contribuiu na formação das mesmas em vários aspectos e de diferentes maneiras.

Possibilitou renda própria e autonomia, além do contato com as funções consideradas do espaço público, do qual as mulheres estavam sempre à margem.

Nos relatos das entrevistadas foi possível constatar que no interior da propriedade familiar, o trabalho realizado pela mulher é aparentemente normal para os padrões da agricultura, e evoluído em alguns aspectos, esconde traços da cultura patriarcal milenarmente preservada nas práticas cotidianas. Algumas mulheres estão atuando nos espaços associativos, porém dentro de seus lares continuam desempenhando papéis de subordinação, particularmente nas tarefas de casa. Por não ter sido questionada, a condição imposta à mulher tornou-se naturalizada. Dessa forma a conformidade e a passividade, associada à tradição, principalmente religiosa, contribuíram para perpetuar a condição da mulher no meio rural.

Esta singularidade das mulheres envolvidas na pesquisa reflete a universalidade da condição das mulheres na sociedade. Este fato permitiu apontar que a falta de questionamento sobre a situação da mulher no interior da família rural contribui para afirmar as diferenças entre homens e mulheres a partir do direcionamento das funções que desempenham.

Não há neste grupo de mulheres um espaço que propicie a discussão sobre a condição social da mulher. Nem tampouco que considere as origens desta condição nas relações entre homens e mulheres no espaço familiar. A longa jornada de trabalho (estendida a partir das atividades da associação) e as responsabilidades decorrentes dela evidenciaram que a falta de reflexão sobre a sua condição estão vinculados a exaustão produzida no cotidiano da jornada de trabalho, e cujos aspectos não são considerados ao diagnosticar a realidade da falta de envolvimento delas em espaços que propiciem tal reflexão. Por conseguinte, pode-se afirmar que é histórica a luta das mulheres pelos direitos pertinentes à profissão.

A condição da mulher no interior da propriedade familiar é permeada por intersubjetividades pessoais e culturais, logo demandam um olhar cuidadoso para entender os fatores implícitos nas atitudes e crenças das mulheres. Mesmo assim, Touraine recorreu a Judith Butler (2007, p.17) ressaltando que: “[...] a identidade feminina, [...] é uma interiorização jamais completamente alcançada”. A identidade da mulher trabalhadora rural requer explicações que possam modificar sua condição de subalternidade, ressaltando sua atuação como agente em espaços interativos a partir do aprendizado proporcionado por práticas para além do espaço doméstico.

Para problematizar a presença da educação na vida das mulheres trabalhadoras rurais e identificar a importância da instrução como instrumento facilitador em suas atividades cotidianas, as respostas possibilitaram a constatação de que as mulheres permaneceram à margem do sistema formal de educação. As mulheres, as quais tiveram acesso à educação até um determinado estágio, (2º grau), afirmaram que esta educação não correspondeu as suas expectativas. Para as mulheres interessa um aprendizado que esteja ligado com a vida, que tenha significado e que seja “continuamente presente à vinculação entre educação e sociedade” (SAVIANI, 2003, p.78).

É importante salientar que os sistemas educacionais quando pensam a educação para o meio rural, não têm como objetivo motivar as mulheres à reflexão sobre o conhecimento acumulado ao longo da história, levando-as a se identificarem como sujeitos desta história. Nas análises das falas foi observado que, quem não teve oportunidade de estudar, revelou arrependimento. Quem teve oportunidade, afirmou que a educação não contribuiu para auxiliar em suas funções. Estas afirmações demonstraram que as mulheres não reconheceram os processos educacionais que, conforme afirmaram, não modificaram a vida cotidiana. A visão da educação está intrinsecamente relacionada à ideologia do mercado capitalista. As mulheres apresentam dificuldades em estabelecer nexos entre a sua condição social e as oportunidades que a educação oferece devolvendo-lhes a condição de sujeito. De acordo com Saviani (2003, p.73) “A educação, [...] não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática”.

Importa ressaltar que a educação rural, tal como exigida por algumas entrevistadas, não existe mais, pois o currículo é único para todos os escolares rurais e urbanos. Este é um argumento forte para se entender que o capitalismo subordinou o trabalho rural a seus desígnios.

Desse modo a educação é determinante para impulsionar as mulheres a darem um salto em busca de recursos que lhe garantam a satisfação em continuar a atuar de modo associativo. A falta de conhecimento diante dos desafios do empreendimento e a falta de assistência técnica adequada permitem que os empreendimentos sejam surpreendidos por desafios para os quais não tiveram preparo para enfrentar. Nesta ótica as mulheres assumem para si toda a

responsabilidade pelo despreparo e revelam um desejo idealista de um dia voltar a estudar e sanar as lacunas deixadas pela falta de educação formal.

Na maioria das vezes as mulheres encontram-se na fronteira entre o espaço público e privado. A descoberta de capacidade e potencial para atividades no espaço público confronta com as responsabilidades do espaço doméstico. Constatou-se um esforço empregado pelas mulheres para atuar nas associações, conciliando o tempo com as atividades domésticas. Na associação com gestão somente de mulheres, a atividade configura-se em mais uma jornada de trabalho. As associações assumem caráter ambíguo, que ao mesmo tempo, liberta e amarra. Neste sentido a trajetória das mulheres pesquisadas constituiu-se em contínua construção e reconstrução, na qual se fez necessário compreender os contextos, entender os conflitos e os mecanismos que fizeram a mediação nas relações sociais, com vistas a superar as fragilidades do grupo em questão.

A contradição espaço doméstico/espaço público recai na análise de uma nova contradição, a de que as iniciativas inovadoras das mulheres associadas se defrontam com as políticas públicas, as contribuições públicas e com oferta de crédito. As contradições sociais não desaparecem nas criatividade e inovações.

No que se refere às relações de gênero, constatou-se que as mulheres, com atuação mais efetiva nas associações, valorizam mais as atividades que proporcionam renda, que as funções do espaço doméstico. Nas associações as mulheres buscaram mecanismos para mudar de vida. Concluiu-se que há muito ainda a progredir, mas os trabalhos realizados até aqui permitem a percepção de melhorias na vida destas mulheres.

Pôde-se perceber que a organização em associação contribuiu para a formação das mulheres, ao mesmo momento em que foram consideradas organizações que trazem alento econômico às propriedades da agricultura familiar. Neste processo de construção dos empreendimentos, as mulheres encontraram formas e criaram condições, mesmo que de diferentes maneiras e temporalidades, para conquistar independência econômica, engendrando geração de renda no espaço da propriedade.

Notou-se que duas associações tornaram-se ambientes da presença da mulher. Em uma a situação que chama a atenção é justamente o contrário, ou seja, a ausência das mulheres no processo de produção, fato que demonstrou mudanças mais lentas no meio rural e os papéis sociais exercidos pelo homem e pela mulher

estão definidos por costumes seculares. Na agricultura de pequeno porte, a iniciativa de desenvolvimento tem característica vinculada à família. O associativismo é considerado a partir de uma mescla de respeito e luta pela sobrevivência. A mulher ainda não desfruta de um status de plena igualdade com o homem, mas ela é mais valorizada, reconhecida e respeitada. A sobrevivência, o respeito, a desigualdade e a autonomia valem tudo e é possível alcançá-los com novos e inovadores empreendimentos.

Portanto, ao se falar em desenvolvimento, na sua noção mais completa, envolvendo o fator econômico e societário, percebeu-se que a atuação das mulheres é fundamental para a concretização de um projeto de desenvolvimento e cujo projeto apresenta seus resultados de forma lenta, pois é necessário considerar também as variáveis culturais na análise das relações de gênero. Porém, a sociedade não é formada somente por homens e não são os únicos responsáveis pelo desenvolvimento. As mulheres, ao mostrarem o seu potencial de organização, geram desenvolvimento e quebram paradigmas culturais.

Isso significa superar as principais fontes de privação das liberdades e construir novas opções, poder e saber escolher, poder programar e poder beneficiar-se das escolhas. As mulheres participam dos assuntos da associação. Tomam o controle de seus próprios assuntos, de sua vida e tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Todas estas questões estão ligadas ao empoderamento conferido a quem se submete a trabalhos associativos.

Retomando as questões norteadoras da pesquisa é certo afirmar que o estímulo para o surgimento de duas associações teve relação com os movimentos sociais e pastorais da igreja católica com os quais as mulheres tiveram contato. Na terceira associação, onde as mulheres não se envolvem nos processos de produção, não houve este envolvimento com os movimentos sociais e pastorais, isto confirma a pressuposição de relevância destes espaços para o processo organizativo. Ficou notório que as mulheres se instrumentalizaram nas experiências cotidianas, num processo contínuo de aprender a fazer fazendo. Também há a afirmação de que foi a necessidade de sobrevivência no campo que impulsionou as iniciativas de trabalho associativo; embora exista uma mescla da cultura patriarcal e da modernidade nas relações entre homens e mulheres; contudo a atuação efetiva das mulheres no espaço público da associação contribuiu de forma paulatina para o questionamento de sua posição social. Por fim, a visibilidade da mulher e de seu

trabalho no espaço rural surgiu a partir do envolvimento com a organização associativa, confirmando que, para a sociedade capitalista somente começa a existir o indivíduo, principalmente a mulher, quando adentra no sistema de produção oficialmente reconhecido.

Finalmente, faz-se necessário ao conjunto de atores responsáveis pelos rumos do desenvolvimento no município, pensar em qual desenvolvimento se quer e qual o papel das associações neste processo. A partir destas definições, pensar em traçar algumas metas considerando o que precisa ser ensinado as mulheres para que continuem vivendo no campo. Tomando como exemplo as associações estudadas, constatou-se que para continuarem produzindo precisam de conhecimentos sobre: gestão de negócios, comercialização, legislação ambiental entre outros que possibilitem o aperfeiçoamento para dar continuidade. As dificuldades enfrentadas nas organizações, bem como outras relacionadas às relações de gênero, necessitam de estudos e práticas que possibilitem reflexões e questionamentos permanentes. Considera-se, no entanto, que o aprendizado relevante, significativo e necessário para viver no espaço rural, os grupos e principalmente as mulheres envolvidas já tiveram, sendo a percepção de melhores possibilidades de produzir e reproduzir a vida, construindo-se como sujeito a partir do trabalho coletivo.

Fazer pesquisa é antes de tudo um desafio que não se finda na conclusão do trabalho. A oportunidade de estudar, de observar, de conversar com as mulheres possibilitaram avançar nas reflexões com o intuito de entender um pouco de seu mundo e de suas crenças. Esta experiência oportunizou entender que a riqueza presente no objeto de investigação não é possível atingi-lo em sua totalidade. Então, faz-se necessário a humildade para admitir os limites para poder seguir adiante. Este trabalho é relevante porque, de algum modo, cada uma das mulheres apresentou a fala daquelas que ainda não foram escutadas. E mesmo se constituindo em mais uma contribuição para que a sociedade possa reconhecer a grandeza do trabalho das mulheres, as quais ainda não foram contempladas em suas singularidades pelos estudos já realizados.

A partir das análises e considerações apresentadas neste estudo, podem surgir outras questões de investigação. Questões que podem ser expressas na observação das associações como mecanismo de política pública para o desenvolvimento; também a influência do serviço de extensão rural para o

desenvolvimento das associações, bem como o modelo de educação viável e necessário para as mulheres envolvidas e inseridas no espaço rural. Questões como estas podem ter relevância ao serem observadas e vivenciadas no contexto particular do universo rural.

Importante é a mulher se construir nas atividades laborais, mesmo que faça não totalmente como quer, mas de acordo com o que a sociedade lhe oferece. Entender o que é a mulher é entender o que fizeram dela e o que ela faz com o que lhe fizeram.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense, 1981** – Departamento de Política FFLCH/USP. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1981/mestrado_abramovay.doc>. Acesso em: jan. 2008.

_____. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas - SP: Editora da UNICAMP; Editora HUCITEC, 1998.

_____. “Conselhos além dos limites” *in O Futuro das Regiões Rurais* – Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2003.

_____ et al. **A agricultura familiar entre o setor e o território**, 2005a. Disponível em: <<http://www.rimisp.cl.seccion.php.seccion308>>. Acesso em: jun.2008.

_____, **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**, 2005b. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/entrevistas-agriculturafamiliar>>. Acesso em: maio 2008.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1998.

ASSOCIATION (LASA). **Hyatt regency**. Miami, 16-18 de março de 2000.

AUED, Wrublevski Bernadete; PAULILO, Maria Ignez Silveira (Orgs) **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado** - a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Edição UFSC: Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez, 1984.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu (MG), out.1996.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca.

CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. [ISBN: 950-9231-58-4]. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: jun. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcos Penchel. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

BELTRÃO, Kaizô I.; ALVES, José E. D. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambu (MG), 20- 24 set. 2004.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel **Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional**. Blumenau: Furb, 2006. 176p.

BNAF/SC. **Redes de agroindústrias de pequeno porte**; experiências em Santa Catarina. BRDE/2004. p, 62-74.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-145, jun. de 1996.

_____. Post-Scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 19, p. 307-43, jun. de 1999a.

_____. El desarrollo territorial a partir de la construcción del capital sinérgico. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Unisc, vol. 4, n.1, jan./abr. 1999b.

BONI, Valdete. **Genero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/01%20GT%20Valdete%20Boni.pdf>>. Acesso em: jul. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA)**, Hyatt Regency Miami, 16-18 de março de 2000.

BUARQUE, Cristina. **Integração e perspectiva de gênero no setor da reforma agrária**, 2002. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: maio 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável projeto de cooperação técnica**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Brasília, jun. 1999.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina.** São Paulo: Laudes, 1970.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.

CAMPOS, Cíntia. Nordestinas migram mais do que os homens. **Veja**, São Paulo, n. 1558, 05 ago. 1998.

CARNEIRO, Maria José. "Esposa de agricultor na França". **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 2, IFCS/UFRJ, 1996.

CELESTINO, Ayirton Gonçalves. **"Os bucovinos do Brasil... e a história de Rio Negro"**. Curitiba (PR): Torre de Papel, 2002. 642p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

DALBELLO, Liliane (Coord.). **Normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade do Contestado.** Caçador: UnC, 2008. 64p.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

DEL PIORE, Mari (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DESER e CEMTR/PR. **Gênero e agricultura familiar; cotidiano de vida e trabalho na produção de leite.** Paraná, 1996.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAO/INCRA. **"Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico"**. Projecto UTF/BRA/036. Brasília, ago.1996

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês **CAMPO-TERRITÓRIO:** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDEMBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil.** 2006. Tese

[Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento]. Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: PUC-SP: Ação Educativa, 1996.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, p.40-58, 2003.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, p.102-107, 2005.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da Lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Tradução de Carlos Eduardo Beasse de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOUVEIA, Taciana. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. **Panorama brasileiro**. Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos>>. Acesso em: maio 2008.

GRANDI, Alessandra B. de. **Relações de gênero nas famílias agricultoras assoiadas a mini-usinas de leite no Estado de Santa Catarina**. 1999. f.90. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política – linha de pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento rural e urbano). Programa de Mestrado em Sociologia Política, UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento**. Educação na era da insegurança. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artemed, 2004.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio Raul. **O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas**. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis: Vozes, p.29-44, 1984.

HOFF, Sandino; CARDOSO, Maria Angélica. A modernização da produção do mate e a criação de grupos escolares no Paraná. Gt: História das instituições escolares, **VIII Jornada do Histedbr**, UFSCar, jul. 2008, p.16.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**. Crítica ao neoliberalismo em educação. Tradução de Vania Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira Monica Stahel; revisão do texto grego Gilson Cesar Cardoso de Souza. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOMBARDI, Jose. Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José. Luís. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In: Mary del Priore. (Org.). **História das mulheres ...** 02 ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997. p. 443-481.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do contestado**. Campinas: Unicamp, 2004.

MAFRA, Antônio; CARDOSO, Maria Angélica; HOFF, Sandino. A educação escolar de Santa Catarina no período do ciclo da erva-mate. **Roteiro** (Joaçaba), v. 32, p. 95-122, 2008.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **A logística da precarização**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 2006.

MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. **Debate e Crítica**, São Paulo, n. 5, mar. 1995.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1981

MELLO, Marcio Antonio de; SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; Dorigon, Clóvis; FERRARI, Dilvan Luiz; TESTA, Vilson. Marcos. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In: **XLI Congresso da SOBER**, 2003, Juiz de Fora. Anais do XLI Congresso da SOBER.

MÉSZÁROS, Isteván. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MÉSZÁROS, Isteván. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, Maria Aparecida. **A migração das mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias**. Araraquara, 1987. [Mimeo.].
- MOURA, Margarida M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001.
- NOBRE, Mirian. Relações de gênero e agricultura família. In: **Feminismo e Luta das Mulheres**. Debates e análises. Publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, p.39-50, nov.2005. Disponível em: <<http://www.sof.org.br>>. Acesso em: ago./2008.
- ORSO, Paulino José, GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Leite, produção familiar, mercado e saúde pública. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Universitário - CFH, v. 7, p. 31-65, 2002.
- _____. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Serviço Social em Revista**, Londrina (PR): Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, vol. 8, n. n. 1, 2005.
- _____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise.. **Revista Estudos Feministas**, CFH, v. 12, n. 01, p. 229-252, 2004.
- _____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis (SC), n. 21, p. 1-21, 2000.
- _____. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 28, jan./fev.1987.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira; AUED, Bernardete Wrublevski (Orgs.). **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira; GRANDI, Alessandra B.; SILVA, Marineide *Maria*. Mulher e Atividade Leiteira: A Dupla Face da Exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 21, p. 22-35, 2000.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Economia solidária e feminista: reflexões em torno da**

autonomia econômica das mulheres. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=866&Itemid=18 ->. Acesso em: jul. 2008.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RIGO, Biba. Gênero e agricultura familiar. **SOF** - Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: Publicação da SOF, 1998.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, Campinas (SP), v. 22, n. 76, 2001

RODYCZ, Wilson Carlos (Org.). **Colônia Lucena** – Itaiópolis: crônica dos imigrantes poloneses. Florianópolis: BRASPOL; IOESC, 2002.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

SACHWEH, Maria da Salete. **Educação**: dominação e liberdade na guerra santa do Contestado. Florianópolis: IOESC, 2002

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANCRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências da cidadania. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTA CATARINA – Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Programa de Nucleação Escolar**. Florianópolis (SC): SED, 1997.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artemed, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologia. In: FERRETI, C.J. **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. **Escola e democracia**. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991a.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, vol. 12, n. 034, p. 152-165, jan./abr. 2007.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **29ª Reunião da AMPEd**. Caxambu, 17 out. 2006. [Publicado em 2007].

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, Feb. 2003, vol.18, no.51, p.99-122. [SSN 0102-6909].

SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta, revisão técnica Ricardo Doneselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p.95-115, 1997.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: UFRJ, vol.12, n.001, p.253-67, jan./abr.2004.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 1992.

TEIXEIRA, Zuleide A. (Coord.). Perspectiva de gênero na produção rural; estudos de política agrícola. **Documentos de Trabalho**, Brasília, Ipea, n. 22, 1994.

THOMÉ, Nilson. **A formação do homem do contestado e a educação escolar – república velha**. 2007, f. 91. Tese (Doutorado em Educação – linha de pesquisa - História, Filosofia e Educação). Programa de Doutorado em Educação, Universidade de Campinas – Unicamp, Campinas.

_____, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: INCON - Universidade do Contestado, 1992.

_____, Nilson. **Trem de ferro**. A ferrovia do contestado. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1980.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/ Brasília: Hucitec/EdUnb, 1995.

Sites consultados

<<http://alv.addition.pt/>>. Acesso em: 24 set. 2008.

<<http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: ago. 2008.

<<http://www22.sede.embrapa.br/publicacoes/balsoc1998/balsoc.htm#topo>>. Acesso em: 15 set. 2008.

<<http://www.amplanorte.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

<<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos>>. Acesso em: jun. 2008.

<<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=18992>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

<http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp>. Acesso em: 16 set. 2008.

<<http://www.google.com.br/search?hl=pt.BR&q=Brumer%2C+A.+Mulher+e+Desenvolvimento+Rural+In%3A+MULHER%2C+FAM%C3%8DLIA+E&btnG=Pesquisa+Google&meta=cr%3DcountryBR>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

<<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=282>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

<<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

<<http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

NOTAS EXPLICATIVAS

“Muito se tem discutido sobre o papel da educação na sociedade, se ela apenas reproduz a sociedade em que está inserida ou se ela é ou pode ser revolucionária a ponto de transformar toda a sociedade. Entretanto, muitos, em vés de analisá-la e compreendê-la de acordo com a categoria da totalidade, caem na perspectiva positivista e simplesmente deslocam-na do conjunto das relações sociais de produção, embrenham-se pelo idealismo e apresentam-na como se fosse capaz de promover o desenvolvimento econômico, garantir o bem estar social e conduzir a todos à felicidade; fazem dela a responsável pelo sucesso ou fracasso de cada um. Analisando-a de forma abstrata, deslocada das contradições e dos antagonismos de classes, atribuem a ela um caráter redentor” (ORSO, GONÇALVES e MATOS. (Orgs.) 2008, p. 49-50).

ii “A família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial. Se esta persistência já não pode ser atestada, freqüentemente, através da família-grande que, cada vez mais, cede lugar a família conjugal, as relações de compadresco representam a preservação dos antigos padrões, substituindo, até certo ponto, as funções desempenhadas pela família extensa” (SAFFIOTI, 1979, p. 185).

iii “A ambivalência, possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, [...]. O principal sintoma de desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas” (BAUMAN, 1999, p.9).

iv Sobre a naturalização do patriarcado, SAFFIOTI pondera: “Observam-se, por conseguinte, diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização. (2004, p. 101)

v A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, as mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas [...], em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação (BOURDIEU, 2005, p. 17).

vi Entretanto, [...] a agricultura familiar continua a ter papel fundamental. No Brasil, ela reúne hoje, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), cerca de 14 milhões de pessoas (60% do total da agricultura) e detém 75% dos estabelecimentos agrícolas do País, com 25% das terras cultivadas, sendo responsável por 35% de todo o volume de produção agrícola nacional. A agricultura familiar tem grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda. Enquanto a agricultura empresarial emprega uma pessoa a cada 60 hectares, ela necessita de apenas nove hectares para gerar o mesmo emprego. Além disso, atende nichos de mercado específicos, cria oportunidades de geração de divisas e contribui para a diversificação do uso do espaço rural, incluindo atividades que preservam o meio ambiente. Comprometidas com o setor, as Instituições de Pesquisa e de Desenvolvimento Agropecuário investiram, em 1998, R\$ 91.208.515,20 em ações de interesse da agricultura familiar. Fonte: Site da Embrapa. <<http://www22.sede.embrapa.br/publicacoes/balsoc1998/balsoc.htm#topo>>. Acesso em: 15 set. 2008.

vii O empoderamento da mulher desafia as relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva a perda da posição privilegiada de que desfruta sob o patriarcado (DERRE; LEÓN, 2002, p. 54).

viii “o comércio de gado entre São Paulo e Rio Grande do Sul (século XVIII), ao passar pelo interior de Santa Catarina, fez surgir nos locais de pouso os primeiros moradores permanentes, especialmente nos campos de Lages, criadores da infra-estrutura necessária à longa caminhada dos rebanhos e seus condutores” (AURAS, 1984, p. 25).

^{ix} A disputa de território entre Santa Catarina e o Paraná “[...] foi submetido ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, dá ganho de causa a Santa Catarina. Como o Paraná interpôs recurso a tal decisão, volta ao Supremo Tribunal Federal a pronunciar-se, em 1909, novamente favorável a Santa Catarina. Ainda um terceiro e último pronunciamento se verifica em 1910, quando aquela Corte rejeita os embargos propostas por Rui Barbosa, que advogou a causa paranaense. Em face de intransigência do Paraná, a questão arrasta-se até 20 de outubro de 1916, quando os governadores de ambos os Estados, Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), mediados pelo presidente da República Wenceslau Bráz assinou um Acordo, findando o prolongado litígio e estabelecendo os limites atuais entre as partes até então discordantes” (AURAS, 1984, p. 27).

^x A sesmaria de uma légua de frente por três léguas de fundo, no formato retangular, media seis quilômetros de frente por dezoito quilômetros de fundo, totalizando 10.800 hectares, equivalente a 4.463 alqueires paulistas (THOMÉ, 2007, p. 22).

^{xi} A articulação entre os efeitos da Revolução Industrial e a existência de uma população redundante levou à grande emigração da segunda metade do século XIX, primeira metade do século XX. Nada menos do que sessenta milhões de europeus atravessaram os mares, num momento em que ocorria de modo igual, profundas transformações culturais promovidas pelo desenvolvimento de uma mentalidade individualista (NADALIN, 2001, p. 62).

^{xii} A idéia era migrar para as cidades, para os países novos ou de “fazer a América” cedia, como em outros tempos, a chamada do ouro. Porém com mais freqüência, emigravam para trabalhar, para lavrar, plantar e criar, para construir algo seu eventualmente uma família – na medida do possível, construir fortuna (NADALIN, 2001, p. 62).

^{xiii} [...], somente numa visão multilateral é possível o entendimento do processo de transferência populacional do século XIX, incluindo ainda o fato de que, aos mecanismos de repulsão processados na Europa correspondem aos processos de atração de imigrantes nos *Países Novos*. (NADALIN, 2001 p. 63).

^{xiv} A proposta traduzia-se numa receita para o progresso, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de ajudar a apurar e ‘tonificar’ – leia-se branquear – tanto a ‘raça’ brasileira como o trabalho (NADALIN, 2001, p. 74).

^{xv} Para as autoridades brasileiras do século XIX, que num primeiro momento estavam preocupadas apenas com o povoamento do Brasil, eram bem-vindos os imigrantes europeus de origem camponesa, que se radicassem em pequenas propriedades, organizadas a partir do labor familiar e sem escravos. Pensava-se que este tipo de estabelecimento, além de povoar o Brasil, teria efeito pedagógico. Além de inovar no que concerne a ruptura do sistema do latifúndio, os imigrantes deveriam introduzir no país novas e produtivas técnicas agrícolas, ensinando-as aos habitantes da terra, junto com as virtudes do trabalho (Ibid., p. 65).

^{xvi} [...] em 1828, no governo de Francisco de Albuquerque Melo, Santa Catarina vira a receber a primeira leva de imigrantes, destinada justamente à formação de dois núcleos coloniais na estrada que seguia para Lages. [...] Para efetivação de seu programa, enviou para a Província 166 famílias alemãs, oriundas de Bremen, com um total de 523 pessoas (CABRAL, 1970, p. 207).

^{xvii} “Os imigrantes de outrora se transformaram em sem-terra, identidade de complexa apreensão que denomina os participantes do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-terra. [...] muitos daqueles europeus que vieram para a ‘América’ com esperança de se tornarem produtores independentes não conseguiram acumular nada, mesmo tendo já passado mais de três gerações da vinda de seus ancestrais” (PAULILO; AUED, 2004, p.173).

^{xviii} SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Rev. Bras. Ci. Soc., Feb. 2003, vol.18, no.51, p.99-122.

^{xix} Existem dois preconceitos que precisam ser superados para que seja possível compreender um dos aspectos mais importantes do meio rural brasileiro dos anos 90: o primeiro é o que assimila, confunde, transforma em sinônimos “agricultura familiar” e expressões como “produção de baixa

renda”, “pequena produção” ou até mesmo “agricultura de subsistência”; e o segundo é o que considera as grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados como a expressão mais acabada do desenvolvimento agrícola. Os dois preconceitos são evidentemente solidários e respondem pela visão tão freqüente de que, apesar de sua importância social, não se pode considerar a agricultura familiar como relevante sob o ângulo econômico. (ABRAMOVAY. 1997, p. 73-8).

^{xx} Ao lado dos valores propriamente rurais, aparecem valores incorporados no mundo urbano e adotados, sobretudo pelas mulheres. Mas o êxodo é, essencialmente, resultado do fato de as mulheres serem mais bem preparadas que anteriormente para enfrentar a vida urbana, passando a questionar o que é visto como servidão na vida camponesa. Menos ligadas a terra que os rapazes, quando providas de um mínimo de instrução indispensável para se adaptar ao mundo urbano, parcialmente liberadas das restrições familiares em razão do enfraquecimento das tradições, mais prontas a adotar os modelos de comportamento urbano, as filhas dos agricultores podem ganhar as cidades mais facilmente que os rapazes (BOURDIEU, 1962, p. 66-67 apud STROPASOLAS, 2004, p. 155 In: AUED; PAULILO, 2004, p.153-70).

^{xxi} Segundo as estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) o quadro seguinte permanece o mesmo: a) as mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado no mundo e recebem 1/3 dos salários; b) as mulheres são detentoras de 1/10 da renda mundial; c) as mulheres representam 2/3 das (dos) analfabetas do mundo; d) as mulheres detêm menos do que 1/100 das propriedades mundiais; e) dos quase 1,3 milhões de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. No Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras, a metade do salário que ganham as mulheres brancas.

^{xxii} O conceito de desenvolvimento humano que constitui o construtor básico da economia da educação vai encontrar campo próprio para seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico. A preocupação básica ao nível macroeconômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país (FRIGOTTO, 2006, p. 39).

^{xxiii} Na biologia, o desenvolvimento, ou a evolução dos seres vivos, referia-se ao processo através do qual, organismos atingiam seu potencial genético: a forma natural daquele ser, prevista pelo biólogo. Frustrava-se o desenvolvimento todas as vezes que a planta ou o animal não lograssem cumprir seu programa genético, ou o substituíssem por outro. Nos casos de fracasso, o crescimento era considerado não como desenvolvimento e sim como uma anomalia: um comportamento patológico, ou até antinatural. O estudo desses “monstros” foi fundamental para a formulação das primeiras teorias biológicas. Foi entre 1759 (Wolff) e 1859 (Darwin) que o desenvolvimento evoluiu e de uma concepção da transformação que a considerava como um movimento na direção da forma apropriada para o ser passou a considerar essa transformação como um movimento na direção de uma forma sempre mais perfeita daquele mesmo ser. Nessa mesma época, cientistas começaram a usar evolução e desenvolvimento como sinônimos (Ibid., p. 62).

^{xxiv} Declaração aprovada pelos participantes em um Simpósio sobre o Modelo de Utilização de Recursos, Meio Ambiente e Desenvolvimento da UNEP-UNCTAD (Políticas Econômicas das Nações Unidas e Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento). (Ibid., p.70).

^{xxv} O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência. Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado (Ibid., p. 74).

^{xxvi} [...] insuficiente para dar conta das transformações estruturais dos sistemas socioeconômicos, pois apenas leva em consideração a produção e o aspecto quantitativo. Já a noção de desenvolvimento, ao contrário, pretende evidenciar toda a dimensão – econômica social e cultural – da transformação estrutural da sociedade (ALMEIDA e NAVARRO, 1998, p.36).

^{xxvii} Ao longo da história [...] as normas e sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico, em vez de inibi-lo. Tal efeito continua até hoje. Nas duas décadas transcorridas desde a criação dos governos regionais, as regiões cívicas cresceram mais rápido do que as regiões onde há menos associações e mais hierarquia. [...] o capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte (PUTNAM, 2000, p.186).

^{xxviii} [...] há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas as outras (como às vezes se pensa). Analogamente as oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer ação política, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem novas iniciativas para vencer privações (SEN, 2000, p.10).

^{xxix} A condição de agente considerada por Sen é, “[...] a aceção mais antiga [...] de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo. Este estudo ocupa-se particularmente do papel da condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas)” (Ibid., p.330).

^{xxx} Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem estar, as mulheres são vistas cada vez mais como, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sócias que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (Ibid., p.220-221).

^{xxxi} “A vida que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa, certamente inclui as suas próprias” (SEN, 2000, p.224-225).

^{xxxii} Na evolução dos sistemas de valores e das convenções da divisão intrafamiliar, a educação, o emprego e os direitos de propriedade das mulheres podem exercer um papel importante, e essas características “sociais” podem ser cruciais para os destinos econômicos (bem como para o bem-estar e a liberdade) dos diversos membros da família (SEN, 2000, p. 225).

^{xxxiii} “Na prática pós-moderna, a liberdade se reduz a opção de consumo. Para desfrutá-la, é preciso antes de qualquer coisa ser um consumidor. Essa condição preliminar deixa milhões de fora. Como em toda a era moderna, no mundo pós moderno a pobreza desqualifica. A liberdade, na sua nova interpretação de mercado, é um privilegio como nas versões antigas. Mas há também novos problemas: com as necessidades comunitárias traduzidas em atos individuais de aquisição, a mutilação da liberdade só pode afetar a todos, ricos e pobres, consumidores exemplares ou frustrados: há necessidade que não podem ser satisfeitas, não importa quantas aquisições pessoais se façam, e assim a liberdade de escolha de cada um é severamente limitada. Não se pode comprar uma saída privada da atmosfera poluída do buraco da camada de ozônio ou de um nível crescente de radiação; não se pode comprar um lugar numa floresta imune a chuva ácida ou num litoral protegido das algas tóxicas que medram no alimento abundante de esgotos quimicamente tratados. Nos poucos casos em que uma saída privada parece comprável – como escapar aos depredados transportes públicos num carro particular ou fugir da miséria do sistema público de saúde recorrendo a uma clínica particular – a opção apenas aumenta o problema que de início a tornou necessária, agravando a miséria que instigou a fuga (BAUMAN, 1999, p.289-90).

^{xxxiv} As sociedades industrializadas de economia capitalista estiveram, durante todo o século XX, insistindo na importância dos sistemas educacionais para assegurar a sobrevivência e a melhoria de vida de seus territórios, bem como, [...] de cada pessoa (SANTOMÉ, 2003, p.77).

^{xxxv} Uma das coordenadas fundamentais a partir da qual a educação foi apreciada é a de ter sido vista como motor e instrumento importante para a realização de visões utópicas sobre o destino do ser humano e da sociedade (SACRISTÁN, 2002, p. 09)

^{xxxvi} A dificuldade não esta apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento ser hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, e especialmente severa. Para agravar esta situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma ‘questão única’ pode, realisticamente, ser considerada a única questão (MESZÁROS, 2002, p.95).

^{xxxvii} Tanto no passado quanto atualmente, a educação ministrada pelas instituições escolares é oferecida como um meio para lograr um capital cultural capaz de garantir condições de vida digna no futuro (SANTOMÉ, 2003, p.77).

^{xxxviii} A educação para o emprego pregada pelos profetas neoliberais, quando aplicada ao conjunto das maiorias excluídas, não é outra coisa senão a educação para o desemprego e a marginalidade. (GENTILI, 2004, p. 249).

^{xxxix} A formação ética é uma necessidade do processo formativo humano que não pode ser reduzida a uma simples tarefa de produção, organização e distribuição de conhecimentos e de habilidades. A formação humana só estará completa se acompanhada do desenvolvimento de princípios de conduta que possam ser reconhecidos como de validade universal (RODRIGUES, 2001, p.252).

^{xi} A educação, que tenderia, sobre a base do desenvolvimento tecnologico propiciado pela microeletrônica, à universalização de uma escola unitária capaz de propiciar o máximo de desenvolvimento das potencialidades dos individuos e conduzi-los ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais, é colocada, inversamente, sob a determinação direta das condições de funcionamento do mercado capitalista (LOMBARDI, SAVIANI e SANFELICE. (Orgs.), 2005, p. 22).

^{xii} momento em que determinado ser natural se destaca na natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens tem que adaptar a natureza a si. (Dermeval Saviani - Trabalho E Educação: Fundamentos Ontologicos E Históricos: 2006, p. 3) Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e Educação, apresentado na 29ª Reunião da ANPEd. no dia 17 de outubro de 2006, em Caxambú.

^{xiii} O Programa destina-se a promover essencialmente os intercâmbios e a cooperação, assim como a mobilidade entre sistemas de ensino e formação, a nível europeu, no sentido de estes se estabelecerem enquanto referência mundial de qualidade. O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida tem os seguintes objectivos específicos: a) Contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida e promover elevados níveis de desempenho; b) Apoiar a criação de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida; c) Contribuir para melhorar a qualidade das possibilidades de aprendizagem ao longo da vida existentes nos Estados-Membros; d) Reforçar o contributo da aprendizagem ao longo da vida para a coesão social, a cidadania activa, o diálogo intercultural, a igualdade entre homens e mulheres e a realização pessoal; e) Contribuir para a promoção da criatividade, da competitividade e da empregabilidade, bem como para o desenvolvimento do espírito empreendedor; f) Contribuir para aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida de pessoas de todas as idades, incluindo as pessoas com necessidades especiais e grupos desfavorecidos; g) Promover a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística; h) Apoiar o desenvolvimento de conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadoras, baseado nas TIC, no domínio da aprendizagem ao longo da vida; i) Reforçar o papel da aprendizagem ao longo da vida na criação de um sentido de cidadania europeia baseada na compreensão e no respeito dos direitos humanos; j) Promover a cooperação em matéria de garantia de qualidade em todos os sectores da educação e da formação na Europa; k) Incentivar a melhor utilização possível dos resultados e dos produtos e processos inovadores e assegurar o intercâmbio de boas práticas nos domínios abrangidos pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, no intuito de melhorar a qualidade nos sectores da educação e da formação. Tendo em vista a consecução dos objectivos do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, serão implementados quatro sub-programas sectoriais – Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvig – e um sub-programa Transversal. O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida será executado durante o

período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013. <<http://alv.addition.pt/>>. Acesso em: 24 set. 2008.

^{xliii} Ver: JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira Monica Stahel; revisão do texto grego Gilson Cesar Cardoso de Souza. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

^{xliv} A cortesia com que os senhores tratam as mulheres da sua condição é fruto de uma cultura antiga e de uma elevada educação social. A mulher é atendida e honrada não só como um ser útil, como sucede no estagio campesino descrito por Hesíodo, não só na qualidade de mãe dos filhos legítimos, como se vê na burguesia grega dos tempos posteriores, mas acima de tudo e principalmente porque, numa raça orgulhosa de cavalheiros, a mulher pode ser mãe de uma geração ilustre. Ela é mantenedora e a guardiã dos mais altos costumes e tradições (JAEGER, 1994, p. 47).

^{xlvi} [...] vinculavam uma educação fortemente conservadora, fundamentada no modelo familiar cristão tradicional, o que permitia à igreja certo controle na organização da sociedade, do sistema educacional e, possivelmente, no sistema de difusão de idéias (MANOEL, 1996, p. 21).

^{xlvii} A idéia de educação escolar para meninas foi-se somando lentamente a idéia mais antiga de educação doméstica, [...] o francês Charles Explilly fez em suas observações, iriam aplicar às moças da classe alta brasileira o provérbio português ‘uma mulher é suficientemente educada quando pode ler com propriedade seu livro de orações e sabe escrever a receita de geléia de goiaba; mais que isso põe o lar em perigo (HAHNER, 2003, p. 57)

^{xlviii} O papel tradicional atribuído à mulher em nossa sociedade patriarcal, ainda amplamente vigente, nem sempre se ajusta bem ao que a escola propõe às jovens. Os saberes práticos que parece exigir da dona-de-casa o trabalho doméstico, é mais ou menos o inverso do saber teórico que administra e estimula a escola (ENGUIA, 1989, p. 238-39).

^{xlix} [...] a cultura lusitana foi determinante para esculpir na sociedade brasileira os contornos extremamente definidos dos papéis sexuais. Para os portugueses, a responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho remunerado (ALMEIDA 1998, p.31) (88).

^l Numa tentativa de preservar a estrutura patriarcal da família, advogavam os católicos, alegando as diferenças básicas entre o homem e a mulher, uma correspondente desigualdade no plano das capacidades civis e políticas. [...] O baixo nível de escolaridade feminina é, assim, definido em nome da necessidade moral e social de preservação da família [...] (SAFFIOTI, 1979, p. 205).

^{li} As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras (LOURO In: DEL PIORE, 2000, p. 454).

^{lii} “Além do lar, as mulheres agem na cidade, e o inventário de suas intervenções, formais ou informais, pontuais ou habituais, seria longa. Solicita-se que cada vez mais às burguesas – as mulheres do mundo – que saiam de suas casas e pratiquem a filantropia” (PERROT, 2006, p. 181-82).

^{liii} Trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e crianças desempenharam um papel econômico fundamental (SAFFIOTI, 1976, p. 32).

^{liv} Sob a capa de proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever de a mulher desenvolver em relação ao chefe da família (Ibid., p.33).

^{lv} Embora este grau de consciência do problema da mulher já tenha feito sua aparição na história das sociedades capitalistas, a mulher se tem constituído, muitas vezes, em objeto da reação negativa do homem que, incapaz de uma visão totalizadora da sociedade, toma o trabalho feminino como a causa do desemprego masculino (Ibid., p.42).

^{lvi} Assim, a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si (com a redução associada ao viés contra o sexo feminino na tomada de decisões familiares) como uma grande influência para a mudança social em geral. O êxito notável do Banco Grameen, em Bangladesh, é um exemplo desse fato. Esse movimento visionário de fornecimento de microcrédito, chefiado por Muhammad Yunus, tem procurado consistentemente eliminar a desvantagem feminina causada por um tratamento discriminativo no mercado de crédito rural com esforço específico para fornecer crédito às mulheres. O resultado tem sido uma proporção muito elevada de mulheres entre os clientes do Banco Grameen. Os resultados notáveis desse banco nos elevados índices de restituição (aproximadamente 98%, segundo os registros) não deixa de relacionar-se ao modo como as mulheres responderam as oportunidades que lhes foram oferecidas e à perspectiva de assegurar a continuidade desses procedimentos (SEN, 2000, p. 233-34).

^{lvii} Há provas consideráveis de que a educação e a alfabetização das mulheres tende a reduzir as taxas de mortalidade das crianças. Essa influência atua por diversas vias, porém, talvez mais imediatamente, por meio da importância que normalmente as mães dão ao bem-estar dos filhos [...]. (Ibid., p.227).

^{lviii} Os movimentos femininos – iniciados no século XIX, [...] destinados ao resgate social à afirmação política das mulheres [...] puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema de gênero (CAMBI, 1999, p. 638).

^{lix} [...] função materna, que agora as tornava principais responsáveis pela educação de seus filhos. Deveriam transmitir as primeiras e fundamentais lições da língua materna, da geografia e da história. (SOHIET, 1997, p.14).

^{lx} A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

^{lxi} A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Sua primeira etapa foi uma campanha entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. Aderiram à Marcha 6000 grupos de 159 países e territórios. As manifestações de encerramento desta primeira fase da Marcha no dia 17 de outubro de 2000 mobilizaram milhares de mulheres em todo o mundo, nesta ocasião foi entregue a ONU um abaixo assinado com cerca de 5 milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da Marcha.

^{lxii} [...] a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fome coletivas e fome crônicas muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social (SEM, 2000, p. 09).

^{lxiii} Conceito de agricultura familiar. Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em 24/07/2006. Ver: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=282>

^{lxiv} O que é um estabelecimento agrícola familiar? A primeira imagem que nos vem ao espírito, quando fazemos esta pergunta, é a de um lugar bastante pobre, habitado por muita gente, particularmente por grande número de crianças e trabalhando com instrumentos tecnicamente precários (ABRAMOVAY, 1998, p.142).

^{lxv} Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro - Maria de Nazareth Baudel Wanderley - XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu (MG), out.1996.

^{lxvi} A agricultura tem-se constituído no principal obstáculo à imposição de um processo de produção capitalista unificado no sistema agroalimentício e conseqüentemente, a capacidade de revolucionar os meios de produção. As principais limitações são representadas pela natureza orgânica, pela terra e pelo espaço, e estes fatores determinaram o padrão e a trajetória da apropriação. Os capitais industriais têm-se restringido a apropriações parciais do processo de trabalho rural, conduzindo em diferentes conjunturas históricas, a mecanização da agricultura e a inovações químicas e genéticas. (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p.5).

^{lxvii} É decisiva para a formação do conceito de agricultura familiar a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O estudo define agricultura familiar “[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996, p.4).

^{lxviii} A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indícios que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuições de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística a nível acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes nela (ABRAMOVAY, 1998, p.32).

^{lxix} Temas estudados por equipes de pesquisadores ligados a UFPR e publicado em obras organizadas por Jalcione Almeida e Zander Navarro, *Reconstruindo a Agricultura* (1998) e Ângela D. D. Ferreira e Alfio Brandenburg, *Para Pensar Outra Agricultura* (1998).

^{lxx} No sentido de estabelecer uma das pontes que podem levar a outra agricultura (não patronal e excluída) a um patamar de desenvolvimento diferenciado no país, está a necessidade de uma nova agricultura adaptada a condição de diversidade da agricultura familiar, bem como de sua projeção futura. Uma projeção que leve em conta as relações sociais mais gerais que regem nossa sociedade. (FERREIRA; BRANDEMBURG, 1998, p.104).

^{lxxi} No meio científico, um programa de pesquisa foi criado pela empresa pública responsável pela pesquisa agrônômica e as publicações sobre o tema não pararam de crescer. Pela primeira vez na história do país, uma política de financiamento, destinado exclusivamente à agricultura familiar, foi lançada pelo governo federal, e os agricultores familiares tornaram-se os principais atores de inúmeras iniciativas de desenvolvimento local (PAULILO; AUED, 2004, p.61).

^{lxxii} Uma grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro. Os adolescentes trabalham menos dias que os adultos. A distribuição de seu trabalho nos setores da fazenda é de acordo com o sexo; em geral os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens dedicam muitos dias ao trabalho doméstico (CHAYANOV, 1985, p.210).

^{lxxiii} “No tocante às mulheres, não existe uma separação rígida entre casa e roçado. Ela transita por esses dois espaços. As mulheres fazem ou podem fazer todos os serviços nessas unidades camponesas, dependendo não só do ciclo produtivo, como também da ausência ou permanência do marido e filhos adultos na terra” (MORAES, 1987, p.9 In: NOBRE, 2005, p.39-50).

^{lxxiv} [...] o essencial dos trabalhos da lavoura é assegurado pelo chefe da família [...]. Já o serviço dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido, sobretudo pelo

trabalho em tempo parcial das mulheres, crianças e velhos, [...] em suam pelas forças marginais da unidade produtiva (TEPICHT, 1973, p.37-38 In: ABRAMOVAY, 1998, p.74).

^{lxxv} Estou usando o termo *agente* [...] em sua acepção mais antiga [...] de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo. Este estudo ocupa-se particularmente do papel da condição de agente do individuo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se diretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas) (SEN, 2000, p.33).

^{lxxvi} Essas mudanças parecem ter um efeito maior sobre as moças do que sobre os rapazes, em parte devido ao fato de que elas têm, em média, níveis de escolaridade mais elevados do que eles. Isso ocorre porque, de um modo geral, sabendo que são preteridas na partilha da terra familiar ou na obtenção de um emprego estável no meio rural, as moças investem mais do que os rapazes na educação, com vistas a uma possível migração para a zona urbana (BRUMER, 2004, p.219).

^{lxxvii} Embora com sobrenome igual ao da pesquisadora, não possui grau de parentesco com a família Konkel a não ser uma sobrinha do marido que está casada com um membro da associação.

^{lxxviii} Segundo as estatísticas da organização das Nações Unidas (ONU), o quadro seguinte permanece o mesmo: a) as mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado no mundo e recebem 1/3 dos salários; b) as mulheres são detentoras de 1/10 de renda mundial; c) as mulheres representam 2/3 dos/das analfabetas do mundo; d) as mulheres detêm menos de 1/100 das propriedades mundiais; e) dos quase 1,3 milhões de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. No Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras, a metade do que ganham as mulheres brancas. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação das mulheres está melhorando e, se o ritmo atual se mantiver, em 475 anos conseguiremos igualdade salarial entre homens e mulheres (LOURO, 1997 In: DEL PIORE, 2000).

^{lxxix} Segundo Frigotto (2006, p. 80): “É no interior da manufatura que se criam as condições mais adequadas para a organização do processo capitalista do trabalho. Primeiramente a organização do processo de trabalho toma a forma de cooperação simples, onde cada um realiza a mesma operação com a única diferença que agora os trabalhadores estão reunidos num mesmo local sob o controle do capital. Rapidamente, porém, a manufatura evolui para formas de cooperação mais complexas e nasce a divisão técnica do trabalho. Parcializam-se as operações, e cada trabalhador vão realizar tarefas cada vez mais parciais, limitadas. Esta forma de organização já permite ao capital se apropriar da força produtiva do trabalho coletivo, e ampliar, com isso, o trabalho não-pago”.

^{lxxx} Segundo Deere e León (2002, p. 52-3) “o termo ‘empoderamento’ tem sido usado em múltiplos sentidos, nem sempre com um sentido de emancipação. [...] Porém, implícita nos diferentes usos da palavra está a noção de pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação de o que esta mudança implica. [...] Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres”.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)